

Anna Paula Ribeiro Alves

**CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFESSORES DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE  
FLORIANÓPOLIS (1996-2014): UMA ANÁLISE DAS PROVAS E  
DE DOCUMENTOS POLÍTICO-CURRICULARES**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Educação Física da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
para a obtenção do Grau de Mestre em  
Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Jaison José  
Bassani

Florianópolis  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

Alves, Anna Paula  
CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS  
(1996-2014) : UMA ANÁLISE DAS PROVAS E DE  
DOCUMENTOS POLÍTICO-CURRICULARES / Anna Paula Alves  
; orientador, Jaison José Bassani, 2019.  
209 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Desportos, Programa de Pós  
Graduação em Educação Física, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Concursos Públicos. 2. Concepções Norteadoras.  
3. Educação Física. 4. Documentos político-  
curriculares. I. Bassani, Jaison José. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação em Educação Física. III. Título.

Anna Paula Ribeiro Alves

**CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFESSORES DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE  
FLORIANÓPOLIS (1996-2014): UMA ANÁLISE DAS PROVAS E  
DE DOCUMENTOS POLÍTICO-CURRÍCULARES**

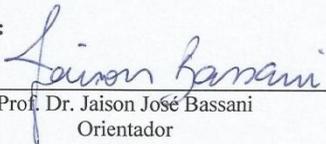
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de  
“Mestre em Educação Física”, e aprovada em sua forma final pelo  
Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2019.



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kelly Samara da Silva  
Coordenadora do Curso

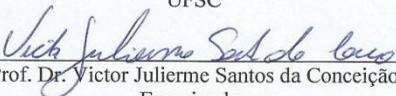
**Banca Examinadora:**



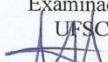
Prof. Dr. Jaison José Bassani  
Orientador  
UFSC



Prof. Dr. Francisco Emílio de Medeiros  
Examinador  
UFSC



Prof. Dr. Victor Julierme Santos da Conceição  
Examinador  
UFSC



Prof. Dr. Fábio Machado Pinto  
Suplente  
UFSC

Este trabalho é dedicado aos meus pais,  
Edna (in memorian) e Paulo.

## AGRADECIMENTOS

Durante estes três anos que levei para a conclusão do trabalho de dissertação, diversas pessoas estiveram presentes me apoiando, principalmente, nos momentos mais difíceis e desanimadores. Por ter que conciliar os estudos com o trabalho como professora, o ato em sentar e desenvolver a pesquisa não foi dos mais fáceis, tendo em vista, a rotina cansativa em trabalhar com crianças de 0 a 6 anos de idade diariamente. Porém, estas pessoas, me incentivaram ao máximo, e nesse momento, estou prestes a finalizar mais uma etapa da minha vida profissional em Educação Física.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, pois, ele é o único que sabe o caminho que devo percorrer durante minha vida, e mesmo que, este caminho não seja o que escolhi, ele sabe o que é melhor para mim, e nunca me dará um fardo maior do que aquele que eu consiga carregar. Obrigada Senhor, por ter me ajudado nos momentos mais difíceis, momentos estes que pensei que não conseguiria alcançar meu objetivo e pensava em desistir.

Gostaria de agradecer também ao meu pai, que sempre foi um incentivador dos meus estudos e sonhos. Ao meu irmão, que da mesma forma, e compreendendo a rotina de professor, sempre com palavras de incentivo me ajudou a seguir em frente. Agradeço também ao meu noivo Fernando, que estando diariamente ao meu lado, sabia das minhas angústias, e por me mostrar sempre os pontos positivos que este trabalho me traria, me ajudou a prosseguir. Muito obrigada meu amor, nunca me esquecerei dessa fase em nossas vidas, e por mais difícil que ela tenha sido, conseguimos superar juntos!

Por fim, apesar de ela não estar mais aqui, gostaria de agradecer a minha mãe amada, que desde a graduação, me influenciou a seguir a carreira profissional como professora, persistindo para que eu seguisse em frente. Ela, pessoa que mais amei nesse mundo, segue sendo diariamente a minha inspiração como mulher, esposa, mãe, amiga e professora, e sei que sempre estará olhando por mim e me apoiando, de onde quer que ela esteja, em minhas decisões.

De modo geral, agradeço a todos os professores e amigos feitos durante essa etapa. Os momentos passados durante a pós-graduação estarão vivos sempre em minha memória, tendo em vista, que este momento foi um processo de grande crescimento intelectual, acadêmico, mas também de superações pessoais.

“O maior educador não é o que controla, mas o que liberta. Não é o que aponta erros, mas o que os previne. Não é o que corrige comportamentos, mas o que ensina a refletir. Não é o que desiste, mas o que estimula a começar tudo de novo”.

(Augusto Curry)

## RESUMO

O presente estudo objetivou analisar os concursos públicos para professor de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, realizados pela Secretaria Municipal de Educação entre os anos 1996 e 2014. Tal análise mostrou quais são as concepções de infância, docência e prática pedagógica, educação e Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental presentes nas provas desses concursos. Com o intuito de enriquecer a discussão acerca de tais concepções, sete documentos orientadores da prática pedagógica publicados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis junto a Secretaria Municipal de Educação no mesmo período das provas, também foram fontes da presente pesquisa, que buscou apontar as mesmas concepções presentes em tais publicações, com o intuito de realizar um confronto final com aquelas oriundas das questões das quatro provas analisadas. Todavia, para que tal objetivo fosse alcançado, alguns caminhos foram percorridos. Primeiramente, identificou-se os concursos públicos para professor de Educação Física da RMEF realizados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis entre os anos de 1996 e 2014; em seguida, foi realizada uma análise dos editais, provas, assim como das demais informações consideradas pertinentes sobre tais concursos públicos; em se tratando dos documentos político curriculares, estes foram lidos e analisados com o intuito de identificar tais concepções norteadoras, e por fim, foram confrontadas as concepções identificadas nas provas dos concursos públicos com aquelas presentes nos documentos político curriculares analisados e referentes ao período de realização de cada prova. Na parte da discussão dos aspectos político curriculares a partir dos dados encontrados nas provas e nos documentos orientadores da prática pedagógica na presente pesquisa, buscou-se mostrar as mudanças e avanços que aconteceram no decorrer dos anos com relação as concepções norteadoras determinadas como categorias de análise *a priori*, mas também de outras consideradas importantes e que foram selecionadas posteriormente como objeto de análise. Por sua vez, na parte das considerações finais, o que se propôs foi, expor, finalmente, se as concepções norteadoras presentes por meio de conhecimentos solicitados nas questões das provas dos concursos públicos condiziam, igualmente, com aquelas descritas nos documentos orientadores publicados no mesmo período de realização de cada prova. O que se concluiu, portanto, foi que, algumas concepções presentes nas questões das provas não condizem com aquelas presentes nos documentos orientadores publicado até o

período do concurso em foco, e que são resultantes dos avanços em estudos acadêmicos na área. Logo, este avanço das concepções, presente nos documentos orientadores, e que expressam o ideal de prática pedagógica, e conseqüentemente, de professor que se deseja selecionar, em muitos casos, não aparece da mesma maneira abordado nas questões das provas, que se destinam, de certa forma, a selecionar candidatos que atuarão como professores de Educação Física nas unidades educativas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

**Palavras-chave:** Concursos públicos. Concepções norteadoras. Educação Física.

## **ABSTRACT**

The present study had as objective to analyze the public contest for physical education teachers from Florianópolis municipal education system, accomplished by the Municipal Secretary of Education between the years 1996 and 2014. This analysis showed what are the conceptions of childhood, teaching and pedagogical practice, education and Physical Education in Childhood Education and Elementary School present in the tests of these contests. In order to improve the discussion about such conceptions, seven documents guiding the pedagogical practice published by the City Hall of Florianópolis together with the Municipal Department of Education at the same period of the tests were also sources of the present research, which sought to point out the same conceptions present in such publications, with the intention of making a final confrontation with those coming from the questions of the four analyzed tests. However, in order for the goal to be fulfilled, some paths were covered. Firstly, the public resources for the physical education teacher of the RMEF accomplished by City Hall of Florianópolis between the years of 1996 and 2014 were identified; then an analysis was made of the notices, evidence, as well as other information deemed pertinent to such public contests; in the case of political-curricular documents, these were read and marked with the intention of selecting some guiding concepts, and the identified conceptions of these tests were compared to the conceptions present in those political-curricular documents and referring to the period of each test. At the part of the discussion of the political-curricular aspects from the founded data in the tests and in the guiding documents of the pedagogical practice in the present research, it was tried to show the changes and advances that happened in the course of the years with respect to the guiding conceptions determined like categories of analysis, but also of others considered important and which were subsequently selected as the object of analysis. On the other hand, in the final considerations, what was proposed was, finally, to explain if the guiding conceptions present through the requested knowledge in the questions of the tests of public contests were also in line with those described in the guiding documents published in the same period of each test. What was concluded, therefore, was that some conceptions present in the questions of the tests do not correspond to those present in the guiding documents published until the period of the contest in focus, and which are the result of the advances in academic studies in the area. Therefore, this advance of conceptions, present in the guiding documents, and which expresses

the ideal of pedagogical practice, and consequently, the teacher that one wishes to select, in many cases, does not appear in the same way in the questions of the tests, in a certain way, to select candidates who will act as teachers of Physical Education in the educational units of the Florianópolis municipal education system.

**Keywords:** Public contest. Guiding concepts. Physical Education.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ano, número do edital, fundação responsável, temática e o número total de questões das provas objetivas e dissertativas dos concursos públicos para professor de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis dos anos de 2004, 2009, 2013 e 2014.....	35
Quadro 2 - Critérios de avaliação da prova discursiva no edital da prova do ano de 2004 e os fatores que atribuíram nota 0,00 (zero).....	37
Quadro 3 - Critérios de avaliação da prova dissertativa no edital da prova do ano de 2009 e os fatores que atribuíram nota 0,00 (zero).....	37
Quadro 4 - Critérios de avaliação da prova dissertativa nos editais das provas dos anos de 2013 e 2014 e os fatores que atribuíram nota 0,00 (zero).....	38
Quadro 5 - Documentos norteadores da prática pedagógica que citam a Educação Física publicados entre os anos 2000 e 2016.....	40
Quadro 6 – Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimento gerais de 2004 sobre temas relacionados a Educação.....	75
Quadro 7 - Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos específicos de 2004 sobre temas relacionados a Educação Física.....	75
Quadro 8 - Dados retirados da questão presente na prova discursiva de conhecimentos gerais de 2004 sobre temas relacionados a Educação.....	76
Quadro 9 - Dados retirados da questão presente na prova discursiva de conhecimentos específicos de 2004 sobre temas relacionados a Educação Física.....	76
Quadro 10 - Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos gerais de 2009 sobre temas relacionados a Educação.....	77
Quadro 11 - Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos específicos de 2009 sobre temas relacionados a Educação Física.....	77
Quadro 12 -Dados retirados das questões presentes na prova dissertativa de conhecimentos gerais de 2009 sobre temas relacionados a Educação.....	78

Quadro 13- Dados retirados das questões presentes na prova dissertativa de conhecimentos específicos de 2009 sobre temas relacionados a Educação Física.....	78
Quadro 14- Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos gerais de 2013 sobre temas relacionados a Educação.....	78
Quadro 15 - Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos específicos de 2013 sobre temas relacionados a Educação Física.....	79
Quadro 16- Dados retirados das questões presentes na prova dissertativa de conhecimentos gerais de 2013 sobre temas relacionados a Educação.....	79
Quadro 17- Dados retirados das questões presentes na prova dissertativa de conhecimentos específicos de 2013 sobre temas relacionados a Educação Física.....	80
Quadro 18 - Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos gerais de 2014 sobre temas relacionados a Educação.....	80
Quadro 19 - Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos específicos de 2014 sobre temas relacionados a Educação Física.....	81
Quadro 20- Dados retirados das questões presentes na prova dissertativa de conhecimentos gerais de 2014 sobre temas relacionados a Educação.....	81
Quadro 21- Dados retirados das questões presentes na prova dissertativa de conhecimentos específicos de 2014 sobre temas relacionados a Educação Física.....	82
Quadro 22- Número total de questões por unidade temática de todas as quatro provas analisadas por ordem decrescente.....	84

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACT – Admitido em Caráter Temporário

DEF – Diretoria de Ensino Fundamental

DEF – Divisão de Educação Física

FEPese – Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos

FUNDAÇÃO ESAG - Fundação de Estudos Superiores de Gerência

GEIEFEI – Grupo de Estudos Independente da Educação Física na  
Educação Infantil

NAP's – Núcleos da Ação Pedagógica

NEIM – Núcleo de Educação Infantil Municipal

NEPEF – Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PPP – Projeto Político Pedagógico

RMEF – Rede Municipal de Ensino de Florianópolis

SME – Secretaria Municipal de Educação

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1	DA FORMULAÇÃO DO PROBLEMA À METODOLOGIA DA PESQUISA.....	17
<b>2</b>	<b>NOTAS SOBRE AS FONTES DOCUMENTAIS UTILIZADAS NA PESQUISA .....</b>	<b>31</b>
2.1	ASPECTOS GERAIS DOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS .....	31
2.2	OS DOCUMENTOS NORTEADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS .....	40
2.2.1	O primeiro documento: Diretrizes Curriculares para a Educação Física no Ensino Fundamental e na Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis/SC (1996) .....	41
2.2.2	O segundo documento: Subsídios para a Reorganização Didática no Ensino Fundamental (2000) .....	48
2.2.3	O terceiro documento: Formação em Serviço: partilhando saberes, vislumbrando novas perspectivas (2004) .....	51
2.2.4	O quarto documento: Proposta Curricular Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2008).....	54
2.2.5	O quinto documento: Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil (2010).....	60
2.3	NOTAS SOBRE OS DOCUMENTOS ATUAIS .....	63
2.3.1	Documentos posteriores: Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2016) .....	63
2.3.2	Documentos posteriores: A Educação Física da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2016).....	69
<b>3</b>	<b>CAMINHOS PERCORRIDOS E RESULTADOS .....</b>	<b>73</b>

3.1	A ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS DAS QUESTÕES DAS PROVAS A PARTIR DA ANÁLISE DE CONTEÚDO ..	73
3.2	A FORMULAÇÃO DAS QUESTÕES DAS PROVAS COMO CATEGORIA PRESENTE NA ANÁLISE DE CONTEÚDO ..	84
3.3	A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS QUESTÕES DAS PROVAS DE ACORDO COM OS ASPECTOS POLÍTICO CURRICULARES PRESENTES NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES .....	90
3.3.1	<b>Unidade Temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores .....</b>	<b>91</b>
3.3.2	<b>Unidade Temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física .....</b>	<b>111</b>
3.3.3	<b>Unidade Temática: Autores, Estudiosos e Teorias .....</b>	<b>123</b>
4	<b>A ANÁLISE DOS ASPECTOS POLÍTICO CURRICULARES A PARTIR DOS DADOS ENCONTRADOS NAS PROVAS E NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES .....</b>	<b>131</b>
4.1	A INFÂNCIA E AS CONCEPÇÕES NORTEADORAS PRESENTES NAS PROVAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS E NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES .....	131
4.2	A DOCÊNCIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA E AS CONCEPÇÕES NORTEADORAS PRESENTES NAS PROVAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS E NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES .....	138
4.3	A EDUCAÇÃO E AS CONCEPÇÕES NORTEADORAS PRESENTES NAS PROVAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS E NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES .....	143
4.4	A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL E AS CONCEPÇÕES NORTEADORAS PRESENTES NAS PROVAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS E NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES .....	148
5	<b>A DISCUSSÃO DOS ASPECTOS POLÍTICO CURRICULARES, DE ACORDO COM OS DADOS ANALISADOS NAS PROVAS E NOS DOCUMENTOS</b>	

	<b>ORIENTADORES, EM CONSONÂNCIA COM OS AVANÇOS ATUAIS NO CAMPO ACADÊMICO.....</b>	<b>169</b>
5.1	OS ASPECTOS RELEVANTES NA DISCUSSÃO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA .....	169
5.2	OS ASPECTOS RELEVANTES NA DISCUSSÃO DA CONCEPÇÃO DE DOCÊNCIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	177
5.3	OS ASPECTOS RELEVANTES NA DISCUSSÃO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO .....	182
5.4	OS ASPECTOS RELAVANTES DA DISCUSSÃO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL .....	185
5.4.1	Os aspectos relevantes na discussão da concepção de Educação Física na Educação Infantil .....	186
5.4.2	Os aspectos relevantes na discussão da concepção de Educação Física no Ensino Fundamental .....	189
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>197</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>203</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 DA FORMULAÇÃO DO PROBLEMA À METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho tem como objetivo analisar os concursos públicos para professor de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, realizados pela Secretaria Municipal de Educação entre os anos 1996 e 2014. Tal temática é relevante por considerar que esta forma de ingresso na carreira docente está relacionada a uma seleção que deve expressar as transformações em torno das concepções de infância, docência e prática pedagógica, educação e, Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, visto que as diretrizes e orientações curriculares dessa Rede de Ensino também sofreram modificações e ainda continuam se transformando, como destacaremos nas páginas que seguem.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a educação é um direito social, sendo competência da União, dos Estados e dos Municípios proporcionar os seus meios de acesso. A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada em colaboração com a sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, sendo sua prática facultativa em alguns casos específicos<sup>1</sup>. No que se refere a etapa do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular inclui, obrigatoriamente, práticas de Educação Física<sup>2</sup>, contemplando, desse modo, os direitos e objetivos de aprendizagem, conforme as diretrizes do Conselho Nacional de Educação.

Portanto, o professor de Educação Física, no caso da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, precisa estar preparado para trabalhar com bebês, crianças e adolescentes, que podem ter de 4 meses a 14 anos de idade<sup>3</sup>, uma vez que os municípios, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), devem atuar prioritariamente na

---

<sup>1</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art 26, § 3º.

<sup>2</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art 35, § 2º.

<sup>3</sup> Portaria n.º240/2016: Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03\\_11\\_2016\\_17.37.44.094b9ef95208693f0a17ef1363189b5d.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03_11_2016_17.37.44.094b9ef95208693f0a17ef1363189b5d.pdf). Acesso em: 9 maio 2017.

Educação Infantil e no Ensino Fundamental, levando em consideração especificidades que devem ser consideradas a partir dos objetivos e singularidades de cada etapa da Educação Básica.

Tratando-se da organização da educação nacional, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino, e por essa razão:

Os Municípios incumbir-se-ão de: oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996).

Sendo assim, o município de Florianópolis/SC, lócus desta pesquisa, oferece as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, e, atualmente em ambas, a Educação Física está presente. Em se tratando especificamente sobre a etapa da Educação Infantil, essa emerge na Rede Municipal com o propósito inicial de atender crianças carentes na década de 1970, e a Educação Física passa a integrar seu currículo a partir dos anos de 1980, por meio da contratação de bolsistas de licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado de Santa Catarina.

De acordo com a leitura e aprofundamento dos documentos político curriculares, que são fontes utilizadas na presente pesquisa, bem como, demais pesquisas sobre a etapa da Educação Infantil, se faz necessário um resgate quanto as concepções de Educação Física presentes em tais publicações no decorrer do tempo. Inicialmente, como nos mostram os estudos de Sayão (2004), os discursos e práticas da área da Educação Física relacionados à Educação Infantil vinham contribuindo para a função de ajustamento, controle e disciplinamento do corpo ou como coadjuvante na preparação das crianças para a alfabetização no Ensino Fundamental. A psicomotricidade e o desenvolvimento motor, assim como a Recreação, fortemente ligados à Psicologia do desenvolvimento, que tem como base aspectos evolutivos biológicos, vinham oferecendo os pressupostos para a Educação Física com foco no desenvolvimento motor e nas estruturas cognitivas, com ênfase na

aquisição de habilidades ou no esquema corporal, lateralidade, percepção espaço-tempo, equilíbrio e locomoção.

O trabalho de Sayão (2004) sugere então a necessidade de uma discussão acerca da infância para além do desenvolvimento motor, da recreação, da psicomotricidade, que contribuiriam para o cerceamento das capacidades imaginativas das crianças, uma vez que estas dependem das experiências com os conhecimentos. Trata-se de uma Educação Física que rompe com uma visão mecanicista de corpo, pautada unicamente nos conhecimentos biológicos, fisiológicos, neurológicos, e passa também a dialogar com os campos da Filosofia, da História, da Sociologia e da Pedagogia, favorecendo a aproximação aos conteúdos sociais e culturais e que compreendem o corpo e suas expressões como construção histórico-cultural.

Nas últimas décadas, em se tratando do debate com as Ciências Humanas e Sociais, as perspectivas desenvolvimentistas passaram a ser criticadas com relação ao seu papel de mero passatempo, de suporte para outros campos do conhecimento e com relação à negação da criança como um sujeito marcado por questões de gênero, classe, etnia, entre outras diferenças culturais (SAYÃO, 1999). Nesse contexto de diálogo, a Educação Física passou a ser entendida como disciplina que trata, pedagogicamente, também na primeira etapa da Educação Básica, da cultura corporal, que envolve os jogos, as lutas, as danças, as ginásticas, os esportes e outras práticas corporais historicamente construídas e culturalmente desenvolvidas. Dessa maneira, estudos mais recentes que têm buscado dialogar com a perspectiva da cultura corporal destacam a centralidade do corpo e do movimento humano como elementos-chave da prática pedagógica na Educação Física. Todavia, é importante compreender que:

O corpo perpassa todos os saberes envolvidos nas unidades educativas, e a educação do corpo acontece pela integração, nem sempre harmônica ou unidirecional, dos diferentes saberes atuantes, sendo um deles a Educação Física. Ainda no que tange à educação do corpo, destacamos a necessidade de atentar para um alargamento da compreensão das práticas corporais que considere elementos para além da dimensão motriz (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 15).

No que diz respeito ao diálogo (não isento de tensões) com a Pedagogia, se tem buscado uma aproximação crítica com princípios e propósitos da Pedagogia da Infância, que emergem com maior intensidade a partir da inserção da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica<sup>4</sup>. Conforme Barbosa (2010), a pedagogia da infância constitui-se num conjunto de fundamentos e indicações de ação pedagógica que tem como referência as crianças e as múltiplas concepções de infância em diferentes espaços educacionais. Ela se preocupa com a própria criança, no que se refere aos seus processos de constituição, suas culturas, suas capacidades intelectuais, criativas, estéticas e emocionais. Admite-se que a criança é sujeito de direitos, compreendendo que toda e qualquer ação educativa deve considerá-la como ser humano dotada de ação social, portadora de história, capaz de múltiplas relações. Desse modo,

[...] entende-se na conjuntura dessa pedagogia, que a Educação Infantil deve estar orientada por uma proposta pedagógica aberta, conectada à realidade a que se dirige e, sobretudo, constituída a partir da participação das crianças, visto que os pequenos passam a ser considerados como produtores e protagonistas dos processos sociais (ROCHA apud VAZ et al., 2009, p. 201).

Nesse contexto, a infância deve ser concebida como uma categoria geracional, social e histórica e geograficamente construída, heterogênea, atravessada pelas variáveis de gênero, classe, religião e etnia. Nessa perspectiva, exige-se uma definição de indicativos pedagógicos que possibilitem às crianças a experiência da infância de forma a tomar parte em projetos educacionais fundados na democracia, na diversidade, na participação social, por meio de práticas educativas que privilegiem as relações sociais entre todos os segmentos envolvidos. A proposta de trabalho pedagógica deve contemplar as múltiplas linguagens infantis e romper com modelos pautados nas disciplinas escolares que fragmentam os conteúdos e determinam o tempo de trabalho das crianças.

Tomando como pressuposto que toda apropriação cultural e qualquer aprendizagem é resultado de uma relação social e partilhada de significados coletivos, indica propostas pedagógicas onde as

---

<sup>4</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Artigo 29.

interações, as brincadeiras, a ludicidade e as linguagens estejam vinculadas aos conhecimentos das artes, da cultura, da ciência e da tecnologia (BARBOSA, 2010, p. 2).

Em boa parte, o avanço na mudança das concepções educacionais, que influenciaram e continuam modificando diretamente a prática pedagógica de professores de Educação Física na Educação Infantil, aconteceu e ainda acontece devido à realização de debates em torno da educação de zero a seis anos e da própria área da Educação Física, principalmente durante as formações continuadas de professores, promovidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e também nos encontros do Grupo de Estudos Independente da Educação Física na Educação Infantil (GEIEFED)<sup>5</sup>. Este grupo foi formado visando compreender a infância e a especificidade do trabalho pedagógico da Educação Física com crianças de 0 a 6 anos por meio de debates e do compartilhamento de experiências, objetivando estabelecer uma aproximação mais efetiva da Educação Física com as discussões da Pedagogia (FLORIANÓPOLIS, 2016a).

Em 2004, foram sistematizados pressupostos teórico-metodológicos para a Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (SAYÃO, 2004), no qual se ressalta a crítica a uma concepção de Educação Física como disciplina escolar, que desconsidera interesses e necessidades das crianças, determinando tempo de duração das aulas em termos cronológicos, e fragmentando os conteúdos. Além disso, a crítica, como já visto anteriormente, assenta-se nas supracitadas concepções desenvolvimentistas que consideram padrões de normalidade

---

<sup>5</sup> Grupo de Estudos Independente da Educação Física na Educação Infantil – É constituído por professores que atuam na etapa da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. De acordo com o documento A Educação Física na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2016a), desde a sua constituição em 2004 buscam empreender debates, envolvendo alguns dos principais temas que permeiam a Educação Física na Educação Infantil, compartilhado experiências e somando esforços para contribuir com as discussões acerca da Educação Física que acontecem nas instituições de educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis. Além disso, procura-se estabelecer uma aproximação mais efetiva da Educação Física com as discussões da Pedagogia (inclusive em se tratando da Pedagogia da infância), considerando as especificidades desta etapa da Educação Básica.

para as crianças, desconsiderando o contexto histórico e social em que vivem e se movimentam.

Esses pressupostos consideram a cultura corporal de movimento como conteúdo curricular a ser abordado nas aulas de Educação Física, considerando a mediação dos adultos, as interações entre as crianças e entre adultos e crianças, dentro de um contexto envolto pela brincadeira. Esta perspectiva também pode ser localizada nas orientações curriculares para o Ensino Fundamental da Rede Municipal, que emerge nos anos de 1950 juntamente com uma Educação Física centrada no aspecto instrumental do corpo, ou seja, na exercitação corporal e, desde os anos de 1990, acompanhando o Movimento Renovador da Educação Física brasileira, passou a centrar-se numa prática pedagógica baseada, como dito, na cultura corporal de movimento.

Houve, então, uma mudança, pelo menos em termos de concepção, da Educação Física como “atividade pedagógica” para “componente curricular”, que passa:

[...] a se ocupar de sistematizar e reelaborar criticamente aquilo que vem sendo, na história da humanidade, um campo de expressões culturais e que tem sido denominado de forma genérica, na literatura científica da área pedagógica da Educação Física e também em diferentes propostas curriculares de estados e municípios brasileiros, de cultura corporal de movimento e que se expressa, por exemplo, nas brincadeiras, jogos, danças, lutas, esportes, ginásticas, práticas corporais de aventura urbana e na natureza e práticas corporais introspectivas (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 131).

Como visto anteriormente, a Educação Física, na etapa do Ensino Fundamental, também passou a ter suas concepções modificadas no decorrer dos anos, sobretudo, por meio das discussões realizadas durante os encontros de formação continuada oferecidos pela Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. É importante salientar que esse movimento de mudança nas concepções educacionais na área da Educação Física, tanto na etapa da Educação Infantil como do Ensino Fundamental, aconteceu e se efetivou devido ao diálogo constante com o avanço de pesquisas acadêmicas que surgiram sobre a temática também no decorrer desses anos. Entre os estudos que podem ser citados temos a dissertação de Deborah Sayão intitulada de: Educação Física na Pré-escola: da especialização disciplinar á possibilidade de trabalho pedagógico

integrado (1996), outra pesquisa é a dissertação de Adriana Maria Pereira Wendhausen: O processo de formação continuada de professores e professoras de Educação Física que atuam na Educação Infantil no município de Florianópolis: 1993-2004 (2006), e a dissertação de Ana Cristina Richter: Sobre a presença de uma pedagogia do corpo na educação da infância: retratos e vozes, lugares e tempos da corporalidade na rotina de uma creche (2005).

A mudança das concepções norteadoras, que aconteceu com o passar do tempo, pode ser encontrada sistematizada nos documentos que foram publicados ao longo dos anos pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Por meio da análise dessas publicações é possível compreender o percurso da prática pedagógica em Educação Física no decorrer do tempo, o que mostra que a área não tem sido a mesma, pelo menos em termos curriculares. Além disso, os documentos têm a finalidade de orientar a organização, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas da RMEF, fornecendo subsídios à atuação docente, por meio de uma base comum curricular que está orientada nas diretrizes nacionais da Educação Básica e que, conseqüentemente, aponta para um projeto de Educação Física.

Tais publicações foram distribuídas para toda Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, e, inclusive, subsidiaram e ainda subsidiam as pautas e discussões realizadas nos encontros de formação continuada de professores, que são oferecidos e organizados pela Secretaria Municipal de Educação, assim como do Grupo de Estudos Independente da Educação Física na Educação Infantil. Todos esses documentos se instituem como diretrizes, orientações, referenciais, guias que se oferecem como moldura ou como pano de fundo para construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições e, conseqüentemente, para a organização do trabalho pedagógico de professores que *ingressam* em cada uma das unidades que compõem a Rede. Isso nos leva a uma primeira pergunta que dá origem a pesquisa: como esses documentos aparecem nos processos de seleção de professores para ingresso na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis?

Para a atuação docente nas instituições que compõem a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF), existem duas maneiras: professor substituto e professor efetivo. O professor substituto, ou seja, aquele Admitido em Caráter Temporário (ACT), precisa participar, anualmente, de um processo seletivo composto, basicamente, de prova escrita com questões objetivas de caráter eliminatório e prova de títulos de caráter classificatório.

Por sua vez, para atuar como professor efetivo, seguem-se as normas nacionais, donde “os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos” (BRASIL, 1996). Ainda sobre os aspectos legais acerca da temática, podemos citar a Lei n.º 2.517/86<sup>6</sup>, que dispõe sobre o estatuto do magistério público municipal de Florianópolis, afirmando que: “a primeira investidura em Cargo efetivo do Magistério Público depende da aprovação prévia em concurso público de provas e títulos” (FLORIANÓPOLIS, 1986, p. 2). De modo semelhante, podemos citar a Lei Complementar CMF n.º 063/2003<sup>7</sup>, pois ela define que:

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo de provimento em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (FLORIANÓPOLIS, 2003, p. 3).

Para que se concretizem os concursos públicos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>8</sup> prevê: “a União prestará assistência técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na elaboração de concursos públicos para provimento de cargos dos profissionais da educação” (BRASIL, 1996).

Ainda sobre o assunto, o que poucos sabem a respeito dos concursos públicos para docentes é que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>9</sup>:

[...] qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos

---

<sup>6</sup> Artigo 11.º.

<sup>7</sup> Artigo 4.º.

<sup>8</sup> Artigo 67, §3.º.

<sup>9</sup> Artigo 85.

arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 1996).

Durante a pesquisa sobre o assunto dos concursos públicos ou concursos públicos para docentes de forma geral, foram encontrados poucos materiais, sendo que os que foram encontrados se tratavam em sua maioria acerca de processos seletivos, que pode se assemelhar em muitos parâmetros se comparada a seleção realizada por meio de concursos públicos. Todavia, apesar do escasso acervo, foi possível compreender que a seleção de pessoal, seja mediante concursos públicos ou por outros meios, constitui-se em um processo complexo. Para Ivancevich (2008), ao abordar os critérios de seleção de candidatos, fica evidente a importância de atender o objetivo principal do sistema de seleção, ou seja, identificar, com precisão, os candidatos que possuem conhecimentos, habilidades e atitudes, bem como, outras características exigidas pelo cargo a ser ocupado. O aspecto cultural também é outro importante ponto a ser analisado, devido à importância de conhecer-se os valores que devem ser preservados e desejados, a fim de permitir a integração do profissional contratado (HANASHIRO; TEIXEIRA; ZACCARELLI, 2007).

Quanto a temática dos concursos públicos realizados, especificamente, para professores de Educação Física, ainda que também seja escassa a quantidade de pesquisas, mesmo que de forma minoritária, alguns pesquisadores da área da Educação Física têm tomado os processos seletivos e os concursos como objeto de pesquisa. Darido (2000), por exemplo, por meio da análise de três provas de concursos públicos para ingresso de professores de Educação Física na Rede Estadual de São Paulo, buscou compreender melhor quais as exigências solicitadas com relação ao trabalho docente e quais as abordagens subjacentes requisitadas nas questões propostas pelos concursos analisados. Dentre os resultados obtidos, do total de questões no concurso de 1986, 22% basearam-se nos objetivos de ensino proposto por Singer & Dick; outros 22% abordaram questões de fundamentação desenvolvimentista, enquanto outros 4% trataram da tendência crítica. Por sua vez, no concurso de 1993, foi possível verificar uma mudança no foco referente às abordagens requisitadas e também no peso de cada uma delas, sendo 18,7% de cunho crítico, 21,4% desenvolvimentista e 4,2% construtivista. Já, com relação ao concurso de 1998, último analisado na pesquisa, houve uma ampliação das abordagens solicitadas, sendo 14% de cunho crítico, 8% desenvolvimentista, 10% construtivista, 6%

psicomotricidade, 10% com base nos jogos cooperativos e 6% nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Outro trabalho tratou do concurso público para professores de Educação Física realizado no ano de 2003 para atuação na Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná. Com os dados encontrados, buscou-se encontrar indicadores que favorecessem a identificação das tendências pedagógicas presentes nesses concursos, de modo, a compreender o atual contexto da Educação Física escolar na época, e também as exigências relacionadas aos conhecimentos da área, as quais foram expostas aos professores candidatos (BROUCO; DARIDO, 2006). Os resultados encontrados foram que 33,4% das questões abordaram a tendência crítico-superadora, 6,6% foram referentes a tendência cultural e a Psicomotricidade. Além disso, também foram encontradas questões que abordaram temas acerca da teoria do jogo, numa visão pedagógica e também voltada à psicologia do esporte, bem como, questões relacionadas à história da Educação Física e dos esportes e questões de cunho didático-pedagógico. Todavia, 13,4% não foram classificadas tendo em vista os critérios adotados.

Por sua vez, em outro estudo, Brouco e Darido (2010) analisaram os conteúdos, as bibliografias e os marcos conceituais exigidos nas últimas provas de concursos públicos aplicados a professores de Educação Física da Rede Estadual de Ensino das regiões Sul e Sudeste do Brasil. O objetivo foi identificar as tendências pedagógicas presentes nas provas dos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais. Dentre os resultados apresentados, destaca-se a tendência crítico-superadora com questões em todos os estados, porém, as autoras esclarecem que pode haver preferência em uma ou outra tendência, de acordo com o grupo de profissionais responsáveis pelo processo de elaboração das provas. Outro dado importante obtido é referente às tendências críticas, que compuseram a maior parte das questões nos estados do Sul.

Em se tratando da presente pesquisa, os concursos públicos para professores de Educação Física analisados neste estudo estão compreendidos entre os anos de 1996 e 2014, totalizando quatro concursos num período de 18 anos. A escolha por esse período de tempo acontece, porque, a partir de 1996, diversos documentos importantes foram elaborados e publicados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) junto à Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), com o intuito de, por meio de novas diretrizes, fornecer subsídios à atuação docente, tanto de professores de Educação Física, quanto das demais áreas do conhecimento. Levando em consideração alguns critérios de seleção,

de um total de dez documentos publicados num período de vinte anos, sete serão analisados, visto que eles citam a Educação Física no decorrer do desenvolvimento da sua parte principal, possuem capítulos específicos sobre a área, ou ainda, são documentos inteiramente destinados à Educação Física. Dois desses documentos foram publicados posteriormente ao período de realização dos concursos públicos, ou seja, no ano de 2016, todavia, tendo em vista que suas contribuições começaram a ser estudadas anos antes da publicação dos documentos orientadores, tais publicações também foram detalhadas no decorrer do estudo. Além disso, estes dois documentos trazem importantes informações que condizem com os avanços dos estudos teóricos na área acadêmica referentes à temática.

Com base nestas considerações, pretendeu-se analisar as concepções de Educação Física presentes nas provas de concursos públicos e em documentos político curriculares da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Nessa direção, a presente pesquisa buscou encontrar algumas respostas (sempre provisórias) para a seguinte pergunta: Quais concepções de infância, docência e prática pedagógica, educação e Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental estão presentes nas provas de concursos públicos para professor de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis? Para auxiliar nesse propósito, foram percorridos alguns caminhos:

- a) Identificar os concursos públicos para professor de Educação Física da RMEF realizados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis entre os anos de 1996 e 2014;
- b) Analisar editais, provas, assim como demais dados considerados pertinentes sobre tais concursos públicos;
- c) Identificar concepções de infância, docência e prática pedagógica, educação e Educação Física para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental presentes em documentos político-curriculares da Educação Básica publicados pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis entre os anos de 1996 e 2014.
- d) Cotejar as concepções identificadas nas provas dos concursos públicos com aquelas presentes nos documentos político curriculares analisados e referentes ao período de realização de cada prova.

A maioria das informações acerca dos concursos públicos

analisados na pesquisa estão disponibilizados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Florianópolis<sup>10</sup>, com exceção do concurso de 2004, que foi localizado no *site* do PCI Concursos<sup>11</sup>. No que diz respeito aos documentos norteadores da prática pedagógica, a maior parte pode ser encontrada também no sítio eletrônico da PMF<sup>12</sup>. Porém, as publicações: *Diretrizes Curriculares para a Educação Física no Ensino Fundamental e na Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis/SC* (1996), *Subsídios para a Reorganização Didática no Ensino Fundamental* (2000), e, *Formação em Serviço: Partilhando saberes, vislumbrando novas perspectivas* (2004), por serem mais antigas só puderem ser encontradas na biblioteca do Centro de Educação Continuada da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Deste modo, a pesquisa efetiva-se mediante uma análise documental, que, de acordo com Fonseca (2002), recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, com pouco tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, relatórios, etc. É caracterizado como estudo exploratório, que segundo Gil (1999), possui relevância quando se tem pouca informação sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno, visando proporcionar maior familiaridade com o problema e com o intuito de torná-lo explícito ou ainda a construir hipóteses. Além disso, ajuda a estabelecer prioridades em pesquisas futuras, esclarece conceitos, realiza um levantamento de problemas considerados urgentes, e aumenta o conhecimento sobre o fenômeno para estudos posteriores.

Cabe destacar que a presente pesquisa se caracteriza ainda, de acordo com Minayo (1993, p. 23), como:

[...] atividade básica das ciências na sua integração e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente.

<sup>10</sup> *Site* da Prefeitura Municipal de Florianópolis: Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=concurso+publico>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

<sup>11</sup> *Site* PCI Concursos: Disponível em: <<https://www.pciconcursos.com.br/provas/download/professor-educacao-fisica-prefeitura-florianopolis-sc-esag-2004>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

<sup>12</sup> *Site* da Prefeitura Municipal de Florianópolis: Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=legislacao++leis+e+orientacoes+++dei&menu=8>>. Acesso em: 8 mar. 2017, e <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=proposta+e+orientacoes&menu=9>>. Acesso em 9 mar. 2017.

É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Neste trabalho, buscou-se uma aproximação com a realidade mediante a pesquisa qualitativa, tendo em vista uma relação dinâmica entre o mundo real objetivo e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números. Para auxiliar na trajetória da presente pesquisa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo que, conforme Bardin (2011), configura a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Tendo em vista que a Educação Física passou da condição de atividade para componente curricular, recebendo um tratamento diferenciado aos seus conteúdos, as escolhas metodológicas na organização e análise dos dados, no que diz respeito às concepções de Educação Física encontradas durante a análise das provas dos concursos públicos e dos documentos norteadores da prática pedagógica, buscaram focalizar especialmente em categorias *a priori* que já existem e que são comumente conhecidas no campo pedagógico, sendo elas: concepção de infância, docência e prática pedagógica, educação e Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Para enriquecer a pesquisa, após a leitura dos textos que serviram de base para o referencial teórico durante a construção deste estudo, foram produzidas categorias (*a posteriori*), que também foram consideradas e analisadas no decorrer do trabalho e que surgiram sobretudo entre o cruzamento dos objetivos desta pesquisa e os elementos identificados nos documentos e nas provas.

Nas próximas páginas, será apresentado um levantamento detalhado e aprofundado sobre informações consideradas pertinentes acerca dos concursos públicos para professores de Educação Física realizados na PMF que foram selecionados durante a construção da pesquisa, levando em consideração, sobretudo seus editais e suas provas como fontes preliminares de análise. E, posteriormente, serão apresentadas sínteses descritivas dos documentos norteadores elaborados e publicados pela Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, que integram a outra parte das fontes aqui selecionadas. Portanto, no âmbito das análises dos dados produzidos, ao final, realizou-se um confronto entre as informações obtidas nos concursos públicos, com os documentos

norteadores da prática pedagógica de cada época, principalmente no que tange a tais concepções.

## **2 NOTAS SOBRE AS FONTES DOCUMENTAIS UTILIZADAS NA PESQUISA**

### **2.1 ASPECTOS GERAIS DOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS**

Os concursos públicos para professor de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis analisados nesta pesquisa, no que se refere a duração e ao período, aconteceram quatro vezes entre os anos de 1996 e 2014, sendo nos anos: 2004 (edital n.º 002/2004), 2009 (edital n.º 001/2009), 2013 (edital n.º 003/2013) e 2014 (edital n.º 010/2014), e, de acordo com seus cronogramas, tiveram cerca de quatro a cinco meses de duração, contando da data da publicação do edital até a homologação do resultado final.

Acerca dos critérios presentes na maioria dos processos de seleção dos concursos públicos, Siqueira et al. (2012), afirma que um deles é educação formal. Tal critério está previsto nos editais dos concursos públicos analisados, quando se fala sobre a escolaridade mínima exigida para a atuação dos cargos em suas respectivas áreas. No caso do professor de Educação Física, este deveria ter curso superior a ser comprovado por meio de diploma ou certificado em Licenciatura Plena em Educação Física.

Com relação aos conteúdos cobrados nos editais para serem estudados, os mesmos são divididos por temáticas. Entre as temáticas solicitadas aos professores de Educação Física no edital do primeiro concurso analisado de 2004, as temáticas foram as seguintes: A História da Educação Física, Metodologia para o ensino da Educação Física, Função social da Educação Física, Educação Física adaptada/como trabalhar o conceito de inclusão, Concepções psicomotoras na Educação Física escolar, Processo avaliativo na Educação Física escolar, Educação Física e o desenvolvimento humano, Legislação de ensino (LDB/Código de Ética da Educação Física); e, Mídia e Educação.

No concurso de 2009 os seguintes temas permaneceram: A História da Educação Física, Função social da Educação Física e, Metodologia para o ensino da Educação Física. Nesse mesmo ano uma das temáticas sofreu uma pequena variação em relação ao ano anterior estando descrita como: Desenvolvimento Infantil e movimento humano ao invés de Educação Física e o desenvolvimento humano. Além disso, houve o acréscimo de uma nova temática: Educação Física na Educação

Infantil e no Ensino Fundamental, e a retirada do tema: Educação Física adaptada/como trabalhar o conceito de inclusão.

No ano de 2013, muitas temáticas permaneceram as mesmas, porém, tivemos a inserção de alguns novos temas, como: Atividades de Educação Física, teoria e prática, na Educação Básica; Resoluções nº01/2010 e nº02/2011 do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis; Gestão Pedagógica: planejamento, registro e avaliação; e, Diretrizes curriculares gerais nacionais para Educação Básica. Outra temática sofreu variação em seu nome passando para Atividades metodológicas para o ensino da Educação Física ao invés de Metodologia para o ensino da Educação Física. E por fim, o tema: Educação Física adaptada/como trabalhar o conceito de inclusão, não esteve presente mais uma vez.

Por fim, estiveram previstos no edital do ano de 2014 alguns dos conteúdos já presentes nos concursos dos anos anteriores, todavia, foram inseridos os seguintes: O papel político e a ação pedagógica da Educação Física na formação integral dos estudantes; Aprendizagem, desenvolvimento humano e o movimento; A Educação Física e os jogos cooperativos; O jogo e a brincadeira no desenvolvimento humano; e, as Resoluções do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis nº01/2013, nº03/2009 e nº02/2009. Nesse mesmo ano tivemos a modificação da nomenclatura de algumas temáticas, sendo: Aprendizagem, desenvolvimento humano e o movimento, ao invés de Educação Física e o Desenvolvimento humano, ou ainda, Desenvolvimento Infantil e Movimento humano; Pressupostos metodológicos para o desenvolvimento da Educação Física escolar, ao invés de Atividades metodológicas para o ensino da Educação Física, ou ainda, Metodologia para o ensino da Educação Física; e, por fim, Gestão e estratégias da ação pedagógica: planejamento, discussão, desenvolvimento, monitoramento e avaliação das práticas curriculares de Educação Física, ao invés de, somente, Gestão Pedagógica: planejamento, registro e avaliação. Novamente a temática da Educação Física adaptada/como trabalhar o conceito de inclusão, não esteve previsto no presente edital.

Com relação as etapas dos concursos descritas nos respectivos editais, no ano de 2004, foram realizadas a aplicação de uma prova objetiva, outra discursiva e de títulos, sendo que esta última, de acordo com o item 5.6 do edital nº002/2004, aconteceu previamente às demais, constituindo-se de uma avaliação dos diplomas de Pós-graduação na área da educação, em nível de Especialização, de Mestrado e de Doutorado. Em 2009 a primeira etapa do concurso foi composta por uma prova escrita

com questões objetivas de proposições múltiplas (tipo somatório) e uma prova escrita dissertativa (elaboração de texto dissertativo-argumentativo). Já a segunda etapa consistiu em uma prova de títulos de Pós-graduação com caráter classificatório.

Por sua vez, os concursos de 2013 e 2014 tiveram as etapas descritas nos editais igualmente, sendo a primeira etapa composta por uma prova escrita com questões objetivas de caráter eliminatório e classificatório, e uma prova escrita com questões dissertativas (elaboração de texto argumentativo) de caráter eliminatório e classificatório. A segunda e última etapa foi constituída por uma prova de títulos de pós-graduação, de caráter classificatório, devendo o candidato, quando possuir, validar os certificados de especialização, mestrado ou doutorado.

Quanto à nomeação, constou nos editais dos concursos dos anos de 2009, 2013 e 2014 que os candidatos convocados deveriam realizar um exame médico admissional, que consistia numa avaliação das aptidões física e mental para o exercício das atribuições relacionadas ao cargo. Ainda no caso específico dos professores de Educação Física, além dos exames comuns a todos os novos concursados, estes deveriam realizar uma radiografia da coluna lombo-sacra e da bacia. O resultado do exame médico deveria ser expresso com indicação de “apto ou inapto”, e nas situações que o indivíduo estivesse “inapto”, tal indicação seria causa impeditiva para a contratação do candidato aprovado no concurso. Já no edital do concurso do ano de 2004 nenhum item tratou sobre as exigências necessárias relacionadas a saúde para assumir o cargo de professor de Educação Física.

Dando continuidade a outros pontos considerados relevantes sobre os concursos públicos selecionados para análise, com relação aos responsáveis pela organização, em 2004 o concurso foi realizado sob a responsabilidade da Fundação de Estudos Superiores de Gerência (Fundação ESAG), enquanto os demais foram organizados pela Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos (FEPESE). Em se tratando dos responsáveis pela correção das questões das provas objetivas e discursivas/dissertativas, durante a leitura aprofundada dos editais, não fica claro quem são os responsáveis para tal função, bem como, informações que poderiam ser consideradas relevantes (processo de escolha dos avaliadores, como se organizam, etc), a não ser somente para a prova prática para o cargo de Professor Auxiliar de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS que consta no edital que a comissão organizadora nomeia três professores para compor a banca avaliadora.

Com relação a possibilidade de inscrição em mais de uma área de atuação, em 2009, caso fosse de interesse, um mesmo candidato poderia inscrever-se em dois cargos/áreas/disciplinas, contudo, este deveria ter a escolaridade exigida, conforme o edital, para poder atuar em ambos. Dos professores de Educação Física participantes, alguns optaram, como 2.<sup>a</sup> opção, pelas seguintes áreas: Auxiliar de Ensino de Educação Especial, Auxiliar de Ensino de Ensino Fundamental, Professor de Dança, Auxiliar de Ensino de Tecnologia Educacional, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, Professor de Educação Especial e, Professor de Educação Infantil. Todavia, nesse concurso, houveram dois candidatos que colocaram a Educação Física como segunda opção, e como primeira área de atuação decidiram por: Professor de Inglês e Supervisor Escolar.

Em se tratando da organização da estrutura das provas objetivas e discursiva/dissertativas dos concursos públicos, mudanças importantes aconteceram no decorrer dos anos. Uma dessas mudanças está relacionada ao tipo das questões. Enquanto, em 2009, eram proposições múltiplas (tipo somatório), nas demais, as questões das provas foram formuladas de modo a ser de múltipla escolha (quatro ou cinco proposições, sendo somente uma considerada correta). Outra mudança aconteceu na nomenclatura dada no concurso público de 2004, que citou a prova como sendo discursiva, de modo que o candidato deveria apresentar sua resposta sob forma de redação às questões que envolveram temas relacionados a Conhecimentos Gerais sobre Educação e a Conhecimentos Específicos da área para a qual o candidato inscreveu-se. Já nos outros três concursos, foram provas nomeadas dissertativas, que consistiam na elaboração de textos dissertativos argumentativos sobre temas relacionados à Educação e a temas relacionados a Conhecimentos Específicos da área.

Para a atuação docente nas diferentes etapas da Educação, não houve a formulação de provas diferentes, ou seja, em todos os quatro concursos analisados, os professores de Educação Física, realizaram a mesma prova, sendo para atuar na etapa da Educação infantil e também do Ensino Fundamental. O profissional somente saberia sua etapa de atuação durante a escolha de vagas, caso fosse aprovado no concurso. O momento da escolha, que também não é realizada de modo separado, ou seja, todas as vagas existentes nas unidades educativas para ambas as etapas foram disponibilizadas juntas, acontece de acordo com a ordem de classificação dos professores. É somente no momento em que é chamado que o professor de Educação Física, ao ver as vagas disponíveis pode optar em atuar na etapa que mais lhe interessa caso ainda tenham vagas disponíveis, caso contrário deve optar por iniciar atuando na outra etapa.

Por não haver a separação entre as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental nos processos de execução dos concursos públicos, seja durante as inscrições, na realização das provas, em suas questões e concepções presentes, e, na escolha de vagas, a presente pesquisa considerou pertinente abranger e abordar todos os documentos norteadores publicados pela PMF que a Educação Física aparece citada, não focando em somente documentos destinados a uma etapa da educação básica em específico.

Para melhor visualização das informações, o quadro a seguir foi sistematizado com o objetivo de mostrar alguns dados acerca do ano, número do edital, fundação responsável pela organização, sistematização e aplicação dos concursos e das provas; as áreas de conhecimento solicitadas, e o número total de questões por ano em cada uma das provas objetivas e dissertativas realizadas entre os anos de 1996 e 2014 na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Quadro 1 - Ano, número do edital, fundação responsável, temática e o número total de questões das provas objetivas e dissertativas dos concursos públicos para professor de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis dos anos de 2004, 2009, 2013 e 2014.

ANO	EDITAL	FUNDAÇÃO	ÁREAS DE CONHECIMENTO	PROVA OBJETIVA	PROVA DISSERTATIVA
				NÚMERO DE QUESTÕES	
2004	002/2004	ESAG	Educação	10	1
			Educação Física	20	1
2009	001/2009	FEPESE	Educação	20	2
			Educação Física	20	2
2013	003/2013	FEPESE	Educação	20	2
			Português	5	--
			Educação Física	25	2
2014	010/2014	FEPESE	Educação	15	2
			Português	5	--
			Atualidades	5	--
			Educação Física	25	2

Fonte: Edital Prova 2004 (nº002/2004) (Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23\\_10\\_2015\\_14.17.08.675c2e052e35b10de203766b447fa143.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_10_2015_14.17.08.675c2e052e35b10de203766b447fa143.pdf));

Edital Prova 2009 (nº001/2009) (Disponível em:

<http://2009educapmf.fepese.ufsc.br/?go=edital&mn=1151b3eab3b069d5112ccae1943307c4&edital=1>);

Edital Prova 2013 (nº003/2013) (Disponível em: <http://educa2013.fepese.org.br/?go=edital&mn=1151b3eab3b069d5112ccae1943307c4&edital=3>);

Edital Prova 2014 (nº010/2014) (Disponível em: <http://educa2014.fepese.org.br/?go=edital&mn=1151b3eab3b069d5112ccae1943307c4&edital=10>).

Como é possível observar, nas provas objetivas dos anos de 2004 e 2009 não houveram questões sobre a temática de Português. Já o tema Atualidades aparece somente na prova do ano de 2014, juntamente com as temáticas de Educação, Português e Educação Física. Outro ponto que sofreu mudanças foi com relação ao número de questões destinados a cada tema nas provas objetivas tanto de conhecimentos gerais quanto específicos. Em 2004, o tema Educação teve dez questões, e, nos dois concursos seguintes, sofreu um aumento, passando para vinte o número total de proposições, porém, na última prova, teve seu número reduzido para quinze. Nos concursos de 2013 e 2014, foram cinco o número de questões que abordaram a temática Português. Por sua vez, o tema Atualidades apareceu somente no último concurso analisado, contemplando cinco questões. E por fim, quanto as provas objetivas que trataram especificamente acerca de assuntos relacionados à Educação Física, no decorrer dos anos a temática teve um aumento no número de suas questões, passando de vinte nos concursos de 2004 e 2009 para vinte e cinco naqueles realizados em 2013 e 2014.

Algumas mudanças também puderam ser notadas com relação à quantidade de questões discursivas/dissertativas, quando, em 2004, foram somente duas questões, sendo uma relacionada à Educação e outra à Educação Física. Por outro lado, nos anos seguintes, aumentaram para quatro o total de questões, passando para duas questões sobre temas inerentes à Educação e duas que abordaram assuntos pertinentes à área da Educação Física.

Outra mudança percebida durante a leitura dos editais, é com relação a prova de títulos de pós-graduação, que, como já falado anteriormente, no concurso de 2004 ela foi realizada junto à etapa das provas objetiva e discursiva, ou seja, ainda na etapa eliminatória, enquanto que, em 2009, 2013 e 2014, a prova de títulos teve caráter classificatório, e aconteceu somente após a etapa eliminatória do concurso.

Durante o estudo e aprofundamento das fontes relacionadas aos concursos, ficou evidente que, para a maioria das áreas do conhecimento, as provas foram os únicos meios de operacionalização do processo de seleção para atuar na RMEF, com a única exceção do Professor Auxiliar de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do Professor de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que, além das provas objetiva, discursiva/dissertativa e de títulos, realizaram uma prova prática de caráter eliminatório e classificatório.

Sobre a avaliação das provas objetivas, e principalmente dos textos discursivos/dissertativos, algumas diferenças foram encontradas no que diz respeito aos critérios utilizados. O quadro 2 mostra os critérios informados no edital (n.º 002/2004) acerca da prova discursiva de 2004, assim como em que situações eram atribuídas nota 0,00 (zero):

Quadro 2 - Critérios de Avaliação da prova discursiva do ano de 2004 e os fatores que atribuíram nota 0,00 (zero)

CRITÉRIOS UTILIZADOS	ATRIBUÍDA NOTA 0,00 (ZERO)
Conteúdo específico para a categoria funcional/disciplina ou categoria funcional	À prova em que o candidato identificasse sua folha de prova e respostas
Forma redacional: coerência, coesão, ortografia, concordância e pontuação	À questão da prova discursiva cuja redação fosse apresentada com menos de 10 linhas e com mais de 15 linhas

Fonte: Edital n.º 002/2004 (Disponível em: <https://www.pciconcursos.com.br/provas/download/professor-educacao-fisica-prefeitura-florianopolis-sc-esag-2004>).

De acordo com o quadro 3, no concurso público de 2009, segundo o edital (n.º 001/2009), os critérios para avaliação da prova dissertativa, bem como as situações que eram atribuídas nota 0,00 (zero), foram os seguintes:

Quadro 3 - Critérios de Avaliação da prova dissertativa do ano de 2009 e os fatores que atribuíram nota 0,00 (zero)

CRITÉRIOS UTILIZADOS	ATRIBUÍDA NOTA 0,00 (ZERO)
Adequação ao tema proposto	Com fuga total ao tema
Modalidade escrita na variedade padrão	Resultante de plágio
Vocabulário	Escrita em versos
Coerência e Coesão	Com identificação (nome, assinatura, rubrica, apelido) do candidato
Nível de informação e de argumentação	

Fonte: Edital n°001/2009 (Disponível em: <http://2009educapmf.fepese.ufsc.br/?go=edital&mn=1151b3eab3b069d5112cca1943307c4&edital=1>).

Já nos editais de 2013 (n.º 003/2013) e 2014 (n.º 010/2014), os textos dissertativos argumentativos produzidos pelos candidatos, em resposta aos temas propostos nas questões, foram considerados nos planos do conteúdo e da expressão escrita, sendo avaliados segundo alguns critérios, e também levando em conta alguns fatores que atribuíam nota 0,00 (zero), como expõe o quadro 4:

Quadro 4 - Critérios de Avaliação da prova dissertativa dos anos de 2013 e 2014 e os fatores que atribuíam nota 0,00 (zero)

CRITÉRIOS UTILIZADOS	ATRIBUÍDA NOTA 0,00 (ZERO)
Apresentação, legibilidade, margens e parágrafos	Fuga do tema
Expressão escrita: ortografia, acentuação, crase e pontuação	Resultante de plágio
Adequação do vocabulário empregado	Escrita em versos
Articulação e argumentação	Com identificação (nome, assinatura, rubrica, apelido ou qualquer outro sinal)
Adequação da resposta ao tema	
Demonstração de conhecimento técnico	

Fonte: Edital Prova 2013 (n.º 003/2013). Disponível em: <http://educa2013.fepese.org.br/?go=edital&mn=1151b3eab3b069d5112cca1943307c4&edital=3>

Edital Prova 2014 (n.º 010/2014). Disponível em: <http://educa2014.fepese.org.br/?go=edital&mn=1151b3eab3b069d5112cca1943307c4&edital=10>

Com a leitura dos quadros 2, 3 e 4, foi possível perceber mudanças de alguns elementos relacionados aos critérios de avaliação e aos fatores que atribuíam nota 0,00 (zero) nas provas discursivas/dissertativas. Nos quatro concursos públicos, verifica-se que alguns elementos ou conteúdos relacionados à língua portuguesa foram utilizados para corrigir as provas, tais como: coerência, coesão, ortografia, concordância, pontuação, vocabulário, margens, parágrafos, acentuação, crase, entre outros. Observou-se que tais elementos ou conteúdos foram sendo ampliados no decorrer dos anos, exigindo cada vez mais dos candidatos, no que se refere à escrita das provas discursivas/dissertativas. De modo semelhante, aconteceu com os demais critérios de avaliação no decorrer dos anos, quando, nos dois últimos concursos, estavam previstos nos editais os elementos articulação e argumentação, bem como a demonstração do

conhecimento técnico, que, até então, não tinham sido solicitados nos demais editais, apesar de muito provavelmente terem sido considerados como critérios de avaliação pelos responsáveis durante a leitura e correção das provas discursivas/dissertativas dos anos anteriores.

Quanto aos fatores que atribuíam nota 0,00 (zero) à prova discursiva/dissertativa do candidato, podemos citar a identificação nas folhas das provas, que foi um elemento presente em todos os editais analisados. Contudo, também houveram algumas mudanças a partir do concurso de 2009, quando, foram inseridos novos elementos, como: a fuga ao tema, o plágio e a escrita em versos. E, por fim, no edital de 2004, a redação que fosse apresentada com menos de dez linhas e com mais de quinze linhas, teria nota 0,00 (zero) atribuída, fator este que não consta nos editais dos concursos públicos seguintes analisados, apesar de, provavelmente, ter sido considerado também como um critério para a correção das provas discursiva/dissertativas de tais anos.

Com a leitura aprofundada de todas as questões presentes nas quatro provas analisadas, tanto de conhecimentos gerais quanto específicos, foi possível verificar que estão inseridos nelas alguns aspectos político curriculares, entre os quais, concepções de infância, docência e prática pedagógica, educação e Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Portanto, tais aspectos precisaram ser apreendidos por aqueles que almejavam atuar na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis para que obtivessem êxito no concurso. Todavia, a presente pesquisa considerou importante analisar tais concepções criticamente, principalmente em termos de limites e possibilidades, tendo em vista, todos os documentos orientadores publicados, resultantes do avanço dos estudos relacionados às mudanças de tais concepções no decorrer dos anos. Tais avanços foram propostos com o intuito de qualificar a prática pedagógica docente, e, por essa razão, deveriam incidir diretamente sobre as práticas pedagógicas nas aulas de Educação Física dentro das unidades educativas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

A fim de possibilitar o confronto com as questões das provas dos concursos, a seguir, estão apresentados de modo resumido os pontos considerados mais importantes presentes nos sete documentos orientadores, selecionados entre os anos de 1996 e 2016, publicados pela PMF juntamente com a SME, que citam a Educação Física e que mostram um pouco do avanço dos estudos relacionados à mudança dos aspectos político curriculares entre os quais das concepções norteadoras.

## 2.2 OS DOCUMENTOS NORTEADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS

A Secretaria Municipal de Educação (SME) de Florianópolis, junto à Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), publicaram no decorrer dos anos, documentos que servem para nortear a atividade pedagógica dos professores que atuam nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Diversos documentos foram publicados, porém, os que serão analisados no decorrer desta pesquisa são aqueles que, em algum momento, focalizaram a Educação Física, com maior ou menor ênfase. A seguir, as publicações detalhadas, foram publicadas entre os anos de 1996 e 2016, totalizando sete documentos orientadores. No quadro 5, estão apresentados o ano de publicação e o título dos respectivos documentos:

Quadro 5 - Documentos Norteadores da prática pedagógica que abordam a Educação Física publicados entre os anos de 1996 e 2016

ANO PUBLICAÇÃO	DOCUMENTOS NORTEADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
1996	Diretrizes Curriculares para a Educação Física no Ensino Fundamental e na Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis/SC
2000	Subsídios para a Reorganização Didática no Ensino Fundamental
2004	Formação em Serviço: Partilhando saberes, vislumbrando novas perspectivas
2008	Proposta Curricular Rede Municipal de Ensino de Florianópolis
2010	Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil
2016	Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis
2016	A Educação Física na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis

Fonte: Biblioteca do Centro de Educação Continuada e Sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Florianópolis Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=legislacao++leis++orientacoes+++dei&menu=8> e <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=legislacao+def&menu=9>.

De um total de sete documentos, cinco abordam a Educação Física e também outras áreas do conhecimento, tanto na etapa do Ensino Fundamental quanto da Educação Infantil, enquanto somente dois tratam, especificamente, sobre a Educação Física; um deles retrata o campo na etapa da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, enquanto o outro trata somente da Educação Física na Educação Infantil.

A fim de subsidiar a discussão e o confronto sobre os aspectos político curriculares, entre os quais as concepções norteadoras, a seguir, serão exibidos de modo resumido, os principais pontos dos documentos norteadores, publicados pela PMF, tanto no mesmo período de realização das provas, mas também, publicados anteriormente. Todavia, também serão expostas as informações consideradas pertinentes inseridas nos dois documentos mais recentes, publicados no ano de 2016, com o intuito de compreender ainda mais sobre os atuais avanços dos estudos acerca do tema abordado, mas, sobretudo, auxiliar no entendimento de qual prática pedagógica está sendo considerada ideal nas aulas de Educação Física dentro da RMEF nos dias de hoje.

### **2.2.1 O primeiro documento: Diretrizes Curriculares para a Educação Física no Ensino Fundamental e na Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis/SC (1996)**

O primeiro documento relacionado à Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis foi publicado no ano de 1996 e chama-se: *Diretrizes Curriculares para a Educação Física no Ensino Fundamental e na Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis*. Ele inicia tratando da Educação Física no Ensino Fundamental, e esse tópico é formado por quatro partes que são independentes entre si, mesmo que, relacionadas às questões da Educação Física escolar como um todo.

Pela necessidade de perspectiva de uma nova qualidade de ensino, a Divisão de Educação Física (DEF) estabeleceu, ainda no ano de 1993, uma parceria com o Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física<sup>13</sup> (NEPEF) da Universidade Federal de Santa Catarina, com o intuito de, em parceria, elaborar algumas ações que objetivassem a formação dos professores da rede em serviço. O NEPEF é um grupo que surgiu em 1991, sendo formado por docentes e por estudantes da graduação e pós-graduação, que tinha o objetivo de produzir e socializar os conhecimentos da área da Educação Física e suas relações com o esporte e o lazer (MOTRIVIVÊNCIA, 1994)

---

<sup>13</sup> O Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física trata-se de um grupo composto por professores vinculados ao Centro de Desportos e ao Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, alunos da graduação, pós-graduação Lato e Stricto Sensu e professores das redes públicas de ensino. O objetivo principal deste grupo é a produção e a socialização de conhecimento na área da Educação Física e suas relações com o esporte e o lazer.

Dentre as ações realizadas, aconteceram: a elaboração de concurso público para o ingresso de professores efetivos, algumas discussões acerca da obrigatoriedade do exame biométrico nas escolas como pré-requisito para frequentar as aulas de Educação Física, a organização de um curso sobre Metodologia do Ensino de Educação Física escolar, a constituição de um grupo de estudos específico da Educação Física na Educação Infantil, e, a organização de um curso acerca da Educação Física Infantil.

O documento em foco, recapitula que, em 1994, houve a deflagração do Movimento de Reorganização Curricular, que objetivou discutir o currículo, elemento entendido como um instrumento para o enfrentamento dos problemas na formação de uma nova ordem social. O movimento contou com ações na rede, como: projetos, reuniões pedagógicas, consultorias, publicações, grupos de formação e grupos de estudos, além de, posteriormente, serem acrescentados o Projeto Político Pedagógico e o Planejamento Estratégico Situacional.

Em 1995, o grupo de estudos assumiu tarefa de construir as Diretrizes Curriculares para Educação Física escolar no Ensino Fundamental e na Educação Infantil (de zero a seis anos), contando com a contribuição dos professores da rede, do NEPEF e do órgão central, mediante discussões/reflexões realizadas nos Grupos de Formação, com a meta de trazer junto à proposta curricular, já em construção, as questões mais significativas da práxis pedagógica. Conseqüentemente, no ano de 1996, a DEF, por sua vez, inicia a implantação das diretrizes curriculares nas escolas da rede, bem como o seu acompanhamento, para o levantamento de limites e possibilidades na prática pedagógica, baseando-se na reformulação/ampliação do documento preliminar, além de fornecer indicativos para a Educação Física na Educação Infantil e para os portadores de deficiência.

Quanto aos pressupostos teórico-filosóficos norteadores, o presente documento inicia tomando por base outra publicação intitulada: *Diretrizes e Metas para a Educação – Governo da Frente Popular*. Este documento relata:

O compromisso da escola pública brasileira é com os segmentos majoritários da população, que historicamente, têm sido discriminados, expropriados e manipulados das mais diversas maneiras, nos seus direitos fundamentais, tanto em suas condições objetivo-materiais de vida, em seu plano econômico e em suas formas de organização

sócio-políticas, como na produção e no acesso ao saber e à cultura que lhes caracterizam subjetiva e espiritualmente (FLORIANÓPOLIS, 1993 apud FLORIANÓPOLIS, 1996, p.13).

Nesse documento ainda consta que todo aluno tem direito de frequentar a escola, superar seu senso comum e, apropriando-se do saber universal acumulado, capacitar-se a produzir o conhecimento novo e necessário para transformar esse modo de sentir, de ver, de pensar e de fazer a vida e o mundo.

Ter acesso à escola deve significar, então, o domínio do instrumental teórico-prático que os homens produziram na caminhada civilizatória para entender e transformar a natureza, a história, a sociedade e a si mesmos. Dominar o conhecimento deve significar o desafio e o encorajamento de cada aluno para que seja sujeito histórico de um projeto que aponte no sentido da superação deste estado de coisas, de miséria material e espiritual (...) pois, este não é o destino dado, pronto e acabado (FLORIANÓPOLIS, 1993 apud FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 14).

Conforme o documento de 1996, o processo de produção e transmissão do conhecimento deveria ter como horizonte a formação do sujeito histórico capaz de intervir criticamente no campo das múltiplas contradições existentes, transformando a realidade social. Todavia, para que se alcançasse a nova qualidade de ensino que se pretendia com a elaboração de tal documento, era necessário situar a educação escolar na totalidade da prática histórico-social, tendo em vista que ela é educativa e formadora do sujeito-cidadão, para que, a partir disso, fosse possível identificar, compreender e constituir o seu objeto-especificidade. E desse modo, o conhecimento passasse, então, “[...] a ser o processo cujo produto são as representações que o homem articula sobre a realidade e as respostas que elabora às questões oriundas do seu enfrentamento/relação com o mundo da natureza, da historicidade-sociabilidade, da subjetividade-individualidade” (FLORIANÓPOLIS, 1993 apud FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 15).

Portanto, a partir dessa concepção de conhecimento, foi possível entender a educação escolar como “[...] uma das práticas sociais, cuja especificidade se constitui na democratização-socialização do saber,

lugar onde o indivíduo estaria se instrumentalizando para inserção e intervenção no meio social ao qual pertence” (FLORIANÓPOLIS, 1993 apud FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 15). Logo, a proposta pedagógica do documento construiu-se a partir da crítica criteriosa do que faz o conjunto dos trabalhadores da rede municipal e se consubstanciou num projeto de educação e de escola, que se caracterizou: Libertadora, Democrática, Unitária e Transformadora.

Em seguida, sobre os conteúdos curriculares, o documento relata sobre a leitura que a Educação Física precisava fazer sobre as manifestações do movimento humano, ou seja, ela precisava ampliar a visão sobre elas, dando atenção às diferentes formas de cultura do movimento, não privilegiando algumas em detrimento de outras. Além disso, ela necessitava respeitar as características próprias de cada aluno e suas possibilidades de contribuir para a produção coletiva de um novo conhecimento, entendendo o movimento como forma de expressão que permeia as relações sociais.

Isto não significa ‘inventar’ conteúdos para a Educação Física escolar: os conteúdos tradicionalmente inseridos nos currículos escolares são aqueles já nomeados anteriormente (esportes, danças, ginástica, lutas, jogos e brincadeiras). O que estamos propondo aqui é que, para além da simples prática de alguns deles, transposta da realidade social e em graus de complexidade rebaixada, se busque estudá-los/ensiná-los como conhecimento a ser apropriado/reelaborado pelo aluno, conforme sua subjetividade e seus sentidos/significados (FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 34-35).

Por fim, no presente documento, foram sugeridos alguns procedimentos, a fim de concretizar a proposta pedagógica; foram eles: o planejamento participativo, a ressignificação dos conteúdos, o ensino aberto a experiências motoras e reflexões, o caráter lúdico e criativo; e, a autonomia e solidariedade nas ações dos alunos.

A segunda parte do documento aborda a Educação Física na Educação Infantil e inicia tratando da concepção de criança como um ser humano em processo de desenvolvimento e que necessita de cuidados e educação, ou seja, uma Educação Infantil que percebe a criança em toda sua potencialidade, de forma que a autonomia, a criticidade, a criatividade e a solidariedade sejam pressupostos nessa etapa da educação. O principal

desafio posto nesse momento foi o de construir uma prática pedagógica em Educação Física que fosse coerente com essa concepção e que atendesse às especificidades da faixa etária de zero a seis anos.

O presente documento cita ainda que, o processo do Movimento de Reorientação Curricular da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, que como vimos anteriormente, tinha o intuito de discutir o currículo, teve como proposta preliminar de Educação Infantil entender que o trabalho nesta etapa da Educação Básica não deveria ser implicado pelo ensino, mas pelo cuidar e o educar. Desse modo, “a interação com os adultos e com outras crianças, através do trabalho desenvolvido, é realizada na perspectiva da criança como um ser ativo, crítico e autônomo, condições necessárias para constituir-se enquanto sujeito” (FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 42).

Tendo em vista que a Educação Física deve preocupar-se com a organização de um currículo que contemple o cotidiano da escola infantil, apontando para a concretização de alguns objetivos importantes, como, por exemplo, a necessidade de ampliar os conhecimentos da criança, proporcionando-lhe os instrumentos para que ela possa apropriar-se criticamente da cultura sistematizada pela humanidade, é preciso:

[...] propiciar um ambiente que estimule a criatividade e a investigação, através da brincadeira, favorecendo o surgimento de atividades em que prevaleça a solidariedade, a responsabilidade e o respeito aos direitos humanos. Parte-se, também, do respeito a diversidade cultural e da compreensão dos valores morais presentes em todas as ações humanas, considerando-os como princípios da ação educativa, passíveis, inclusive, de serem transformados em temas educacionais (FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 42).

Com outras palavras, a Educação Infantil precisa ser compreendida como um espaço socioeducativo, onde é fundamental permitir que a criança tenha acesso a elementos da cultura universal e da natureza, por meio de um processo de troca de experiências com outras crianças e com o professor. Dessa maneira, a criança pode construir e elaborar hipóteses para a compreensão e intervenção no mundo, propiciando um processo de desenvolvimento e aprendizagem mais rico e significativo.

Ainda dentro da segunda parte do documento outros tópicos foram abordados, dentre eles, estão algumas considerações sobre o processo de

desenvolvimento e aprendizagem, seguidas do tópico denominado: *A Educação Física da Escola para a “Pré-escola”*. Neste momento, é feita uma crítica a perspectiva psicomotriz em favor de outro modelo de Educação Física nas pré-escolas. Além disso, fala-se sobre a antecipação da escolarização às crianças e a proposta de merenda e assistência à saúde em programas que objetivem ampliar quantitativamente o atendimento a baixo custo, compensando, dessa forma, as carências que impedem o avanço na escolarização. Surge então a pré-escola e a psicomotricidade como um novo fenômeno na educação das crianças, que, de acordo com Florianópolis (1996), seria uma das grandes soluções para os inúmeros problemas relacionados ao fracasso educacional, dentre eles, o fracasso na alfabetização. Para tanto, se faz necessário treinar as habilidades, tais como: o esquema corporal, a percepção temporal, a lateralidade, o equilíbrio, entre outros, aspectos estes, que, conseqüentemente, também começaram a fazer parte do discurso pedagógico.

Paralelamente, as teorias do desenvolvimento/aprendizagem motora e a recreação também passaram a fazer parte do discurso pedagógico sendo, juntamente com a psicomotricidade, apropriados pela Educação Física e transformados metodologicamente em práticas pedagógicas no âmbito da Educação Infantil (FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 47).

Segundo o que consta em Florianópolis (1996), é possível afirmar que foi o modelo de Educação Física praticado nas séries iniciais do primeiro grau o responsável por embasar as ações dos profissionais no âmbito das unidades educativas de Educação Infantil. Dentre as principais tendências da Educação Física encontradas nos anos iniciais, estão a psicomotricidade, o desenvolvimento e aprendizagem motora, e, a recreação.

Quanto às três tendências identificadas como mais presentes nas aulas de Educação Física das séries iniciais, percebemos uma perspectiva dualista de homem em todas, dividindo-o em corpo (aspecto motor) e mente (aspecto cognitivo), colocando sempre o “físico” a serviço do “psíquico”, por isso a ênfase no desenvolvimento de habilidades motoras e na compensação, através de atividades

físicas, do desgaste mental (FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 50).

Dando indicativos de estar caminhando em direção a uma nova práxis, o documento traz um capítulo que explica que a Educação Física precisava justificar seu trabalho no interior do processo educacional por meio do compartilhamento de uma compreensão de ser humano, educação e de sociedade dentro da concepção de Educação Infantil. Logo, “[...] sua contribuição precisa auxiliar na leitura do mundo por parte das crianças com as quais trabalha, partindo do pressuposto da construção de si mesmo, no decorrer do processo de alfabetização” (FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 51). Para isso, o documento cita algumas referências importantes, especialmente, o Coletivo de Autores, visto que ele ressalta a expressão corporal como uma forma de linguagem, ao mesmo tempo em que é considerada um patrimônio da humanidade.

De acordo com o presente documento, pelas possibilidades do movimento ser expressivo, comunicativo, criativo, explorativo ou comparativo, no trabalho com crianças de zero a seis anos, tais aspectos têm sido tomados como indicação metodológica interessante, pois possibilita que a criança compreenda o seu próprio movimento como uma marca pessoal, como algo histórico e como parte da produção da humanidade, caminhando no sentido da apropriação dos fenômenos da denominada cultura corporal (FLORIANÓPOLIS, 1996).

O aspecto do movimento continua sendo citado no decorrer do documento, dessa vez embasados por estudos de Wallon, e suas formas, que são: equilíbrio, preensão e locomoção, e, atitudes mímicas. Nessa perspectiva, especialmente com as crianças pequenas, as três formas de movimento poderiam ser indicadoras da prática pedagógica do professor,

[...] tanto organizando situações em que essas diferentes formas estejam presentes, como tematizando-as a partir dos fenômenos da cultura corporal, levando as crianças a reproduzi-los e recriá-los, fazendo uma leitura dos sentimentos e intenções que motivaram aqueles que criaram esses fenômenos em seu contexto (FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 58).

Nessa proposta, a brincadeira é considerada princípio norteador na tematização das atividades da cultura corporal das crianças, possibilitando que suas manifestações corporais encontrem significados

pela ludicidade presente na relação que elas mantêm com o mundo. Por esse motivo, um planejamento que vá ao encontro das reais manifestações lúdicas das crianças é aquele que identifica na cultura das brincadeiras seu ponto de referência e de partida para que elas ampliem sua compreensão de mundo.

Outro aspecto abordado trata da compreensão do movimento como linguagem corporal, que, para a criança pequena, surge como um meio de comunicação, expressão e interação social. Além de possuir um significado para a criança, a linguagem corporal representa a sua intervenção no mundo, o que possibilita a ampliação de trabalho. Nesse momento, o documento cita Kunz (apud FLORIANÓPOLIS, 1996) e as suas contribuições com relação aos sentidos/significados que o movimento humano pode traduzir por suas manifestações; sendo eles: sentido comparativo, sentido exploratório, sentido produtivo, sentido comunicativo e sentido expressivo.

A terceira parte do documento consiste num capítulo denominado de: *A fala da rede: refletindo a implantação das diretrizes*. Ele é considerado como uma estratégia de comunicação utilizada que deu voz aos professores, especialistas e servidores que atuavam no cotidiano escolar. Nele estão sistematizados alguns relatos de Grupos de Formação e Grupos de Estudos a respeito do que foi o processo de implementação das Diretrizes Curriculares na Rede Municipal de Florianópolis. Por fim, a quarta e última parte, intitulada: *Subsídios para refletir a prática pedagógica*, apresenta textos e pesquisas que foram produzidos por professores do NEPEF/UFSC, e que serviram de instrumentos de reflexão e análise da prática pedagógica na Educação Física escolar em Florianópolis na época de elaboração do documento.

### **2.2.2 O segundo documento: Subsídios para a Reorganização Didática no Ensino Fundamental (2000)**

O segundo documento, do ano 2000, intitulado de: *Subsídios para a Reorganização Didática no Ensino Fundamental*, foi lançado, conjuntamente, com outras duas publicações, denominadas: *Projeto Político Pedagógico: uma abordagem sob o ponto de vista histórico*; e, *O Movimento de Reorganização Didática: Instaurando uma Nova Práxis no Ensino Fundamental*. Durante a sua leitura, foi possível observar que não se tratava de um documento específico da Educação Física, ou seja, apresentava, também, capítulos acerca das demais áreas do conhecimento.

Ainda na introdução, fica claro que os textos presentes foram frutos de um amplo aperfeiçoamento promovido pela Secretaria Municipal de Educação por meio de seus Departamentos e Divisões, com o objetivo primordial de apoiar, incentivar e subsidiar o trabalho de produção coletiva das propostas pedagógicas, com vistas à consolidação de uma escola pública gratuita e de qualidade social. Além disso, pretendia-se auxiliar na compreensão do processo de escolarização no curso de uma vida qualitativa para todos, em que a escola deveria ser a agência culturalmente capaz de fomentar o conhecimento.

Já com relação à área da Educação Física, o documento apresenta um capítulo denominado: *Considerações Organizacionais para a Educação Física nas séries iniciais do Ensino Fundamental*. Nesse momento, seu principal pressuposto, era de que, todo aluno deve ter o direito ao acesso e permanência a uma educação com qualidade, que considere a cultura do corpo/movimento como patrimônio de todos, e, que também, seja um instrumento de busca e consolidação da cidadania, não podendo, em hipótese alguma, caracterizar-se como uma instrução descontextualizada de práticas de jogos, esportes, ginásticas, danças e lutas. Sendo assim, tal proposta apoia-se na premissa de que: “todo aluno é um ser humano ativo em desenvolvimento, vivendo em ambientes dinâmicos e em constantes mudanças. Assim a Educação Física assumirá o seu verdadeiro papel dentro de uma política educacional efetivamente democrática” (KREBS, 2000, p. 257).

A fim de concretizar tal proposição para a Educação Física, o documento afirma que ela pode se consolidar pela mediação entre teorias do desenvolvimento humano e a ação pedagógica no cotidiano da escola. Contudo, uma discussão acerca do paradoxo entre ser único como indivíduo e ser igual como ser social aparece, quando Janet Teeple (apud KREBS, 2000, p.257) fala sobre o fenômeno mudança e o fenômeno *status*, estando o primeiro relacionado ao aspecto universal do desenvolvimento humano, ou seja, é comum a todos os indivíduos, enquanto o segundo descreve as características individuais de cada pessoa.

Levando em consideração o fenômeno mudança e o fenômeno *status*, o professor de Educação Física, ao planejar, pode deparar-se com o seguinte dilema: deve o programa adaptar-se às necessidades de cada criança, ou deve o programa focalizar as necessidades gerais do grupo? O documento responde a tal questionamento, afirmando que uma boa proposta de Educação Física precisa encontrar um equilíbrio entre as necessidades de cada criança e as necessidades de todas as crianças,

tornando os conceitos de individualidade e sociabilidade importantes, pois podem ajudar os professores a traçarem as maiores metas dos seus programas.

Outra parte do capítulo destinado à Educação Física aborda sobre a concepção desenvolvimentista e as contribuições das teorias do desenvolvimento infantil, propostas por Piaget e Vygotsky, sendo considerada como meta principal desse tipo de programa, a mediação entre o atendimento às necessidades que cada criança tem como um indivíduo com características únicas, e as necessidades que cada criança tem como sujeitos comuns a uma mesma história social.

A fim de atender as respectivas especificidades dos fenômenos mudança e *status*, por meio de uma proposta de Educação Física, o capítulo traz a relação entre objetivo e conteúdo, que pode ser organizada de modo que o objetivo de enfatizar a individualidade (fenômeno *status*) seja proposto por meio de atividades com exercícios, em contrapartida, ao objetivo da ênfase na socialização (fenômeno mudança), que pode ser trabalhada por meio da atividade do jogo.

Com relação aos jogos, estes, em suas estruturas mais simples, de uma forma abrangente, são denominados como atividades de baixa organização. No entanto, quando algumas regras e uma maior complexidade são adicionadas a esses mesmos jogos, também de uma maneira geral, passam a serem denominados como atividades pré-desportivas. Por sua vez, os exercícios, nas suas estruturas mais simples, são descritos como atividades de postura ou locomoção, e, quando recebem desafios adicionais, passam a se chamar de atividades de autocontrole. Além dos exemplos citados, uma outra forma é delineada com o intuito de abranger as atividades rítmicas, como: brinquedos cantados, exercícios ritmados e danças folclóricas, que tanto podem ter sua ênfase voltada para o grupo quanto para o indivíduo.

A organização do programa é outro ponto citado, e nele fala-se sobre o planejamento a ser desenvolvido ao longo do ano. Porém, como trata-se de uma proposta de Educação Física desenvolvimentista, que seja compatível com a abordagem da educação construtivista, é importante compreender que o planejamento deve ser concebido como um processo em construção, orientando-se, no processo educativo pela zona de desenvolvimento proximal do educando.

Outra teoria incorporada nessa proposta é a Teoria dos Sistemas Ecológicos de Bronfenbrenner (apud KREBS, 2000, p. 265). Ela estabelece que as propriedades da pessoa devem ser interpretadas em uma perspectiva ecológica, e que os parâmetros do contexto devem ser vistos em uma abordagem desenvolvimentista. Nessa teoria, a pessoa deve ser

considerada como um ser em desenvolvimento, e o contexto, como ambiente dinâmico em constante transformação. É importante compreender que a abordagem desenvolvimentista para a Educação Física não pode estar reduzida a aspectos maturacionais e aptidão física, mas sim, a uma visão dinâmica do processo educativo, alicerçada em teorias do desenvolvimento humano. E sendo a Educação Física o componente curricular que está mais relacionado com o movimento humano, a mesma deve proporcionar um conceito de inteligência motora como norteadora das ações do planejamento, que precisa estar estruturado no equilíbrio dinâmico entre as competências físico-cinestésica, percepto-cognitiva e socioemocional.

E, para finalizar, o capítulo afirma que, com relação ao planejamento, este deve seguir o aspecto construtivista, que busca ser um processo contínuo ao longo de todo o ano, partindo do nível macro do planejamento até alcançar o nível micro. A área da Educação Física, portanto, nessa proposta de planejamento prevista no documento: *Subsídios para a Reorganização Didática no Ensino Fundamental* deve culminar na aquisição de novos conhecimentos e habilidades que assegurem a autonomia e independência do aluno, para que ele, enfim, consiga alcançar o exercício pleno de sua cidadania.

### **2.2.3 O terceiro documento: Formação em Serviço: partilhando saberes, vislumbrando novas perspectivas (2004)**

Essa publicação é do ano de 2004 e intitula-se: *Formação em Serviço: partilhando saberes, vislumbrando novas perspectivas*. Esse documento aborda, especificamente, alguns assuntos pertinentes à Educação Infantil, como: o seu cotidiano e o cuidado com a criança de zero a seis anos em creches e pré-escolas, as diferentes linguagens, a educação inclusiva, nutrição e saúde, e outros temas diversos. Assim como o documento anterior, ele não trata especificamente sobre a Educação Física, mas traz em seu conteúdo alguns textos específicos da área.

O documento não é considerado o resultado, mas sim a continuidade do trabalho/processo desenvolvido com os profissionais, que visa compreender a criança como um ser público de direitos. Ainda na sua parte inicial, a seguinte indagação é feita: Qual é o conteúdo básico que organiza o cotidiano do atendimento da criança de zero a seis anos em espaços coletivos, alheios ao contexto familiar? Nesse momento se explica, que, para chegar a uma resposta, é importante que todos tenham

em mente as diferentes concepções de criança, infância, educação e Educação Infantil que marcaram os diversos momentos históricos do acolhimento da criança pequena, alheios ao contexto familiar, assim como, aquilo que o documento definiu de “recheios”, que dessas concepções foram decorrentes. Sendo assim, “é preciso reconhecer as especificidades da infância e da criança em suas diferentes idades e nos contextos culturais que as constituem, identificando a base de nossas concepções para poder selecionar ações e experiências educativas necessárias às crianças com as quais se trabalha” (WIGGERS, 2004, p.15).

O documento tem como objetivo dar continuidade ao trabalho desenvolvido na Educação Infantil Municipal, que tem como princípio uma pedagogia da infância, considerando a criança como sujeito de direitos e possibilitando o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões e as relações estabelecidas com outras instituições sociais, incluindo as famílias. Nessa mesma perspectiva, o eixo do trabalho pode ser explicitado no binômio educar/cuidar, que se torna um só no fazer pedagógico, ao considerar a criança como sujeito integral.

Durante os momentos de formação e, conseqüentemente, na construção do documento, os profissionais da Educação Infantil tiveram a possibilidade de socializar suas práticas num movimento de redimensionamento e trocas. Tais momentos oportunizaram uma formação em serviço mais ampla no investimento sistemático da capacitação permanente em serviço, sendo coordenados pela equipe técnica da Divisão de Educação Infantil e ministrados por docentes contratados. No decorrer dos sete meses de duração da formação, foram realizados: Grupos de Discussão, Oficinas, Ciclo de Debates e Palestras.

Assim como no documento anterior, este também traz breves esclarecimentos sobre a questão do planejamento, mas, dessa vez, referentes à etapa da Educação Infantil. Neste, a criança deve ser concebida como ser social e histórico, ou seja, que constrói conhecimentos sobre si e sobre o mundo à medida que se desenvolve como alguém ativo e integral com competências para criar e recriar. Portanto: “aquilo que pretendemos com ‘Planejamento’ perpassa a forma de pensar, refletir, discutir e organizar, intencionalmente, a prática educativa no cotidiano da educação infantil, objetivando ampliar a vivência das crianças através de ações significativas e prazerosas” (FLORIANÓPOLIS, 2004, p. 23). Desse modo, planejar significa contextualizar e, vislumbrar perspectivas de interações e relações educativas entre criança/criança, criança/adulto, enfim, entre a criança e o mundo.

A Educação Física aparece dentro do documento, na parte intitulada: *O cotidiano e o Cuidado com a Criança de zero a seis anos em Creches e Pré-Escolas*, com um texto, que buscou sistematizar algumas ideias que foram debatidas no grupo de discussão conduzido por Deborah Thomé Sayão<sup>14</sup>, nomeado de: *O Fazer Pedagógico do/a Professor/a de Educação Física na Educação Infantil*.

O primeiro assunto abordado no texto trata sobre a concepção de Educação Física como disciplina escolar, cujos elementos como o tempo, o espaço e os conteúdos são previamente definidos e, por esse motivo, terminam demarcando as disciplinas na escola, o que acaba não fazendo sentido para as crianças pequenas. Por isso, cabe aos profissionais elaborar pressupostos teórico-metodológicos que garantam o trabalho pedagógico da Educação Física à luz da Pedagogia da Educação Infantil.

Outro tema abordado é a respeito do distanciamento entre Educação Física e a totalidade do trabalho pedagógico no âmbito dos Núcleos de Educação Infantil Municipais – NEIM's. A superação do distanciamento entre as áreas/disciplinas que convivem no interior de uma unidade de Educação Infantil passa pela consciência de seus profissionais de que o corporativismo das formações ou funções é um impedimento do trabalho de qualidade. Logo, quando se pensa em qualidade, é preciso vislumbrar a complementaridade entre as esferas que constituem o cotidiano das instituições de Educação Infantil.

A participação das professoras regentes e auxiliares é indispensável naqueles momentos em que o/a professor/a de Educação Física está coordenando uma atividade, assim como o inverso disto. Isto possibilita aos profissionais conhecerem melhor as crianças e construirão vínculos entre os adultos que qualificam o trabalho pedagógico (SAYÃO, 2004, p. 30).

A formação permanente do professor de Educação Física é outra temática discutida no decorrer do texto, tendo em vista que, a formação precisa contemplar a discussão, também permanente, com os profissionais da área, com os demais profissionais das unidades educativas, e, com as outras áreas do conhecimento. O texto explica que a formação eminentemente técnica dos profissionais da Educação Física

---

<sup>14</sup> Professora assistente lotada no Departamento de Metodologia do Ensino CED/UFSC.

tem sido um forte limitador do avanço necessário do trabalho com crianças pequenas. Além disso, as contribuições de áreas como a Sociologia, História, Antropologia, Filosofia e Pedagogia têm sido negligenciadas em sua importância como irradiadoras da possibilidade de construção de uma Educação Física mais próxima das crianças e mais distante das técnicas do esporte de rendimento e das *performances* instrumentalizantes. Cabe, então, ressaltar que a formação permanente dos profissionais da área não pode limitar-se ao universo dessa disciplina, precisando ser ampliada também para o universo da Educação Infantil, num movimento que abarque algumas especificidades da Educação Física articuladas indissociavelmente a essa etapa da Educação Básica.

A criatividade também é outro elemento discutido no texto, tendo em vista que os participantes da formação informaram o quanto ela se constitui numa ferramenta indispensável para a construção da Pedagogia da Educação Infantil e os desdobramentos desta para a Educação Física, e que, inclusive, muitos dos profissionais vêm construindo um trabalho de qualidade pautado na criatividade de suas ações.

Já a discussão da temática sobre a superação do tempo/espaço adulto foi considerada um dos momentos mais significativos, pois, muitos relataram que o tempo tradicionalmente determinado para a realização da Educação Física não se adequava às concepções de criança e Educação Infantil vigentes nas unidades educativas. Por esse motivo, muitos professores passaram a desenvolver experiências em que a atividade acontece no tempo necessário para as crianças.

E, para finalizar, fala-se sobre a ampliação das experiências de movimento das crianças. Sendo responsabilidade do adulto observar atentamente o grupo de meninos e meninas nas suas brincadeiras em espaços amplos ou restritos e organizar esses espaços e os materiais com o propósito das crianças criarem novas formas de brincar com os objetos, com seus corpos e com os corpos de seus colegas e dos adultos, ou seja, as crianças devem ter o direito de brincar e se movimentar em amplos espaços (SAYÃO, 2004).

#### **2.2.4 O quarto documento: Proposta Curricular Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2008)**

O presente documento inicia se auto denominando como algo não conclusivo, mas sim aberto a outras experiências, e tem como ideia central, convocar todos os educadores para conhecerem mais de perto o processo de ensino e aprendizagem que a Rede Municipal de Ensino de

Florianópolis desenvolvia na época, tanto, especificamente, da área da Educação Física, como das demais áreas do conhecimento.

Ainda na parte introdutória é esclarecido que a concepção de educação que perpassa a proposta elaborada pelo conjunto de professores reconhece o indivíduo como cidadão, isto é, capaz de assumir uma postura crítica e criativa do mundo.

Mundo que se transforma com rapidez incrível, nos campos científicos e tecnológicos, desafiando cotidianamente os seres humanos com novos dilemas éticos, perante os semelhantes e a preservação do meio ambiente e a própria sobrevivência com dignidade, diante do poder da comunicação que se tornou instantânea pelos meios informatizados (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 6).

O documento busca, também, dar sequência ao processo educacional iniciado na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis dentro da política de integração dos dois níveis iniciais da Educação Básica, ampliando as oportunidades de ingresso na creche e na pré-escola, rumo à educação de zero aos 14 anos.

A discussão acerca da ressignificação do currículo, decorrente da ampliação do tempo do Ensino Fundamental para nove anos, com ingresso das crianças aos seis anos de idade, e o objetivo de melhor subsidiar a elaboração dos planos de ensino das unidades educativas, trouxeram a necessidade de promover estudos para a sistematização de novos referenciais curriculares para a RMEF.

A intenção ao sistematizar a presente proposta com a Rede para a Rede é que esta seja referência discutida e assumida pelos educadores, juntamente com os Parâmetros Nacionais, nos projetos pedagógicos e elaboração dos currículos das unidades educativas, resguardadas suas especificidades (SILVA; IMMING, 2008, p. 9).

Um breve apanhado histórico sobre a discussão do tema do currículo é realizado na parte inicial do documento. Nesse momento é explicado que a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, a partir da década de 80, toma o currículo como uma constante em suas discussões, e, a partir dos anos 90, tem se empenhado em produzir e publicar documentos que trazem referenciais curriculares a serem

considerados pelos educadores durante a elaboração dos seus planos de ensino e projetos pedagógicos das unidades educativas. Porém, apesar de ter um reconhecimento de que os princípios e as diretrizes estabelecidas nos últimos documentos continuam a impulsionar ações, programas, projetos e práticas pedagógicas, os índices de desempenho educacional na RMEF, o avanço das tecnologias da comunicação e da informação, a ampliação do tempo no Ensino Fundamental, entre outros, têm mostrado que é preciso estar atento para o que está sendo feito, com o intuito de lançar um novo olhar sobre o currículo.

A ampliação do tempo no Ensino Fundamental é novamente colocada em evidência, quando no documento aborda-se sobre a mudança na duração do Ensino Fundamental para nove anos<sup>15</sup>, que amplia não só a escolaridade obrigatória, mas direitos e deveres de todos os cidadãos. Essa ampliação requer, “além de outras responsabilidades, *uma reorganização de tempos, espaços e currículos*, uma vez que seu objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem” (SILVA; IMMING, 2008, p.11, grifos dos autores).

Da mesma forma que os outros documentos vistos anteriormente, este teve sua construção decorrente das discussões realizadas durante os encontros de formações continuadas de professores, com pauta direcionada no projeto de qualificação dos profissionais da Educação na perspectiva da discussão e reelaboração de referenciais curriculares para a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Inicialmente, foram consultados, analisados e avaliados os documentos que trazem as orientações, as diretrizes e as propostas curriculares produzidas anteriormente, sob a perspectiva da superação, ampliação ou aprofundamento, em função das experiências e vivências dos educadores, da produção de novos conhecimentos teóricos, bem como, das adequações à legislação atual e definições/metapontadas para o Ensino Fundamental. A organização das formações aconteceu por meio de Grupos de Formação por Área de Conhecimento, Grupos de Estudos Independentes, Oficinas e Palestras e Grupo Específico de Formação

---

<sup>15</sup> A Lei n. 9.394/96, em seus artigos 6.º, 32, 87 já sinalizava com a ampliação progressiva do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito no Brasil. Esse dispositivo legal é assumido pelo Plano Nacional de Educação – Lei 10.172/2001, que a contempla em suas metas. A Lei 11.114/2005 altera estes artigos e torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos no Ensino Fundamental. Esta exigência transforma o tempo do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos de duração, com matrícula obrigatória de 6 a 14 anos de idade.

para Educadores que atuam no Bloco Inicial de Alfabetização (BIA). Durante as formações, discutiu-se sobre os objetivos, as concepções de aprendizagem que permeiam o processo educativo, os eixos norteadores e os conceitos/conteúdos a serem desenvolvidos no decorrer dos anos no Ensino Fundamental. Paralelamente, o Departamento de Educação Fundamental promoveu seminários temáticos, contemplando temas que fundamentaram e perpassaram o currículo escolar, e que se tornaram fundamentais na discussão para elaboração das propostas.

Esse esforço resultou numa versão preliminar do documento com a sistematização das discussões realizadas na formação no decorrer do ano, que foi encaminhado para as unidades educativas, para que todos os educadores pudessem fazer a sua leitura e discussão, tecer críticas, apontar sugestões que seriam retomadas e reformuladas na formação continuada do ano seguinte.

Em 2007, a discussão realizada em torno da ressignificação curricular teve a contribuição do projeto da Diversidade Étnico-Racial, com formação voltada para o atendimento da Lei n.º 10.639/03<sup>16</sup>, pautando-se nas reflexões do reconhecimento da História e Cultura Afro-Brasileira, da implicância da prática pedagógica da construção de identidades, assim como da relação currículo, escola e relação étnico-racial, e dos Ciclos de formação sobre deficiência, com reflexões acerca da inclusão e aprendizagem das crianças e jovens com deficiência e do trabalho pedagógico para atender a essa demanda.

O presente documento foi, enfim, sistematizado, com o entendimento de que é necessário avançar para uma política de educação integral e inclusiva na perspectiva de uma educação voltada para o desenvolvimento das múltiplas dimensões e singularidades humanas com foco na diversidade das especificidades e no reconhecimento das crianças e dos jovens como seres de direitos, e com a prerrogativa de que todos podem aprender. O desafio, ao elaborá-lo, foi guardar consonância com as Diretrizes Nacionais e, ao mesmo tempo, garantir a identidade e autonomia dos grupos de discussão.

Finalizando a sua parte introdutória, fala-se sobre a importância de compreender que o currículo precisa ser atualizado permanentemente porque o conhecimento precisa acompanhar a dinâmica, o movimento de mudanças e transformações pelas quais passa a sociedade. E, nessa

---

<sup>16</sup> Lei 10.639/03 traz a questão da inclusão no currículo oficial de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Em 2007, o DEF promoveu um mínimo de 120 horas de formação, para os(as) educadores(as) do Ensino Fundamental, com vistas a atender esta demanda.

organização, ressignificar o currículo implica rever ideias, conceitos, metodologias, processos de aprendizagem, além de pensar o sujeito nas suas múltiplas dimensões, implementando práticas pedagógicas que contemplem a aprendizagem de todas as crianças e jovens, tornando a formação e a discussão pela qualidade do ensino permanentes.

A Educação Física possui, dentro do documento: *Proposta Curricular Rede Municipal de Ensino de Florianópolis* (2008), um capítulo específico que inicia falando sobre a formação que os professores da área tiveram com mediação do Professor Dr. João Batista Freire para a então construção desse capítulo. A consultoria, em parceria com a RMEF, teve como objetivo produzir um documento orientador para a área que refletisse o cotidiano e o aprimoramento das práticas de Educação Física.

O documento teve origem nas discussões estabelecidas entre os professores, tomando como referência as propostas curriculares para a área elaboradas no período entre 1993 a 1996 pelo coletivo de professores da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis em conjunto com os consultores do Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e no período entre 1997 a 2004, elaboradas pelo Professor Dr. Ruy Krebs juntamente com docentes da RMEF. O objetivo, portanto, foi analisar propostas já organizadas em períodos anteriores, revisando-as, ampliando-as e aprimorando-as, de acordo com a realidade existente e atual. Além disso, a leitura e discussão de textos atreladas aos relatos de experiência dos professores também contribuíram de forma efetiva para a elaboração desse documento.

Para os(as) professores(as) de Educação Física, a prática pedagógica se constrói em um fazer cotidiano, sem que se possam prever todos os acontecimentos. O cotidiano é surpreendente, original e complexo. A práxis pedagógica é, justamente, o entrelaçamento do cotidiano, que não é linear, com as reflexões teóricas (SCHNORR; SERAFIN; FREIRE, 2008, p. 124).

O capítulo segue com um tópico sobre a temática do currículo, explicando que, “[...] no caso da educação, currículo implica uma organização que junta inúmeros elementos, numa trama extremamente complexa, objetivando uma prática educacional, isto é, a educação é o

trajeto que os elementos curriculares percorrerão” (SCHNORR; SERAFIN; FREIRE, 2008, p. 124).

Adiante, no mesmo capítulo, está a parte denominada: *A compreensão dos(as) professores(as) sobre a Educação Física*. Uma das referências levadas em consideração para a elaboração desse tópico partiu das circunstâncias do trabalho de cada professor, ou seja, as sugestões quanto ao que fazer daqui por diante, tomando por base o que se fez até hoje. Portanto:

A ideia não é substituir, subitamente, tudo o que existe por fórmulas milagrosas de ensino, mas sim propor mudanças que respeitem o que é feito atualmente, que poderão ou não ser acatadas; nem tudo o que existe precisa ser mudado; nem todos que precisam mudar decidirão fazê-lo (SCHNORR; SERAFIN; FREIRE, 2008, p.126).

A exclusão é outro elemento citado, por ser considerado um dos mais graves problemas da educação brasileira. E, por essa razão, qualquer projeto pedagógico deve considerar, antes de tudo, as possibilidades de inclusão, ou seja, as práticas pedagógicas devem contemplar tanto as semelhanças quanto as diferenças.

Os planos devem ser flexíveis, de forma a considerar a possibilidade de que o(a) aluno (a) e seus professores(as) sejam ativos, tenham espaços de decisão, de participação, não somente coletiva, mas também individual; que as particularidades de cada um possam se manifestar no interior das propostas de ação coletiva (SCHNORR; SERAFIN; FREIRE, 2008, p.128).

Sobre as referências utilizadas para a construção do presente documento, como vimos anteriormente, uma delas foi a proposta curricular para a Educação Física elaborada pelo Professor Dr. Ruy Krebs e os docentes da RMEF no ano de 2000. Assim, o documento: *Proposta Curricular Rede Municipal de Ensino de Florianópolis* não teve a intenção de substituir aquele criado anteriormente, mas sim complementá-lo e atualizá-lo, além de reforçar os eixos e fundamentos da proposta elaborada em 1996 pelo coletivo de professores da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis em conjunto com consultores do

Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física da UFSC e já vista de maneira mais detalhada anteriormente na presente pesquisa.

Outra referência levada em consideração para a estruturação desse documento foram diferentes teorias, que, dependendo da postura do conjunto dos docentes quanto aos objetivos educacionais, alguns teóricos foram mais indicados que outros. Todavia, o cotidiano pedagógico não segue fielmente as ideias dos grandes pensadores nem se alinha disciplinadamente aos planos de aulas, ou seja, surpreendem a cada instante. Desse modo, esse documento “reflete um projeto de professores(as) que reconhecem que a prática pedagógica é feita, em parte das boas teorias, dos bons projetos e, em parte, de criações cotidianas. Um currículo, que é um artefato de providência, tem que supor o imprevisível do dia-a-dia pedagógico” (SCHNORR; SERAFIN; FREIRE, 2008, p. 128).

Partimos, então, para o tópico das circunstâncias específicas da Educação Física, sendo exposto, brevemente, que os alunos precisam, através da vivência dos conteúdos específicos ter consciência do próprio corpo, das relações com os outros, das questões morais, dos sentimentos, e assim por diante. Já no tópico seguinte, denominado de: A aula que temos e a aula que queremos, afirma-se que uma educação para ser completa, tem de ser perpassada fortemente por valores éticos e, dessa forma, a Educação Física deve estender seus instrumentos para que componentes sociais integrem sua abordagem educacional.

Por fim, o capítulo específico sobre a Educação Física faz algumas considerações, inicialmente, sobre a valorização dos professores de Educação Física pelo conjunto da escola, e, posteriormente, sobre o que é considerado o objetivo principal da área, que é a promoção da educação corporal dos alunos. Educação corporal que não se refere, especificamente, à preparação física nos moldes da Educação Física tradicional, mas a uma educação integral que reconheça nossa condição corporal; assim, “os(as) alunos(as) não precisam ter seus movimentos restringidos, podem atuar com mais liberdade, podem agir corporalmente, de modo a estarem mais próximos daquilo que é a realidade da criança” (SCHNORR; SERAFIN; FREIRE, 2008, p.135-136).

### **2.2.5 O quinto documento: Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil (2010)**

O documento das Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil de 2010 está organizado em duas partes principais, uma denominada de Conferências e a outra de Relatos de Experiência. O

documento apresenta as múltiplas atividades desenvolvidas nas unidades educativas com base na formação humana. Os educadores convidados relatam suas concepções teóricas e práticas, contribuindo para o pensar filosófico da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis a respeito dos objetivos da Educação Infantil e da importância da formação de educadores para essa etapa da vida das crianças.

A elaboração desse documento buscou responder aos anseios da RMEF, bem como cumprir com a determinação legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional de Educação, da Organização, Financiamento e Manutenção do Sistema Municipal de Ensino de Florianópolis, e também, do seu Plano Municipal de Educação. Além disso, o documento orienta o trabalho na perspectiva de garantir a todas as crianças matriculadas seus direitos fundamentais e suas ações nos princípios políticos, éticos e estéticos.

Esse documento não trata especificamente sobre a área da Educação Física, mas é possível encontrá-la citada em alguns momentos. Nas Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil é possível ver a Educação Física relacionada aos Núcleos da Ação Pedagógica (NAP's) na parte das Conferências do documento, na seguinte passagem:

Cumpre, entretanto, também lembrar às professoras e professores tanto de “sala de aula” quanto de Educação Física e outras matérias de ensino, que não se trata de uma “prescrição” de “atividades” mas eixos que possam pensar o corpo em movimento das crianças pequenas (cultura corporal), sem se constituir num receituário estanque de atividades e conteúdos meramente “didáticos”, normalmente, propostos sem nenhuma contextualização com as condições objetivas das crianças, professores e professoras, família, enfim, do próprio projeto político pedagógico das creches (SILVA, 2010, p. 83).

A Educação Física está citada também em títulos de estudos utilizados como referências bibliográficas que auxiliaram na construção do documento, e em uma nota de rodapé, que busca explicar melhor o entrecruzamento de diferentes áreas, tais como: educação, psicologia, antropologia, sociologia, história, saúde, serviço social, Educação Física, linguística, arquitetura, artes e letras, em uma abordagem da criança e sua

totalidade, na qual a brincadeira, as interações e as diferentes linguagens são eixos do trabalho pedagógico da Educação Infantil.

Outro momento em que a Educação Física aparece é ainda dentro da parte das Conferências, no tópico intitulado: *Supervisão na Educação Infantil e a organização do trabalho educacional pedagógico*, que se destina às demandas dos supervisores dentro das unidades educativas de Educação Infantil, locais estes que os profissionais precisam garantir momentos para planejar com os auxiliares de ensino e o professor de Educação Física, buscando dialogar sempre sobre as propostas de planejamento dos diferentes grupos.

Todavia, é durante os relatos de experiência que a Educação Física é mais vezes citada. Nestes, professores regentes, auxiliares de sala, professores auxiliares, professores de Educação Física, supervisores e demais profissionais relatam projetos que foram construídos em conjunto, sendo vivenciados posteriormente também conjuntamente, gerando resultados positivos na prática pedagógica com as crianças.

Em um dos relatos, a Educação Física aparece auxiliando a romper métodos escolarizantes ainda presentes nas instituições de Educação Infantil, através de contribuições e desafios, em um projeto nomeado: *Uma viagem, muitas histórias*. Sobre esse relato, a parceria da Educação Física na articulação de seu trabalho pedagógico com a integração aos projetos de sala proporcionou uma prática pedagógica mais condizente com a pedagogia da infância e com o ser criança. Em outro relato, intitulado: *Os desafios de uma proposta: trabalhando com grupos de crianças de diferentes idades na Educação Infantil*, a Educação Física aparece como um momento que crianças de diferentes grupos passam a participar das atividades, mesmo algumas não estando em seu horário de aula.

Já o projeto *Boi-de-mamão: uma brincadeira de faz de conta* surgiu a partir de uma pesquisa de mestrado, que teve como objetivo pesquisar a prática da Educação Física na Educação Infantil, investigando a coerência com seus princípios. Nesse mesmo relato, buscou-se propor uma pedagogia lúdica que possibilitasse perceber as crianças com suas potencialidades e singularidades, e que buscasse qualificar o significado do “aprender” para o segmento da Educação Infantil nos momentos da Educação Física. O documento finaliza com o último relato, nomeado: *O mundo encantado do circo travessura*, que contou com o envolvimento do professor de Educação Física e que buscou enfatizar o trabalho em conjunto com o objetivo de explorar os movimentos e exercícios que os artistas de circo, normalmente, utilizam em suas apresentações.

## 2.3 NOTAS SOBRE OS DOCUMENTOS ATUAIS

Os dois próximos documentos que serão expostos foram publicados no ano de 2016, ou seja, período posterior a realização das provas dos concursos públicos aqui analisados, que acabaram ficando compreendidos entre o período de 2004 a 2014, sendo este o ano de realização do último concurso público para professor de Educação Física na RMEF. Todavia, para enriquecer ainda mais a discussão final da presente pesquisa, foi considerado pertinente trazer, mesmo que de forma resumida, os principais pontos relacionados à temática deste estudo contidos em tais publicações, principalmente, para auxiliar na compreensão sobre a prática pedagógica que hoje é considerada ideal nas aulas de Educação Física e que com o decorrer dos anos e dos avanços nos estudos sofreram alterações importantes.

### **2.3.1 Documentos posteriores: Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2016)**

O presente documento apresenta elementos fundamentais para os profissionais da educação (re)pensarem a organização do processo escolar e do fazer pedagógico no âmbito das unidades educativas, tendo como pontos basilares a sistematização e a reflexão acerca das interligações possíveis entre os conhecimentos cotidianos e os conhecimentos das ciências, das artes, da filosofia, da ética e afins. Tal proposta curricular:

[...] visa a suscitar reflexões sobre os novos desafios resultantes de avanços científicos e tecnológicos e das transformações na dinâmica social. Desafios estes que integram o cotidiano do funcionamento da RMEF e refletem em mudanças nas legislações e nos documentos orientadores da configuração escolar, da mesma forma que suscitam alterações nas metas definidas nos Planos Nacionais e Municipais para a Educação Básica (LUZ, 2016b, p.11).

O documento foi formulado por um grupo de trabalho composto por consultores, assessores da SME e diretores convidados na qualidade de representantes das unidades educativas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Esses profissionais assumiram o compromisso de participar do processo de escrita da presente proposta iniciado pelo estudo

e pelas discussões com o propósito de definir as diretrizes gerais da RMEF. De modo semelhante às publicações anteriores, para auxiliar na construção dessa proposta, foram realizados encontros com grupos de professores no decorrer da formação continuada oferecida pela Diretoria de Ensino Fundamental (DEF), sendo um desses encontros presencial, que teve como objetivo apresentar a eles a proposta em construção, em suas linhas gerais, e de instigá-los a contribuírem para que o texto final retratasse da melhor forma possível o trabalho desenvolvido nas instituições de Educação Infantil. Outras etapas foram realizadas por meio de um ambiente virtual, onde buscou-se promover uma análise do texto inicial, além da coleta de considerações dos participantes sobre as reflexões nele expressas visando ao seu aprimoramento.

Durante a leitura da proposta ficou evidente que os responsáveis buscaram evidenciar, assim como já acontecia nas publicações anteriores, a filiação de abordagens que caracterizaram a história da RMEF e que tiveram como propósito a formação humana que visa a emancipação derivada do modo como ela se constitui em sua historicidade. Desse modo, a SME assume o compromisso com um currículo que “apresenta uma visão articuladora, respeitando a organização e a integração das Áreas do Conhecimento, e também oportunizando autonomia às Unidades Educativas para selecionar temas, estabelecer vínculos intersetoriais e proporcionar espaços a serem utilizados para tal” (LUZ, 2016b, p. 12). Ao longo da proposta curricular; também se busca “evidenciar a importância da articulação entre os diferentes anos do Ensino Fundamental e das diferentes Áreas e Componentes Curriculares, problematizando-se o conhecimento” (Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, 2016b, p. 16).

As discussões e os encaminhamentos que ocorreram durante a composição do documento sinalizaram para várias concepções filosófico-epistemológicas e teórico-metodológicas a ancorar os diferentes grupos de formação que compõe a Rede. Este documento atenta, pois, para essas especificidades de ancoragem, mas o faz sob a lógica de três movimentos também específicos: (i) busca por manutenção da filiação histórico-cultural e de abordagens críticas em educação que caracterizam a história da Rede e que têm como propósito uma formação humana para a emancipação; (ii) atenção a desafios atuais que são contemplados por abordagens pós-críticas em

educação e por alguns de seus referenciais correlatos, o que diz respeito especialmente às discussões sobre diferença, inclusão, educação quilombola e Ensino Religioso<sup>17</sup>; e (iii) enfoque na pesquisa como princípio educativo, especificamente no campo da Educação de Jovens e Adultos. Trata-se da busca por uma delicada integração desses três movimentos, que deriva do modo como a Rede se constitui em sua historicidade (FLORIANÓPOLIS, 2016b, p.13).

A parte inicial do documento é intitulada *Currículo: pressupostos, princípios e práticas* e é constituída pelos seguintes subitens: Percurso da Rede Municipal de Ensino: a construção de referências para discussão do currículo, Conhecimento, Ensino e Aprendizagem; Gestão Democrática; Processos e instrumentos de Organização Coletiva e Participativa, Inclusão Escolar e Diferenças na Escola, Formação Integral, Tecnologias e Mídia-Educação, Formação Continuada dos/as Profissionais da Educação e Avaliação.

Na segunda parte do documento, denominada de: *Áreas do Conhecimento e Modalidades de Ensino*, encontram-se as discussões referentes à organização da etapa do Ensino Fundamental e às modalidades: Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola. Trata-se também acerca do Ensino Fundamental de nove anos, tematizando a imersão nas diferentes manifestações da cultura como eixo transversal do currículo. Tendo em vista que esse documento não trata, especificamente, sobre a Educação Física, cada área do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares são apresentados de forma contextualizada, contendo: concepções, eixos e conceitos; objetivos por ano de escolaridade, e, desafios da prática pedagógica. Portanto, a segunda parte do documento está organizada da seguinte forma: Ensino Fundamental: Especificidades e Desafios, O Foco na Alfabetização, A Imersão na Cultura como Eixo Transversal do Currículo, e Áreas do Conhecimento (Linguagens).

A Educação Física aparece inserida na parte das linguagens, e inicia com um tópico chamado: *Desafios para o Componente Curricular*

---

<sup>17</sup> Tais abordagens compõem importantes documentos oficiais, como as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica e, nessa condição, são coercitivos para os demais documentos em nível nacional, nas diferentes instâncias administrativas.

*de Educação Física*. Nessa parte é explicado que pesquisadores e professores têm buscado construir uma legitimidade para o trabalho pedagógico com os conhecimentos relativos à Educação Física na escola. Isso significa a sua estruturação como componente curricular que lida com uma seleção de conhecimentos que, organizados e sistematizados, devem proporcionar aos estudantes uma reflexão acerca de uma dimensão da cultura, contribuindo com a formação cultural.

Um dos desafios expostos no decorrer do texto é o de pensar a Educação Física como componente curricular, tentando romper com determinada tradição responsável por sua consolidação nos currículos escolares no Brasil ao longo de grande parte do século XX, que se sustentava no conhecimento médico-biológico e orientava-se pela ideia de que sua função principal era a promoção da saúde. A Educação Física deve, portanto, na condição de componente curricular, ocupar-se de sistematizar e reelaborar criticamente aquilo que vem sendo, na história da humanidade, um campo de expressões culturais, e que tem sido denominado, de forma genérica, na literatura científica da área pedagógica da Educação Física e também em diferentes propostas curriculares de estados e municípios brasileiros, de *cultura corporal de movimento*<sup>18</sup>, e que se expressa, por exemplo, nas brincadeiras, jogos, danças, lutas, esportes, ginásticas, práticas corporais de aventura urbana e na natureza, e práticas corporais introspectivas.

A tarefa cotidiana de ressignificar a tradição e a legitimidade da Educação Física, articulada à função social da escola, no contexto de uma sociedade democrática e republicana, constitui-se, de acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BRASIL apud FLORIANÓPOLIS, 2016b):

[...] em um desafio de natureza ético-política para professores de Educação Física de todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Tanto nas relações com os demais componentes e nas relações de poder inerentes ao contexto escolar (espaços e tempos) quanto na constituição interna de um currículo e em suas implicações (processos de planejamento, implementação e avaliação), a Educação Física encontra-se diante de um novo cenário que exige novas abordagens (p.131).

---

<sup>18</sup> São diversas as tentativas da Educação Física brasileira de construir teoricamente um conceito capaz de abarcar esse campo de expressões culturais que seria específico da área e que constituiria seu objeto de estudo e intervenção.

Outros desafios também são citados, como os desafios curriculares, desafios interdisciplinares e desafios didáticos. Com o intuito de aprofundar e melhor compreendê-los, no decorrer do documento eles foram separados em tópicos específicos.

Os desafios curriculares estão inseridos no tópico chamado: *Desafios específicos do Componente Curricular de Educação Física*. Ele surge por meio do esforço de pensar um saber da Educação Física que se desenvolve ao longo dos anos escolares em complexidade e criticidade, respeitando a natureza singular, por meio da qual, a Educação Física aborda os conhecimentos nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. Todavia, duas são as exigências para o estudo da área; são elas: o alargamento das vivências das práticas corporais, e a necessidade de conhecer corporal e conceitualmente as abordagens para tal estudo.

O próximo tópico é intitulado: *Desafios interdisciplinares do Componente Curricular de Educação Física*. Esse desafio envolve a busca pelo diálogo com os conhecimentos produzidos nos componentes curriculares da área de Linguagens e nas demais áreas que são abordadas nesse documento. O texto explica que é preciso, além de reconhecer, valorizar e apoiar iniciativas de trabalho coletivo já existentes nas instituições da RMEF:

[...] avançar na direção da efetivação de uma política pública que fomenta o diálogo interdisciplinar entre Componentes Curriculares e Áreas do Conhecimento de modo sistemático e constante, de forma que ações e trabalhos dessa natureza não sejam apenas expressão de valorosas iniciativas individuais ou de grupos de diretores supervisores, professores e estudantes, mas do compromisso político explícito de organizar um currículo (FLORIANÓPOLIS, 2016b, p. 133).

O último desafio é abordado no tópico: *Desafios didáticos do Componente Curricular de Educação Física*. Ele trata sobre a necessidade de se pensar e estruturar objetivos de ensino e aprendizagem, estratégias metodológicas, critérios e instrumentos de avaliação, entre outros elementos, que expressem a concepção e a função pedagógica da Educação Física na escola, sem que isso signifique o engessamento das

práticas de planejamento ou a restrição da liberdade pedagógica dos docentes. Por isso, “[...] a partir desse horizonte político-pedagógico comum, que delimita, sem restringir, os contornos e as possibilidades desse Componente Curricular, o que se almeja é a potencialização e a complexificação das formas de trabalhar com a Educação Física nas escolas da Rede” (FLORIANÓPOLIS, 2016b, p. 136).

O próximo tópico inserido na parte do documento que trata sobre a Educação Física é chamado: *Considerações sobre práticas no Componente Curricular de Educação Física*, e nele estão contidos os temas do planejamento, da metodologia e da avaliação. Nesse momento afirma-se que é importante que todos os professores contemplem em seu planejamento o conhecimento da realidade, a formulação de objetivos de ensino e de aprendizagem; a definição de meios e estratégias e de recursos necessários, possíveis, viáveis e disponíveis, além dos critérios para a avaliação.

O tópico seguinte trata dos Eixos e conceitos relativos ao Componente Curricular de Educação Física, e tem como ideia central que os corpos e seus movimentos são compreendidos como símbolos sociais e culturais, que se expressam de diferentes formas, porque representam manifestações culturais diferentes, expressando princípios, valores e normas. Isso aproxima o corpo e o movimento de outras linguagens, concebidas como formas de ação e interação no mundo e como processos de produção de sentidos (BRASIL apud FLORIANÓPOLIS, 2016b, p.145).

O documento traz a seguir, de acordo com González e Fensterseifer (apud FLORIANÓPOLIS, 2016b, p.145), três eixos de organização que relacionam o trabalho pedagógico e o conhecimento da Educação Física: a ampliação das possibilidades de movimento dos seres humanos, o conhecimento das manifestações sistematizadas da cultura corporal de movimento, e, a compreensão das estruturas e representações sociais que atravessam o universo dessas manifestações.

A última parte do presente documento apresenta um quadro sistematizado que leva em consideração os objetivos de ensino e aprendizagem por ano do Ensino Fundamental e suas modalidades, considerando eixos e conteúdos da Educação Física, bem como, seus níveis de abordagem, que são: Introduzir, Ampliar, Consolidar e Retomar. Tal quadro, que não será exposto, pretende ser uma sugestão de organização curricular que os professores devem se embasar para construir seus planejamentos pedagógicos que irão nortear a prática educativa dentro das unidades educativas de Ensino Fundamental.

### **2.3.2 Documentos posteriores: A Educação Física da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2016)**

O último documento analisado é resultado de um longo processo de amadurecimento coletivo que exercitou a reflexão sobre práticas em Núcleos de Educação Infantil Municipais, na RMEF, na forma de grupos de estudo, relatos, programas de formação continuada, pesquisas, entre outras iniciativas, com o objetivo de orientar as práticas de Educação Física na Educação Infantil no município. A publicação trata, exclusivamente, da área da Educação Física na etapa da Educação Infantil, e apresenta uma parte introdutória, que será detalhada logo a seguir, e alguns relatos de experiência que compõem a maior parte do conteúdo contidos nesse material.

O documento inicia falando sobre a história da Educação Infantil no Brasil e a sua obrigatoriedade, de acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988)<sup>19</sup>, sendo direito da criança e dever do Estado o atendimento a crianças de zero a cinco/seis anos em creches e pré-escolas. O texto tem continuidade ao relatar a história da Educação Infantil no município de Florianópolis, que teve seu início em 1976, como um serviço, primeiramente, com características de assistência social no quadro das políticas compensatórias. Conforme Sayão (apud FLORIANÓPOLIS, 2016a):

Com relação à orientação pedagógica, baseava-se em pressupostos que hoje são vistos como fortemente vinculados a uma naturalização da criança, tanto em seus aspectos biológicos quanto psicológicos, cujos alicerces tinham origem, de forma geral, em uma interpretação do ideário da Escola Nova (p. 9).

Já a inserção do professor de Educação Física no corpo docente das instituições de Educação Infantil aconteceu em 1982, e como visto anteriormente, ocorreu por meio da contratação de bolsistas de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E, finalmente, em 1987, por meio de concurso público, esse profissional começou a compor oficialmente o quadro de docentes das unidades educativas de Educação Infantil do município de Florianópolis.

---

<sup>19</sup> Artigo 7.º, inciso XXV e 208, Inciso IV.

Para Sayão (apud FLORIANÓPOLIS, 2016a), alguns aspectos caracterizaram a entrada do professor de Educação Física na Educação Infantil no município: o primeiro deles diz respeito à contratação de professores do sexo masculino, destinada a suprir carências afetivas que as crianças teriam como resultado da ausência da figura do pai na estrutura familiar; o próximo refere-se à expectativa de que o professor de Educação Física poderia ser o responsável por organizar eventos na instituição; e o terceiro e último remete à contratação de profissionais excedentes no mercado de trabalho, fruto de ação governamental, cujo caráter seria clientelista.

Essa realidade passa a mudar ao longo dos anos, à medida que os debates no campo da educação de zero a seis anos e também da própria Educação Física avançavam. A aproximação com as discussões das Ciências Humanas e Sociais privilegiou novas formas de entendimento sobre formação, infância, Educação e Educação Física, entre outros temas, contribuindo para redimensionar os debates em torno das práticas pedagógicas com forte incidência sobre a formação de professores.

A formação continuada desenvolvida a partir de 1993 na rede pública municipal foi um elemento que auxiliou nesse processo de mudança, especificamente para a Educação Física na Educação Infantil. De acordo com Wendhausen (apud FLORIANÓPOLIS, 2016a), essa experiência desencadeou um significativo movimento na rede, resultando em alterações importantes na forma de se ver a Educação Física para aquele público.

A partir da leitura e análise de alguns documentos sobre a Educação Física, que foram elaborados pela própria Rede Municipal de Ensino de Florianópolis no decorrer dos anos, assim como da análise e problematização de práticas pedagógicas que estavam sendo desenvolvidas junto às instituições, e também por meio dos estudos e debates empreendidos no Grupo de Estudos Independente da Educação Física na Educação Infantil (GEIEFEI), alguns princípios para a prática dos profissionais da área atuantes na etapa da Educação Infantil foram propostos e estão contidos no decorrer desse novo documento.

Na publicação: *A Educação Física na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis* (2016), o corpo e o movimento humano são elementos centrais para a prática pedagógica na Educação Física. Isso acontece, pois, por eles, as crianças comunicam-se, expressam-se e interagem socialmente. Sobre o corpo, destaca-se a importância no que tange à sua educação, de atentar para a necessidade de um alargamento da compreensão das práticas corporais que considere elementos para além da dimensão motriz.

O documento informa ainda que, durante a sua construção, foi possível observar a pluralidade de propostas, conteúdos e formas de organização do tempo da Educação Física nas instituições de Educação Infantil de Florianópolis, o que acabou por demonstrar oposição à ideia de que todo o conhecimento da Educação Física pode ser reduzido a uma prática idealizada.

O tópico seguinte é chamado de: *A Educação Física, a organização do tempo/espaço pedagógico e sua vinculação com o projeto político pedagógico – PPP*, e nele fica evidente a importância de romper com a organização pautada pelo modelo escolar, composta pela fragmentação do tempo e do conhecimento, correspondendo, portanto, a um entendimento amplo sobre a condição dos seres humanos de pouca idade e aproximando-se de princípios da Pedagogia da Infância. Dessa forma, é necessário que o professor de Educação Física garanta seu espaço nas reuniões pedagógicas, bem como sua inserção no PPP da unidade. É nele que o professor deve delinear junto com seus colegas os princípios e estratégias que nortearão seu trabalho específico e sua articulação com os demais profissionais. O docente deve fundamentar sua prática e socializá-la para a comunidade institucional, com seus objetivos, sua atuação orientada pelos Núcleos de Ação Pedagógica, as relações com os outros educadores, ou seja, tudo aquilo que se pretende efetivar ao longo do processo educacional.

A seguir são apresentadas: *As estratégias da ação pedagógica na Educação Física na Educação Infantil: articulando os Núcleos da Ação Pedagógica*. Nesse momento é explicado que o desdobramento das propostas pedagógicas e dos eixos norteadores que compõem as Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil deve estar articulado com a Educação Física por meio de práticas que promovam interações e brincadeiras que proporcionem novas experiências e tematizem o grande acervo de práticas corporais<sup>20</sup>. Nessa perspectiva, “as crianças são consideradas como sujeitos ativos de sua própria formação, resignificando e reformulando os espaços, materiais e brincadeiras” (FLORIANÓPOLIS, 2016a, p. 17).

A partir das especificidades da Educação Infantil e dos eixos brincadeira, linguagens e interação, o documento indica algumas orientações de práticas pedagógicas realizadas por professores de Educação Física que atuam nessa etapa da Educação Básica; são elas: práticas circenses, ginástica, manifestações da cultura popular, jogos e brincadeiras utilizando os mais variados brinquedos/materiais, jogos de

---

<sup>20</sup> O documento inspira-se aqui em Soares et al. (1992).

perseguição, dança, atividades musicais com relação ao movimento, atividades dramáticas, jogos de faz de conta, esportes, construção de fantasias, movimento criativo, práticas para relaxamento e percepção corporal, elementos relacionados com os projetos coletivos e projetos de sala, criação, discussão e problematização de regras nas brincadeiras; reorganização dos espaços e novas maneiras de utilizá-los, e passeios.

O elemento da avaliação em Educação Física na Educação Infantil também é abordado brevemente no decorrer da publicação. Nela se fala que a avaliação deve ser concebida como processo, pautando-se pelos objetivos traçados no PPP da instituição, nas Diretrizes, no planejamento de ensino, nos projetos coletivos articulados com os professores e desenvolvidos nas unidades, além dos objetivos específicos da Educação Física com cada grupo. O principal instrumento e aliado no processo de avaliação é o registro, seja ele escrito, fotográfico, em vídeo, etc. Por meios desses instrumentos, o professor pode ter uma noção mais ampla de todo o processo educativo, e também sobre a participação de cada criança nos múltiplos tempos/espacos da unidade.

O documento finaliza com relatos de experiências de professores de Educação Física que atuam na Educação Infantil. São oito relatos no total, que contam um pouco sobre a prática pedagógica em Educação Física em algumas instituições, expressando uma pequena parte da pluralidade de práticas desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

### 3 CAMINHOS PERCORRIDOS E RESULTADOS

#### 3.1 A ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS DAS QUESTÕES DAS PROVAS A PARTIR DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise das provas de concursos públicos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis para atuação dos professores de Educação Física nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo. Conforme Silva e Fossá (2015), durante a análise dos materiais, é importante classificá-los em temas ou categorias para que auxiliem na compreensão do que está por trás dos discursos, o que no caso da presente pesquisa, aconteceu quando se pretendeu compreender quais os aspectos político curriculares, entre os quais as concepções, que estavam presentes nas proposições presentes nas provas dos concursos analisados. Ainda acerca da técnica de análise conteúdo, Campos (2004) relata que:

A análise de conteúdo para Bardin configura-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdos de imagens. Porém, a própria autora afirma que este conceito não é suficiente para definir a especificidade da técnica, acrescentando que a intenção é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência esta que ocorre a indicadores quantitativos ou não (p.612).

A análise de conteúdo trata-se de um conjunto de técnicas de análise de comunicações, e por esse motivo destaca-se a importância da semântica (pesquisa do sentido de um texto) para o desenvolvimento do método (CAMPOS, 2004). Este método pode ser definido também como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdos (verbais ou não-verbais). Quanto a interpretação, a análise de conteúdo transita entre dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. É uma técnica refinada, que exige do pesquisador, disciplina, dedicação, paciência e tempo. Faz-se necessário também, certo grau de intuição, imaginação e criatividade, sobretudo, na definição das categorias de análise, jamais esquecendo, do rigor e da ética, que são

fatores essenciais (FREITAS, CUNHA & MOSCAROLA apud SILVA e FOSSÁ, 2015).

No presente estudo optou-se por utilizar, na técnica de análise de conteúdo, as etapas propostas por Bardin (2011). As etapas estão organizadas em três fases, sendo a primeira denominada de pré-análise, momento que se sistematizou as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e se estabeleceu indicadores para a interpretação das informações coletadas. Nesta fase também aconteceu a leitura geral do material para análise e a organização do material a ser investigado. Para as operações sucessivas de análise foram realizadas: a leitura flutuante, a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e a elaboração de indicadores. Para a seleção dos dados que foram analisados, as seguintes regras foram seguidas: exaustividade, refere-se a não deixar de fora da pesquisa nenhum de seus dados; representatividade, no caso de um número muito elevado de dados, podendo ser realizada uma amostragem desde que esta seja uma parte representativa do universo (BARDIN, 2011); homogeneidade, sendo seus documentos homogêneos não apresentando demasiada singularidade fora dos critérios; e por fim, pertinência, tratando-se da adequação das fontes documentais ao objetivo suscitado pela análise.

A etapa de pré-análise durante a elaboração da presente pesquisa, constituiu-se inicialmente por uma busca das provas de concursos públicos para professores efetivos realizados no mesmo período de tempo às publicações das diretrizes curriculares selecionadas para análise neste estudo, ou seja, durante 1996 e 2014. Como vimos anteriormente, as provas referentes aos anos de 2009, 2013 e 2014 puderam ser encontradas e acessadas através do *site* da prefeitura. Todavia, a prova e as questões do concurso do ano de 2004 só foram encontradas digitalizadas no *site* PCI Concursos, que é especializado em divulgar concursos em todo país, além disso, disponibiliza editais e provas dos mesmos. Posteriormente, todas as provas encontradas foram organizadas em pastas por ano de realização e salvas em um *pendrive*. Anteriormente a busca pelas provas, uma leitura rápida foi realizada dos seus respectivos editais para saber se aquele concurso estava selecionando professores de Educação Física, visto que alguns concursos realizados no mesmo período de tempo estipulado na pesquisa, visavam selecionar professores de outras áreas de atuação. Já no segundo momento de leitura, o intuito foi identificar como as provas estavam organizadas (conhecimentos gerais, específicos, quantidade de questões, prova discursiva ou dissertativa, etc).

A segunda etapa é chamada de exploração do material e foi o momento de construção das operações de codificação, levando em

consideração os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. No presente estudo, neste momento buscou-se realizar a análise das questões das provas de concurso público para professor de Educação Física. Tal análise foi sistematizada por meio de quadros que apresentam o ano do concurso, seu número de edital, suas unidades temáticas, a quantidade de questões por unidades temáticas e a quantidade total de questões por prova. Com relação a prova objetiva de conhecimentos gerais de 2004, o quadro a seguir apresenta seu número de edital, suas unidades temáticas com os seus respectivos número totais de questões sobre temas relacionados a Educação:

Quadro 6: Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimento gerais sobre temas relacionados a Educação.

<b>PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - TEMAS DE EDUCAÇÃO EDITAL 002/2004</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores	05
Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física	02
Conteúdos, Currículo e Saberes	01
Autores, Estudiosos e Teorias	01
Gestão Escolar	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>10</b>

Fonte: Próprio autor

O quadro 7, apresenta o número do edital, as unidades temáticas com a quantidade de questões de cada categoria referente a prova objetiva de conhecimentos específicos de 2004 sobre temas relacionados a Educação Física:

Quadro 7: Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos específicos sobre temas relacionados a Educação Física.

<b>PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TEMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EDITAL: 002/2004</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Autores, Estudiosos e Teorias	04
Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física	05
Avaliação	03
Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores	02

Mídia e Educação	02
Educação Inclusiva	02
Conteúdos, Currículo e Saberes	01
Planejamento	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>20</b>

Fonte: Próprio autor

O quadro abaixo, mostra o número do edital, a unidade temática com o seu respectivo número total de questões da prova discursiva de conhecimentos gerais de 2004 com temas relacionados a Educação:

Quadro 8: Dados retirados da questão presente na prova discursiva de conhecimentos gerais sobre temas relacionados a Educação.

<b>PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - TEMAS DE EDUCAÇÃO EDITAL: 002/2004</b>	
<b>UNIDADE TEMÁTICA</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Planejamento	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>01</b>

Fonte: Próprio autor

De modo semelhante, abaixo, consta um quadro que apresenta o número do edital, a unidade temática com o seu número total de questões da prova discursiva de conhecimentos específicos de 2004 com temas relacionados a Educação Física:

Quadro 9: Dados retirados da questão presente na prova discursiva de conhecimentos específicos sobre temas relacionados a Educação Física.

<b>PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TEMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EDITAL: 002/2004</b>	
<b>UNIDADE TEMÁTICA</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Educação Inclusiva	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>01</b>

Fonte: Próprio autor

Partindo para a segunda prova, realizada em 2009, abaixo segue o quadro que apresenta o número do edital, as unidades temáticas e seus respectivos números totais de questões da prova objetiva de conhecimentos gerais com temas relacionados a Educação:

Quadro 10: Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos gerais sobre temas relacionados a Educação.

<b>PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - TEMAS DE EDUCAÇÃO EDITAL: 001/2009</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores	07
Conteúdos, Currículo e Saberes	04
Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física	03
Educação Ambiental	02
Mídia e Educação	01
Educação Inclusiva	01
Avaliação	01
Aprendizagem e/ou Desenvolvimento Humano	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>20</b>

Fonte: Próprio autor

Dando continuidade, a seguir está o quadro que apresenta o número do edital, as unidades temáticas com seus respectivos números de questões da prova objetiva de conhecimentos específicos de 2009 com temas relacionados a Educação Física:

Quadro 11: Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos específicos sobre temas relacionados a Educação Física.

<b>PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TEMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EDITAL: 001/2009</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física	07
Autores, Estudiosos e Teorias	06
Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores	03
Aprendizagem e/ou Desenvolvimento Humano	02
Conteúdos, Currículo e Saberes	02
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>20</b>

Fonte: Próprio autor

Partindo para a prova dissertativa, abaixo está sistematizado um quadro que apresenta o número do edital, as unidades temáticas e seus

números totais de questões da prova dissertativa de conhecimentos gerais de 2009 com temas relacionados a Educação:

Quadro 12: Dados retirados das questões presentes na prova dissertativa de conhecimentos gerais sobre temas relacionados a Educação.

<b>PROVA DISSERTATIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - TEMAS DE EDUCAÇÃO EDITAL: 001/2009</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Fracasso Escolar	01
Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>02</b>

Fonte: Próprio autor

De modo semelhante, a seguir está o quadro que apresenta o número do edital, as unidades temáticas com seus números totais de questões da prova dissertativa de conhecimentos específicos de 2009 com temas relacionados a Educação Física:

Quadro 13: Dados retirados das questões presentes na prova dissertativa de conhecimentos específicos sobre temas relacionados a Educação Física.

<b>PROVA DISSERTATIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TEMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EDITAL: 001/2009</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Conteúdos, Currículo e Saberes	01
Avaliação	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>02</b>

Fonte: Próprio autor

Após quatro anos, outro concurso público foi realizado, e o quadro abaixo busca mostrar o número do edital, as unidades temáticas e seus números totais de questões da prova objetiva de conhecimentos gerais de 2013 com temas relacionados a Educação:

Quadro 14: Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos gerais sobre temas relacionados a Educação.

<b>PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - TEMAS DE EDUCAÇÃO EDITAL: 003/2013</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Autores, Estudiosos e Teorias	05

Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores	04
Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física	04
Conteúdos, Currículo e Saberes	03
Educação Ambiental	02
Aprendizagem e/ou Desenvolvimento Humano	01
Avaliação	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>20</b>

Fonte: Próprio autor

Abaixo, está apresentado o quadro 15, que mostra o número do edital, as unidades temáticas com seus respectivos números totais de questões da prova objetiva de conhecimentos específicos de 2013 com temas relacionados a Educação Física:

Quadro 15: Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos específicos sobre temas relacionados a Educação Física.

<b>PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TEMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA</b>	
<b>EDITAL: 003/2013</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Autores, Estudiosos e Teorias	11
Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores	07
Aprendizagem e/ou Desenvolvimento Humano	02
Conteúdos, Currículo e Saberes	01
Planejamento	02
Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física	01
Avaliação	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>25</b>

Fonte: Próprio autor

A seguir, está o quadro 16, que apresenta o número do edital, as unidades temáticas com seus números totais de questões da prova dissertativa de conhecimentos gerais de 2013 com temas relacionados a Educação:

Quadro 16: Dados retirados das questões presentes na prova dissertativa de conhecimentos gerais sobre temas relacionados a Educação.

<b>PROVA DISSERTATIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - TEMAS DE EDUCAÇÃO EDITAL: 003/2013</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Conteúdos, Currículo e Saberes	01
Educação Inclusiva	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>02</b>

Fonte: Próprio autor

Os dados expostos no quadro abaixo dizem respeito ao número do edital, as unidades temáticas e os números de questões apresentados na prova dissertativa de conhecimentos específicos de 2013 com temas relacionados a Educação Física:

Quadro 17: Dados retirados das questões presentes na prova dissertativa de conhecimentos específicos sobre temas relacionados a Educação Física.

<b>PROVA DISSERTATIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TEMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EDITAL: 003/2013</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Aprendizagem e/ou Desenvolvimento Humano	01
Conteúdos, Currículo e Saberes	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>02</b>

Fonte: Próprio autor

E por fim, o último concurso para professores de Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis aconteceu no ano de 2014, terá seus principais dados expostos nos quadros abaixo. O quadro 18 mostra o número do edital, as unidades temáticas com seus respectivos números totais de questões da prova objetiva de conhecimentos gerais de 2014 com temas relacionados a Educação:

Quadro 18: Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos gerais sobre temas relacionados a Educação.

<b>PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - TEMAS DE EDUCAÇÃO EDITAL: 010/2014</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores	12
Educação Ambiental	02
Educação Inclusiva	01

<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>15</b>
--------------------------	-----------

Fonte: Próprio autor

A seguir está o quadro 19 que apresenta o número do edital, as unidades temáticas e os números totais de questões da prova objetiva de conhecimentos específicos de 2014 com temas relacionados a Educação Física:

Quadro 19: Dados retirados das questões presentes na prova objetiva de conhecimentos específicos sobre temas relacionados a Educação Física.

<b>PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TEMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA</b> <b>EDITAL: 010/2014</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Aprendizagem e/ou Desenvolvimento Humano	07
Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física	07
Conteúdos, Currículo e Saberes	05
Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores	04
Avaliação	01
Autores, Estudiosos e Teorias	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>25</b>

Fonte: Próprio autor

O quadro abaixo mostra o número do edital, as unidades temáticas e seus respectivos número de questões da prova dissertativa de conhecimentos gerais de 2014 com temas relacionados a Educação:

Quadro 20: Dados retirados das questões presentes na prova dissertativa de conhecimentos gerais sobre temas relacionados a Educação.

<b>PROVA DISSERTATIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS- TEMAS DE EDUCAÇÃO</b> <b>EDITAL: 010/2014</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física	01
Planejamento	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>02</b>

Fonte: Próprio autor

Por fim, o quadro 21, apresenta o número do edital, as unidades temáticas com seus números totais de questões da prova dissertativa de

conhecimentos específicos de 2014 com temas relacionados a Educação Física:

Quadro 21: Dados retirados das questões presentes na prova dissertativa de conhecimentos específicos sobre temas relacionados a Educação Física.

<b>PROVA DISSERTATIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TEMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA</b>	
<b>EDITAL 010/2014</b>	
<b>UNIDADES TEMÁTICAS</b>	<b>NÚMERO DE QUESTÕES</b>
Planejamento	01
Conteúdos, Currículo e Saberes	01
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>02</b>

Fonte: Próprio autor

Para uma melhor compreensão, e posterior discussão, se faz necessária uma breve explicação acerca dos tipos de questões que foram encontradas, e, posteriormente, mostrar quais as categorias que emergiram durante a análise das mesmas. No capítulo seguinte tais fatores serão mais detalhados, tendo em vista, o intuito de realizar uma discussão mais aprofundada sobre tais aspectos.

O modo como as questões foram formuladas (organização, quantidade de alternativas corretas, maneira como foram escritas suas sentenças, entre outros pontos) pode ser considerada um fator que, de certo modo, influenciou na maneira como as instituições organizadoras e principais interessados desejaram selecionar os professores que se inscreveram nos concursos. Dentre as questões analisadas, tiveram algumas proposições que o candidato deveria selecionar dentre um número de opções aquelas que considerasse ter as informações corretas, inclusive, podendo ser mais de uma; tiveram também questões que havia somente uma resposta correta, outras deveriam correlacionar duas colunas, tais questões estiveram presentes principalmente quando se tratou sobre autores e concepções, ou ainda, perspectivas e as suas principais características, bem como, épocas que surgiram; outras questões foram formuladas com o intuito de o candidato verificar se as frases eram verdadeiras ou falsas, e por fim, tiveram questões que o candidato deveria completar uma determinada sentença com uma ou várias palavras que considerasse ser as corretas.

Por sua vez, o processo de categorização das questões das provas foi um processo difícil, demorado e precisou ser revisto algumas vezes pela pesquisadora e pelo orientador, pois algumas proposições apresentavam mais de uma unidade temática e eram bastante subjetivas,

precisando de muita análise para que fossem enquadradas em alguma das categorias, que surgiram durante a leitura das próprias questões das provas. Portanto, durante as diversas releituras e reanálises das questões o foco foi sendo melhor direcionado, sendo possível constatar qual era o tema principal exigido em cada uma delas conforme interpretação da pesquisadora e do orientador. Mais adiante, alguns esclarecimentos serão realizados, a fim de, explicar e exemplificar as unidades temáticas, bem como, algumas de suas questões e as razões pelas quais foram inseridas em determinadas categorias.

Com o intuito de tornar os quadros mais compactos e de fácil visualização, duas das categorias que eram constituídas por proposições que, apesar de se assemelharem com relação ao conceito e aplicação na prática, apresentavam alguns detalhes que as diferenciavam, foram englobadas em uma mesma unidade temática, como no caso dos: Conteúdos, Currículo e Saberes; e dos Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores.

Quanto a alguns pontos importante a serem mencionados acerca da classificação das questões nas unidades temáticas, a categoria: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores englobou questões referentes a legislação, principalmente de cunho municipal, citando muitos dos documentos orientadores da prática pedagógica já mencionados no decorrer da presente pesquisa, mas também, resoluções do Conselho Municipal de Educação, e questões sobre a legislação federal, principalmente, no que se refere a tópicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ainda nessa categoria as questões que podem estar relacionadas à base das políticas públicas educacionais também foram inseridas neste tópico, dentre os temas apresentados em tais proposições, tivemos: a educação integral, a universalidade da educação, o direito a educação, a obrigatoriedade e gratuidade da Educação Básica, e, os avanços e inovações tanto nos conteúdos como na metodologia e nos recursos utilizados para alcançar as aprendizagens.

Por sua vez, foram englobadas na unidade temática das Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, questões que abordaram sobre aspectos históricos da Educação Física, as funções sociais da área em distintos momentos da história, e as concepções pedagógicas diretamente relacionadas à Educação Física. É importante frisar que nessa unidade temática estão presentes as questões que trataram diretamente sobre concepções, ou seja, apesar de alguns autores serem citados, a ideia central das questões aqui categorizadas não foi a de relatar sobre o autor, mas sim solicitar ao candidato que informasse a resposta

correta levando em consideração a concepção ou a ideia de concepção que se pedia. Por outro lado, as questões que buscaram saber diretamente sobre os autores citados (aspectos de suas vidas, o que estudaram, formularam, criaram, etc) estas foram inseridas na unidade temática: Autores, Estudiosos e Teorias.

Para melhor visualização e posterior discussão, a seguir é apresentado um quadro com todas as unidades temáticas presentes nas questões das provas analisadas, bem como, a quantidade de vezes em que elas ocorreram nos anos de realização dos concursos públicos:

Quadro 22: Número total de questões por unidade temática de todas as quatro provas analisadas por ordem decrescente.

UNIDADE TEMÁTICA	QUANTIDADE DE QUESTÕES POR ANO				TOTAL
	2004	2009	2013	2014	
Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores	07	10	11	16	<b>44</b>
Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física	07	11	05	08	<b>31</b>
Autores, Estudiosos e Teorias	05	06	16	01	<b>28</b>
Conteúdos, Currículo e Saberes	02	07	06	06	<b>21</b>
Aprendizagem e/ou Desenvolvimento Humano	00	03	04	07	<b>14</b>
Avaliação	03	02	02	01	<b>08</b>
Educação Ambiental	00	02	02	02	<b>06</b>
Planejamento	02	00	02	02	<b>06</b>
Educação Inclusiva	03	01	01	00	<b>05</b>
Mídia e Educação	02	00	00	00	<b>02</b>
Gestão Escolar	01	00	00	00	<b>01</b>
Fracasso Escolar	00	01	00	00	<b>01</b>

Fonte: Próprio autor.

### 3.2 A FORMULAÇÃO DAS QUESTÕES DAS PROVAS COMO CATEGORIA PRESENTE NA ANÁLISE DE CONTEÚDO

A terceira e última fase da técnica de análise de conteúdo, é o tratamento dos resultados, inferência e interpretação que consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado. Nesse momento a análise aconteceu através da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes, sendo organizado um agrupamento das unidades de registro em categorias

comuns e outro progressivo das categorias (iniciais – intermediárias – finais) (SILVA e FOSSÁ, 2015).

Como vimos anteriormente, tendo em vista as diferentes estruturações de questões encontradas no decorrer da análise das questões das provas, o tipo de questão acabou se tornando um agrupamento a ser citado, pois, apesar de não ser o foco da presente análise, de certo modo, pode ter influenciado nas respostas dos candidatos e no modo como estes interpretaram tais proposições. A seguir, serão explicados os diversos tipos de questões encontradas, acompanhadas de alguns exemplos para melhor visualização.

Em 2004, a prova foi múltipla escolha, sendo possível encontrar algumas variações dentro das questões desse tipo. A estrutura de questões mais recorrentes foram aquelas questões que continham um enunciado e logo abaixo quatro alternativas, sendo somente uma considerada a correta. Uma outra variação desse tipo de questão, solicitava ao candidato a leitura de algumas alternativas que ele deveria assinalar, dentro de parênteses, quais eram verdadeiras e quais eram falsas, e, posteriormente escolher qual das quatro alternativas abaixo continha a ordem correta das respostas que assinalou anteriormente dentro dos parênteses. Outra variação presente, consistia em o candidato escolher qual das quatro alternativas apresentava a(s) resposta(s) correta(s) que deveriam completar parte do enunciado que foi elaborado com algumas partes em branco. Outro tipo de questão, que foi muito recorrente no concurso de 2004, foi estruturada de modo que o candidato deveria relacionar duas colunas, assinalando dentro de parênteses a letra ou número correspondente, e ao final, escolher qual alternativa abaixo continha a ordem correta das respostas que colocou anteriormente nos parênteses. Ainda, nesse mesmo ano, as provas apresentaram questões que o candidato precisava escolher, inicialmente, dentre algumas sentenças somente aquela(s) que considerasse correta(s), para que em seguida, assinalasse qual das quatro alternativas abaixo correspondia a resposta certa que continha a(s) alternativa(s) que assinalou anteriormente, ou seja, no momento da escolha das proposições que julgou ser correta(s). O exemplo abaixo, diz respeito às questões de verdadeiro ou falso, e foi retirado da prova objetiva de conhecimentos gerais do ano de 2004 (p.05)

9. Coloque (F) para Falso e (V) para Verdadeiro e assinale alternativa correta:

( ) O argumento da universalidade da cultura escolar significa que cabe à escola transmitir saberes “públicos”, explicitamente formulados e

controlados, aos quais todos possam ter acesso potencial e que apresentem valor independentemente das circunstâncias e dos interesses particulares.

( ) A aprendizagem em sala de aula é sempre individual, limitada às relações frente a frente de um professor/a e um aluno/a. Apesar de acontecer dentro de um grupo social, processa-se individualmente, isto é, de aluno para aluno.

( ) Um dos pontos mais significativos do movimento da reestruturação escolar é o do desenvolvimento curricular baseado na escola, que funciona como uma unidade básica de mudança, em função do protagonismo dos atores/atrizes, sobretudo dos professores/as e alunos/as, e da busca dos critérios de qualidade.

( ) O ensino é uma atividade teórica que se propõe a dirimir dúvidas educativas, objetivando orientar professores/as e alunos/as num sentido determinado, e a exercer influências na constituição da escola e na forma de gestão.

( ) Na perspectiva heurística da prática escolar, com a consciência da importância e transformação de significados como finalidade educativa, o dilema entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento do aluno/a como ponto de partida para os processos de aprendizagem é resolvido sempre a favor do conhecimento do aluno.

A sequência correta é:

a) V, F, V, F e V.

b) F, V, F, V e F.

c) F, F, V, V e V.

d) V, F, V, V e V.

Já em 2009, a prova foi do tipo somatório, não ocorrendo diversificação quanto a estruturação das questões. As questões eram formuladas, inicialmente, por um enunciado que introduzia ao assunto abordado, e, em seguida, o candidato deveria assinalar quais das cinco sentenças julgava ser a(s) correta(s) para ao final realizar o somatório, obtendo um número como resultado final. Portanto, nesse tipo de prova, o candidato deveria, basicamente, acertar a soma dos números correspondentes a todas as proposições verdadeiras que assinalou anteriormente, não sendo pontuado acertos parciais. O exemplo a seguir,

refere-se à questão do tipo somatório, e foi retirado da prova de conhecimentos gerais do concurso de 2009 (p.06):

7. Entre as possibilidades que se colocam na atualidade, há aquelas que consideram a mídia um espaço de educação capaz de criar temas escolares, produzir subjetividades e identidades. isso por que: 01. a mídia, além de gerar e reproduzir um discurso pedagógico quando fala em escola, educadores e estudantes, também assume um discurso educativo que regula o modo como as pessoas pensam e agem, dentro e fora da escola.

02. Professores ainda não se aproximaram do manuseio destes artefatos midiáticos, porque suas reflexões somente articulam interações significativas com os meios de comunicação.

04. artefatos culturais como a televisão, o rádio ou os jornais não fazem pedagogias, mas ensinam histórias; não explicam contextos sociais porque não trazem ideologias para o campo da educação, mas fomentam ideias.

08. Mesmo em casa, a mídia ocupa a nossa privacidade e nos guia pelo mundo da imaginação, da natureza, da economia, das guerras e do amor, sem nos dar opções, já que somos parte do cenário e não simples espectadores.

16. em casa, a mídia ocupa a nossa privacidade e nos guia pelo mundo da imaginação, da natureza, da economia, das guerras e do amor, mas nós temos opções, porque não somos parte do cenário, mas apenas espectadores.

Por sua vez, a prova do ano de 2013, voltou a ser de múltipla escolha, e a grande parte das questões formuladas consistiram em o candidato ler o enunciado e escolher uma dentre cinco alternativas como sendo a resposta correta. Porém, duas variações foram encontradas, sendo uma delas composta por um enunciado com algumas partes em branco, que, posteriormente, o candidato deveria abaixo escolher a alternativa que considerasse ser a correta para preencher tais lacunas. A outra, consistia em, após a introdução da questão, o candidato ler algumas proposições, e, em seguida, escolher qual alternativa abaixo continha aquelas que considerou ser a(s) correta(s) anteriormente. Abaixo, temos o exemplo de uma questão, em que era necessário selecionar a proposição que continha

as respostas para preencher as lacunas, retirado da prova objetiva de conhecimentos específicos do concurso de 2013 (p.10):

29. Dentro da educação física infantil, em uma perspectiva socio construtivista, no que se refere à interação com o meio, segundo Oliveira (1993), um dos pilares do pensamento de Vygotsky é a ideia de que as formas mais elaboradas de pensamento são construídas ao longo da história social do homem. Na sua relação com o meio\_\_\_\_\_, que é mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos no interior da vida social, o ser humano\_\_\_\_\_ seus modos de ação no mundo. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.
- a. ( ) Físico e social ; cria e transforma
  - b. ( ) Físico e cultural ; cria e modifica
  - c. ( ) Cultural e físico ; modifica e transforma
  - d. ( ) Social e cultural ; transforma e modifica
  - e. ( ) Social e cultural ; transforma e modifica

Novamente, em 2014, a prova foi do tipo múltipla escolha, todavia, apresentando uma maior variedade no formato das questões. Com maior recorrência estiveram as questões que o candidato após a leitura do enunciado, deveria ler as proposições e ao final selecionar qual opção continha a(s) sentença(s) que selecionou como correta(s). Outra variação bastante presente, foram as proposições que o indivíduo deveria escolher qual das cinco alternativas continha a(s) resposta(s) correta(s) para preencher parte do enunciado da questão que estava em branco. Já outras questões, consistiram em o candidato após a leitura do enunciado, assinalar somente uma alternativa correta. Em outras proposições, a pessoa deveria relacionar duas colunas e ao final selecionar qual alternativa continha a ordem correta das respostas que colocou anteriormente dentro dos parênteses. E por fim, com menos recorrência, surgem as questões de múltipla escolha com verdadeiro ou falso, exigindo do candidato que assinalasse dentro dos parênteses quais das proposições eram verdadeiras e quais eram falsas, e ao término, escolher uma dentre cinco alternativas que contivesse a ordem correta das respostas que escolheu anteriormente. A seguir, está apresentado um exemplo, que apresenta mais de uma proposição correta, que foi retirado da prova de conhecimentos específicos do ano de 2014 (p.11):

26. O desenvolvimento na infância é marcado por mudanças incrementais regulares nos domínios cognitivo, afetivo e motor (Gallahue, Ozmun & Goodway, 2013).

Analise as afirmativas abaixo em relação ao assunto.

1. A mielinização é quase integral no final do período inicial da infância, permitindo a completa transmissão de impulsos nervosos pelo sistema nervoso.

2. As capacidades perceptivo-motoras desenvolvem-se rapidamente, mas com frequência há confusão em relação à sensação do corpo, senso de direção, tempo e espaço.

3. As crianças não são egocêntricas e já conseguem distinguir pensamentos múltiplos. Muitas vezes parecem briguentas e relutantes em compartilhar e conviver com outras pessoas.

4. As experiências de movimento devem esgotar a exploração de movimento e as atividades de soluções de problemas para maximizar o desejo de criatividade e exploração da criança.

5. Não se deve estabelecer e reforçar padrões de comportamentos aceitáveis. Deve-se, no entanto, acentuar a coordenação em combinação com velocidade e agilidade.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- b. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 5.
- c. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1, 4 e 5.
- d. ( ) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.
- e. ( ) São corretas apenas as afirmativas 3, 4 e 5.

Acerca das questões discursivas/dissertativas das provas dos concursos de 2004, 2009, 2013 e 2014, alguns aspectos foram solicitados, além da exigência de o candidato escrever um texto em forma de redação de no mínimo 10 e no máximo 15 linhas acerca do tema abordado no enunciado da questão. Tais aspectos foram os seguintes: descrever, caso a escola tivesse optado por desenvolver, através de seu PPP, a interdisciplinaridade como elemento norteador das práticas pedagógicas, o desenvolvimento e o planejamento anual da disciplina de Educação Física utilizando o processo interdisciplinar; descrever as perspectivas e possibilidades de integração da pessoa portadora de necessidades

especiais como um processo de geração de oportunidades e de inclusão social, elaborar plano de aula para um determinado ano do Ensino Fundamental, montar um plano de trabalho indicando os procedimentos de ensino a partir de determinada problemática considerando a participação de todos na aula/jogo, e, escrever sobre determinadas abordagens de aprendizagem e desenvolvimento humano. Abaixo está apresentado o primeiro exemplo, que se refere à prova discursiva de conhecimentos específicos do ano de 2004 (p.15):

2. As últimas paraolimpíadas podem ser consideradas como um exemplo de dedicação e superação dos limites do ser humano. Isto posto, descreva sobre as perspectivas e possibilidades de integração da pessoa portadora de necessidades especiais como um processo de geração de oportunidades e de inclusão social. Escreva um texto, em forma de redação, utilizando-se de 10 (dez) a 15 (quinze) linhas da folha de respostas da prova discursiva, iniciando na linha 16 (dezesesseis).

Seguindo, consta o segundo exemplo que foi retirado da prova dissertativa de conhecimentos gerais do ano de 2014 (p.02):

1. Sabe-se da existência de várias abordagens de aprendizagem e desenvolvimento humano que fundamentam as práticas pedagógicas. Escreva um texto a respeito da teoria histórico-cultural, concebida pela escola soviética.

Como dito anteriormente, e como foi possível observar, houve uma diversificação quanto ao tipo de questões e como estas foram estruturadas. Apesar de não ser o foco de análise da presente pesquisa, considerou-se importante abordar este agrupamento, tendo em vista, que este fator pode ter influenciado, de certo modo, na resposta dada pelos candidatos no momento de realização das provas.

### 3.3 A ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS QUESTÕES DAS PROVAS DE ACORDO COM OS ASPECTOS POLÍTICO CURRICULARES PRESENTES NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES

Por sua vez, o segundo e mais importante agrupamento, de acordo com a técnica de análise de conteúdo, diz respeito ao conteúdo ou tema

solicitado nas questões das provas dos concursos analisados, que foram categorizadas na presente pesquisa em unidades temáticas. Em comum acordo com o orientador, optou-se por serem apresentadas de modo mais detalhado as três unidades temáticas que foram mais recorrentes nas questões das quatro provas de concursos públicos para professores de Educação Física da RMEF, sendo elas em ordem decrescente de quantidade: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores; Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física e, Autores, Estudiosos e Teorias.

### **3.3.1 Unidade Temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores**

A unidade temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores, foi a categoria que mais apareceu no decorrer da análise das provas, com um total de 44 questões. Como vimos durante o capítulo em que foram explicados sobre os aspectos acerca dos concursos públicos, a unidade temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores, esteve presente em alguns editais, por meio de documentos que foram mencionados e, que, deveriam ser estudados pelos candidatos para a realização da prova. Dentre os documentos citados nos editais, estiveram: a legislação de ensino (LDB/Código de Ética da Educação Física) , as resoluções nº01/2010 e nº02/2011 do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis, as Diretrizes curriculares gerais nacionais para Educação Básica no concurso de 2013 e, as resoluções do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis nº01/2013, nº03/2009 e nº02/2009. Todavia, como será possível observar a seguir, outros documentos e temas que não foram mencionados nos editais, também apareceram nas questões das provas dos concursos públicos. A seguir apresentaremos quais foram os assuntos mais abordados nas questões das provas dos concursos públicos analisados, por meio de documentações legais específicas.

Para dar início, o conteúdo que mais apareceu durante a análise das questões foi a avaliação, ou seja, as proposições trouxeram citadas: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores, que trataram acerca desse tema e como este deve acontecer legalmente, tendo em vista, que é um dos elementos constitutivos da prática pedagógica. Além de estar inserida dentro de documentos legais, a avaliação também esteve prevista em praticamente todos os editais, com exceção do concurso de 2009, na parte que continham as temáticas que iriam cair nas

questões das provas e que deveriam ser estudadas pelos candidatos. Todavia, apesar de ser um tema recorrente em todas as provas, ela acabou não sendo abordada nos documentos publicados em: 1996, 2000, 2004, 2008 e 2010, ou seja, até o momento do último concurso analisado, que foi em 2014, nenhuma publicação abordou acerca da avaliação, tornando-se, como veremos mais para frente, objeto de estudo mais frequente somente nas publicações posteriores, ou seja, aquelas realizadas em 2016.

Acerca da avaliação, na maioria das vezes, ela apareceu citada em alguns documentos que foram mencionados no decorrer de algumas questões das provas, sendo eles: resoluções do Conselho Municipal de Florianópolis, e o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais. Outros fatores referentes à avaliação também foram mencionados em algumas questões, como: a recuperação de estudos, a assiduidade, o desempenho médio, o avanço nos anos do Ensino Fundamental, a classificação/reclassificação, o avanço na aprendizagem, e, o Colegiado de Classe.

As questões referentes à avaliação buscaram identificar se o candidato tem a compreensão de que o processo de avaliação, segundo as concepções utilizadas para fundamentar o trabalho educativo na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e utilizadas também para embasar a formulação das questões das provas, deve se constituir como um processo permanente e contínuo da produção/apropriação na aprendizagem do estudante, no ensino do professor e da Unidade Educativa, com prevalência dos aspectos qualitativos do conhecimento sobre os quantitativos do ensino. Ainda de acordo com as proposições, à avaliação no ambiente educacional deve compreender três dimensões básicas: a avaliação da aprendizagem, a avaliação institucional interna e externa, e, a avaliação de redes de Educação Básica. Já sobre o tema da avaliação da unidade educativa, esta, também de acordo com as questões, deve ser ação reflexiva que perpassa todas as ações pedagógicas, onde os vários seguimentos integrados à educação podem pensar, reelaborar e redimensionar, permanentemente, seu Projeto Político Pedagógico, no intuito de definir objetivos, metas e ações que proporcionem o exercício da cidadania daqueles que convergem à escola. Abaixo está apresentada uma questão sobre avaliação e que foi inserida na unidade temática, Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores, sendo retirada da prova objetiva de conhecimentos gerais do ano de 2013 (p.12):

39. De acordo com a Resolução no 02/2011 do Conselho Municipal de Educação a avaliação se constituirá como:

1. Processo permanente e contínuo da produção/ apropriação na aprendizagem do estudante, no ensino do professor e da Unidade Educativa, com prevalência dos aspectos qualitativos do conhecimento sobre os quantitativos do ensino.
2. Obrigatoriedade de avanço nos anos do ensino fundamental.
3. Aproveitamento de estudos concluídos.
4. Realização de estudos de recuperação paralela. Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.
  - a. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
  - b. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
  - c. ( ) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
  - d. ( ) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
  - e. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

De todos os documentos analisados na presente pesquisa e publicados pela Rede Municipal de Ensino de Florianópolis juntamente com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, o tema da avaliação só foi abordado de modo mais aprofundado na Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e, no documento, A Educação Física da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, ambos publicados em 2016, ou seja, período posterior ao da realização dos concursos analisados.

O primeiro documento, afirma que a discussão acerca da temática tem ganhado espaço, principalmente no campo da Educação Física, tendo em vista que, esta deve estar articulada à função social da escola, no contexto de uma sociedade democrática e republicana, principalmente na constituição de um currículo e em suas implicações (processos de planejamento, implementação e avaliação), ou seja, a Educação Física encontra-se diante de um novo cenário que exige novas abordagens. (BRASIL apud FLORIANÓPOLIS, 2016b). Desse modo, ela pensar e estruturar objetivos de ensino e aprendizagem, estratégias metodológicas, critérios e instrumentos de avaliação, entre outros elementos que expressem a concepção e a função pedagógica da Educação Física na escola, sem que isso signifique o engessamento das práticas de planejamento ou a restrição da liberdade pedagógica dos docentes.

Por sua vez, o segundo documento publicado em 2016 e específico à etapa da Educação Física na Educação Infantil, afirma que a avaliação deve ser considerada como um processo, estando pautada pelos objetivos traçados no Projeto Político Pedagógico da instituição, nas diretrizes, no

planejamento de ensino, nos projetos coletivos articulados com os professores e desenvolvidos nas unidades, além dos objetivos específicos da Educação Física com cada grupo de atuação. Nesse caso, o principal instrumento e aliado no processo de avaliação deve ser o registro, seja ele escrito, fotográfico, ou, em vídeo. Sendo assim, é por meio desses instrumentos que o professor terá uma noção mais ampla de todo o processo educativo, bem como, a participação de cada criança nos múltiplos tempos/espacos.

Voltando para a unidade temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores, outro tema bastante recorrente, por meio das documentações legais, diz respeito aos aspectos presentes na base das políticas públicas educacionais. Uma das questões tratou dos desafios apontados para a escola pública brasileira, e de acordo com os ideais utilizados para a formulação do enunciado e das respostas consideradas corretas na questão, afirmou-se que ela superou seus limites no início do século XXI, e hoje, atua com a mesma competência da escola privada, seja nas instalações materiais, na aquisição de equipamentos inovadores, ou ainda, nas metodologias de ensino. Para isso, deixa-se claro que existe a necessidade de reflexão sobre a importância de um projeto político-pedagógico participativo, que seja instrumento de trabalho concatenado a teoria e a prática.

O direito a educação é outra problemática abordada em uma das questões, e nela fala-se que esta deve ser um princípio educacional, direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. De modo semelhante, aparece o ensino obrigatório, bem como, a obrigatoriedade e gratuidade da Educação Básica, que também foram temas presentes em questões que trataram de aspectos presentes na base das políticas públicas educacionais. Para contextualizar tais elementos, o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais foi citado, afirmando que as etapas e modalidades da Educação Básica devem ser um conjunto orgânico, sequencial e articulado, baseados no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, além da aprendizagem para continuidade dos estudos, e, a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica.

Com relação aos aspectos presentes na base das políticas públicas educacionais, e a sua presença nos documentos orientadores da prática pedagógica publicados pela PMF junto à SME, já é possível encontrar indícios acerca do tema citados no documento de 1996, ou seja, já no primeiro documento analisado, que foi publicado anteriormente ao período de realização dos concursos públicos mencionados na presente pesquisa. O documento, Diretrizes Curriculares para a Educação Física no Ensino Fundamental e na Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis/SC, aborda sobre a temática da obrigatoriedade, o direito a frequentar a escola e, o direito ao acesso ao saber universal, afirmando que estes assuntos já vinham sendo debatidos a alguns anos dentro da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Como vimos na parte dedicada aos documentos orientadores da prática pedagógica, é possível encontrar nessa publicação de 1996, que todo aluno tem direito de frequentar a escola, superar seu senso comum e, apropriando-se do saber universal acumulado, capacitar-se a produzir um conhecimento novo e necessário para transformar esse modo de sentir, de ver, de pensar e de fazer a vida e o mundo. Fala-se ainda, que o acesso à escola deve significar, o domínio do instrumental teórico-prático que os homens produziram na caminhada civilizatória para entender e transformar a natureza, a história, a sociedade e a si mesmos. Logo, dominar o conhecimento deve significar o desafio e o encorajamento de cada aluno para que seja sujeito histórico de um projeto que aponte no sentido da superação deste estado de coisas, de miséria material e espiritual (...) pois, este não é o destino dado, pronto e acabado (FLORIANÓPOLIS, 1993 apud FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 14).

Outro aspecto citado nas questões das provas a partir do concurso de 2009, e que também está presente na base das políticas públicas educacionais refere-se à educação integral. Em tal proposição cita-se o Ministério da Educação, que, por sua vez, propõe um desenho de educação integral intensificadora dos processos de territorialização das políticas sociais, articuladas a partir dos espaços escolares, por meio do diálogo intragovernamental e com as comunidades locais, para a construção de uma prática pedagógica que afirme a educação como direito de todos e de cada um. Abaixo segue um exemplo de questão, que aborda sobre a Educação Integral e o seu pertencimento à base das políticas públicas educacionais, retirado da prova de conhecimentos gerais, presente no concurso do ano de 2014 (p. 09):

23. Analise o texto abaixo:

Nos documentos elaborados pelo MEC propõe-se um desenho de Educação Integral que intensifique os processos de (1)\_\_\_\_\_, articuladas a partir dos espaços escolares, por meio do diálogo (2)\_\_\_\_\_ e com as comunidades locais, para a construção de uma prática pedagógica que afirme a educação como direito (3)\_\_\_\_\_. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas numeradas do texto.

- a. ( ) (1) territorialização das políticas sociais (2) intragovernamental (3) de todos e de cada um
- b. ( ) (1) elaboração das políticas locais (2) intersetorial (3) a ser conquistado
- c. ( ) (1) consolidação das políticas educacionais (2) permanente com as organizações não governamentais (3) de todos
- d. ( ) (1) formação humana (2) intragovernamental (3) inquestionável
- e. ( ) (1) elaboração das políticas educacionais (2) sistemático com o governo (3) questionável

Sobre a educação integral, e o seu diálogo com os documentos orientadores analisados, é possível verificar que o tema começou a ser discutido no documento de 2008, ou seja, um ano antes da presença do mesmo tema nas provas de concurso público. Logo, o documento Proposta Curricular Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, igualmente, comenta sobre a necessidade de avançar para uma política de educação integral e inclusiva na perspectiva de uma educação voltada para o desenvolvimento das múltiplas dimensões e singularidades humanas com foco na diversidade em suas diversas especificidades e no reconhecimento das crianças e dos jovens como seres de direitos, e com a prerrogativa de que todos podem aprender.

Ainda na unidade temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores, outro assunto tratado por meio de documentos legais nas provas foi o Projeto Político Pedagógico (PPP). Este tema vem sendo abordado nas questões desde o concurso de 2004, e o que se compreende durante a leitura das proposições é que, o PPP deve estar relacionado aos pressupostos filosóficos, sociológicos e políticos que devem nortear a escola, de modo, que a sua construção aconteça coletivamente e envolva todos do universo escolar (diretores, especialistas, professores, alunos e pais).

Outras questões afirmam que o Projeto Político Pedagógico não deve ser um texto escrito para justificar somente a sua existência nas

instituições educativas, mas precisa se constituir num processo escolar, contínuo, que se revigora, se refaz e se movimenta na exigência da realidade onde a instituição está inserida; por isso, implica desafios e imprevistos, exige desejos individuais que, ao constituírem um coletivo articulado, alteram o curso do presente. Por essa razão, é um processo que demanda reflexão conjunta, com todos os segmentos da instituição, catalisando sentidos atribuídos e anseios postulados para recriar o espaço educativo e transformá-lo num lugar de direitos gestados por cuidados mútuos. Durante o seu processo de elaboração é importante pensar na concepção filosófico-pedagógica, na organização escolar e na organização do ensino. Conforme o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, a concepção filosófica deve ser definida como norteadora do processo de ensino aprendizagem, juntamente com as concepções política, socio antropológica e pedagógica apontados pela comunidade a que se destina.

Indo de encontro com a ideia das questões anteriores acerca do PPP, o concurso de 2014 traz uma questão que questiona sobre as características que deve ter este documento quando o mesmo está inserido numa perspectiva emancipatória. Deste modo, de acordo com estudos mais recentes, o PPP deve apresentar um movimento de luta em prol da democracia da escola, orientar a reflexão e ação da escola, voltar-se para a inclusão, observando a diversidade dos estudantes, suas origens culturais, suas necessidades e expectativas educacionais; e, apresentar uma unicidade entre a dimensão técnica e política, preocupando-se com o trabalho pedagógico, não deixando de articulá-lo com o contexto social. Em se tratando do PPP, a seguir, está apresentada uma questão da prova de conhecimentos gerais de 2009 (p.05)

05. Assinale a(s) alternativa(s) correta(s) com relação ao enunciado: o Projeto Político Pedagógico não é um texto escrito que se guarda na gaveta para justificar sua existência nas instituições educativas.

01. ao contrário, é um processo que demanda reflexão dos dirigentes da instituição, para saber dos anseios postulados e recriar o espaço educativo como um lugar de direitos gestados por cuidados mútuos.

02. Mas, é um documento com proposições verticalizadas que definem as diretrizes plenas da escola, desconstruindo toda forma cultural cujos

interesses estejam voltados para contrariar a política governamental em curso.

04. É um processo escolar, contínuo, que se revigora, se refaz e se movimenta na exigência da realidade onde a instituição está inserida; por isso, implica desafios e imprevistos, exige desejos individuais que, ao constituírem um coletivo articulado, alteram o curso do presente.

08. É um documento formal, cuja estrutura e pressupostos são definidos pela equipe pedagógica, em acordo com a direção da escola, para que não se perca a relevância da autoridade gestora que zela pela escola pública.

16. ao contrário, é um processo que demanda reflexão conjunta, com todos os segmentos da instituição, catalisando sentidos atribuídos e anseios postulados para recriar o espaço educativo e transformá-lo num lugar de direitos gestados por cuidados mútuos.

Quanto a presença do PPP nos documentos orientadores publicados pela PMF junto à SME, este tema vem sendo abordado desde o primeiro documento analisado, ou seja, desde 1996, todavia começou a ser sistematizado de modo mais aprofundado no documento do ano 2000, ambos, períodos anteriores ao da realização dos concursos públicos selecionados para análise. Como já visto no decorrer da pesquisa, no primeiro documento, o PPP esteve vinculado ao Movimento de Reorganização Curricular que aconteceu em 1994, e que teve o intuito de discutir o currículo, que até então era considerado um instrumento de enfrentamento dos problemas de formação de uma nova ordem social. Já no ano 2000, o tema ganhou uma publicação exclusiva, intitulada de: *Projeto Político Pedagógico: uma abordagem sob o ponto de vista histórico*, todavia, não foi um dos documentos orientadores analisados na presente pesquisa, visto que, não citava em seu interior a área da Educação Física, critério este que foi utilizado para selecionar as publicações escolhidas para análise. Após dez anos, na publicação do ano de 2010, o Projeto Político Pedagógico surge com o ideal de que não deve ser algo inflexível, apresentando propostas meramente de cunho didático, e, que, muitas vezes, são realizadas sem nenhuma contextualização com as condições objetivas das crianças, professores(as) e famílias.

Partindo para o documento orientador mais recente: A Educação Física da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de

Florianópolis, de 2016, que, apesar de ter sido publicado posteriormente ao período das provas de concursos públicos, traz importantes contribuições sobre o tema do PPP, e que devem ser aqui expostas, a fim de, compreendermos melhor sobre o avanço dos estudos referentes à temática, ainda mais por se tratar de um documento específico da Educação Física na etapa da Educação Infantil da RMEF. Está inserido dentro desta publicação um tópico denominado de: *A Educação Física, a organização do tempo/espço pedagógico e sua vinculação com o projeto político pedagógico – PPP*, em que evidencia-se a importância de romper com a organização pautada pelo modelo escolar, que atualmente ainda se encontra, em muitos casos, composta pela fragmentação do tempo e do conhecimento, devendo passar a corresponder, portanto, a um entendimento amplo sobre a condição dos seres humanos de pouca idade e aproximando-se de princípios da Pedagogia da Infância. A sugestão para que isso ocorra, diz respeito a necessidade do professor de Educação Física garantir seu espaço nas reuniões pedagógicas, bem como, sua inserção no PPP da unidade, tendo em vista que nele que o professor irá delinear junto com seus colegas os princípios e estratégias que nortearão seu trabalho específico e sua articulação com os demais profissionais. Consequentemente, o docente deve fundamentar sua prática e socializá-la para a comunidade institucional, com seus objetivos, sua atuação orientada pelos Núcleos de Ação Pedagógica, as relações com os outros educadores, ou seja, tudo aquilo que se pretende efetivar ao longo do processo educacional.

Vinculado ainda à unidade temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores, surgiu em todas as provas dos concursos públicos, questões que abordaram sobre a interdisciplinaridade. Ele esteve citado como um importante elemento que deve ser trabalhado nas práticas educativas dentro das instituições de ensino e, por este motivo, deve estar também citada e contextualizada dentro dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições. A questão abaixo, que fala sobre a interdisciplinaridade, foi retirada da prova discursiva de conhecimentos gerais de 2004 (p.15)

01. Com relação aos elementos constitutivos ou norteadores do Projeto Político Pedagógico, podemos classificá-los em dois eixos, nomeando-os de elementos estáveis ou permanentes e elementos circunstanciais ou transitórios. Os pressupostos didático-metodológicos, ou seja, organização da escola, avaliação e planejamento

anual, ações, calendário escolar, entre outros, constituem os elementos circunstanciais ou transitórios. Escreva um texto, em forma de redação, utilizando-se de 10 (dez) a 15 (quinze) linhas da folha de respostas da prova discursiva, iniciando na linha 01 (um), descrevendo, caso sua escola tivesse optado por desenvolver, através de seu PPP, a interdisciplinaridade como elemento norteador das práticas pedagógicas, como você desenvolveria o planejamento anual de sua disciplina utilizando o processo interdisciplinar.

Todavia, apesar da presença da interdisciplinaridade em todos os anos dos concursos, os documentos orientadores começaram a abordar tal temática, falando diretamente e de maneira mais efetiva sobre ela, somente a partir de 2016, no documento: Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Nele, consta o tópico: *Desafios interdisciplinares do Componente Curricular de Educação Física*, que, basicamente, envolve o desafio pela busca do diálogo com os conhecimentos produzidos nos componentes curriculares da área de Linguagens e nas demais áreas do conhecimento. Além disso, o documento explica, como já vimos, que é preciso, além de reconhecer, valorizar e apoiar iniciativas de trabalho coletivo já existentes nas instituições da RMEF, avançar no sentido de uma efetivação da política pública que auxilie no diálogo interdisciplinar entre componentes curriculares e áreas do conhecimento, em prol do compromisso político explícito de organizar um currículo (FLORIANÓPOLIS, 2016b).

Outras duas questões, relacionadas ao PPP, abordaram mais especificamente acerca do Projeto Político Pedagógico da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Tais proposições, estiveram presentes na prova do concurso de 2009, e relataram sobre a função social da escola pública contemporânea, afirmando que ela deve se comprometer a socializar o conhecimento científico e artístico produzido pela humanidade, trabalhando para que os estudantes se apropriem destes conhecimentos, incluindo neles uma leitura da realidade humana enquanto construção permanente. Além disso, fica claro que é necessário instrumentalizar os educandos para que possam compreender as várias linguagens utilizadas em sociedade, tendo em vista todas as formas possíveis de inclusão social. Entretanto, ao pesquisar sobre o Projeto Político Pedagógico da Prefeitura de Florianópolis nos documentos orientadores, nada foi encontrado, nem mesmo nas publicações mais recentes. Ademais, relacionados também ao Projeto Político Pedagógico

da Prefeitura Municipal de Florianópolis, foram questionados acerca dos princípios gerais da escola, como está exemplificado na questão abaixo, que foi retirada da prova de conhecimentos gerais do ano de 2009 (p.05):

06. Com base na função social, o Projeto Político Pedagógico da Prefeitura de Florianópolis afirma que são princípios gerais da escola:

01. Manter a ênfase na igualdade entre as pessoas, para que o acesso e a permanência na unidade escolar atendam às diretrizes do Conselho Nacional de educação e da secretaria Nacional da igualdade.

02. Liberdade e direito de aprender, ensinar e divulgar o saber e as artes e, também, a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas convivendo democraticamente.

04. Manter com todas as forças a gestão democrática, adotando-se o sistema eletivo, mediante voto direto e secreto, para a escolha dos dirigentes das várias instâncias educativas: direção da escola, associação de Pais e Professores, Conselho deliberativo, representantes de turmas e regentes de Classe.

08. trabalhar exclusivamente na qualidade do ensino público, universal e gratuito, o que já define a inclusão por série de todos os alunos no espaço escolar, conforme determina a legislação do Conselho de direitos.

16. Prioritariamente atender aos alunos portadores de deficiência mental, considerando-se que eles devem ser integrados ao ensino regular e sem qualquer discriminação de suas necessidades educativas.

Outro assunto, menos recorrente, mas que foi tratado em algumas questões por meio de documentos legais, diz respeito a cidadania e a ética. Como vimos no início do presente estudo, entre os temas descritos nos editais como conteúdos a serem estudados pelos candidatos, somente no ano de 2004 aparece algo mais próximo a este tema, quando se fala em legislação de ensino, citando, mais especificamente, o código de ética da Educação Física. Porém, no decorrer da análise das questões das provas, a ética aparece também nas provas de 2009 e 2013, mesmo não estando presente nos respectivos editais, e de modo semelhante ocorre também com a cidadania, que aparece na prova de 2009, apesar de não ser

mencionada anteriormente em seu edital. Entretanto, as questões dos concursos dos anos 2009 e 2013 não estiveram relacionadas ao código de ética do profissional de Educação Física, assim como nas questões do concurso de 2004. A seguir está apresentada a questão que abordou sobre o código de ética do profissional de Educação Física, que esteve presente na prova de conhecimentos específicos de 2004 (p.13):

26. Com relação ao código de ética do profissional de Educação Física podemos afirmar:

I A infração disciplinar mais grave referente a transgressão ao Código é a suspensão do exercício da profissão;

II. A multa prevista em caso de advertência é de 1 a 10 vezes o salário mínimo.

III. Caso o cliente concorde, o profissional de Educação Física poderá transferir a prestação dos serviços a seu encargo a outro profissional de Educação Física.

IV. O julgamento das questões relacionadas ao Código de Ética deverão ser formuladas inicialmente nos conselhos Regionais de Educação Física, que funcionarão como Tribunais Regionais de Ética.

A alternativa contendo apenas afirmativa(s) correta(s) é:

a) somente a III e IV

b) I e II

c) II e III

d) somente a IV

Com relação as demais questões que abordaram sobre a temática da ética e da cidadania, uma delas afirmou que a proposta de trabalho com a ética deve preconizar conteúdos que priorizem o convívio escolar, como: justiça, igualdade, solidariedade, respeito mútuo, entre outros. A ética também está prevista, juntamente com: meio ambiente, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo, como tema transversal proposto em nível nacional. Além disso, ela aparece quando se relata que no momento em que os educadores estão convencidos de que a sua prática é educativo-ética, eles jamais se esquecem de que a educação é uma experiência especificamente humana, capaz de transformar as pessoas para que elas transformem o mundo em que vivem. E com relação a cidadania, esta aparece quando se afirma que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, deve ser promovida e

incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, ela também está citada quando se relata que é preciso evidenciar o papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe: igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade. O exemplo a seguir, que trata sobre a cidadania, foi retirado da prova de conhecimentos gerais de 2014 (p.07)

15. Consta no artigo 1º da Constituição de 1988, que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

1. a soberania
2. a cidadania
3. a dignidade da pessoa humana
4. os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
5. a singularidade política
6. a hierarquia política
7. a meritocracia

Assinale a alternativa que indica todos os itens corretos.

- a. ( ) Apenas os itens 1, 2, 3 e 4.
- b. ( ) Apenas os itens 2, 4, 5 e 7.
- c. ( ) Apenas os itens 1, 2, 3, 5 e 7.
- d. ( ) Apenas os itens 1, 2, 4, 6 e 7.
- e. ( ) Apenas os itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Em se tratando dos documentos orientadores da prática pedagógica, o tema da cidadania aparece já no primeiro documento de 1996, quando se fala em alcançar a nova qualidade de ensino que se pretendia com a elaboração de tal documento, sendo necessário situar a educação escolar na totalidade da prática histórico-social, tendo em vista, que ela precisa ser considerada educativa e formadora do sujeito-cidadão, para que, a partir disso, seja possível identificar, compreender e constituir o seu objeto-especificidade. Em 2008, a temática surge ainda na parte introdutória, quando se fala que a concepção de educação que perpassa a proposta elaborada pelo conjunto de professores deve reconhecer o

indivíduo como cidadão, isto é, capaz de assumir uma postura crítica e criativa do mundo. E por fim, no documento do ano 2000, afirma-se, que todo aluno deve ter o direito ao acesso e permanência a uma educação com qualidade, que considere a cultura do corpo/movimento como patrimônio de todos, e, que também, seja um instrumento de busca e consolidação da cidadania, não podendo, em hipótese alguma, caracterizar-se como uma instrução descontextualizada de práticas de jogos, esportes, ginásticas, danças e lutas. Ainda no mesmo documento, fica claro que a área da Educação Física, deve estar fundamentada numa proposta de planejamento que se baseie no aspecto construtivista e que busque ser um processo contínuo ao longo de todo o ano, devendo culminar na aquisição de novos conhecimentos e habilidades que assegurem a autonomia e independência do aluno, para que ele, enfim, consiga alcançar o exercício pleno de sua cidadania.

Com relação a ética, esta começa a aparecer de forma mais evidente no documento de 2008, ou seja, período anterior ao da realização das provas que apresentaram questões acerca desse tema. Sobre este assunto, o presente documento, fala que os alunos precisam, através da vivência dos conteúdos específicos ter consciência do próprio corpo, das relações com os outros, das questões morais, dos sentimentos, e assim por diante. Além disso, afirma-se que a educação para ser completa tem de ser perpassada fortemente por valores éticos e, dessa forma, a Educação Física deve estender seus instrumentos para que componentes sociais integrem sua abordagem educacional. Para que isso ocorra, como já vimos anteriormente, a concepção de educação deve estar alinhada à proposta elaborada pelos docentes, de modo que reconheça o indivíduo como cidadão, ou seja, que ele seja capaz de agir crítica e criativamente do mundo. Mundo este, que se transforma rapidamente, principalmente, nos campos científicos e tecnológicos, desafiando diariamente os seres humanos com novos dilemas éticos, perante os semelhantes e a preservação do meio ambiente, além da própria sobrevivência com dignidade, em frente ao poder da comunicação que se tornou instantânea pelos meios informatizados (FLORIANÓPOLIS, 2008).

Ainda no documento de 2008, afirma-se que a educação para ser completa necessita estar perpassada fortemente por valores éticos, para que, dessa forma, a Educação Física estenda seus instrumentos possibilitando que os componentes sociais integrem sua abordagem educacional. E por fim, a questão da ética também aparece citada no documento de 2010, quando, relata-se que a elaboração do presente documento orientador, buscou promover o trabalho na perspectiva de

garantir a todas as crianças matriculadas seus direitos fundamentais e suas ações nos princípios políticos, éticos e estéticos.

O tema da ética, como vimos, vem sendo elemento presente nos documentos orientadores a bastante tempo e, devido a sua importância, continua aparecendo nas publicações mais recentes, como acontece no caso da Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis de 2016. Neste documento estão apresentados alguns elementos fundamentais para os profissionais da educação (re)pensarem a organização do processo escolar e do fazer pedagógico no âmbito das unidades educativas, tendo como pontos basilares a sistematização e a reflexão acerca das interligações possíveis entre os conhecimentos cotidianos e os conhecimentos das ciências, das artes, da filosofia, da ética e afins.

Ainda na unidade temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores, outros temas foram mencionados nas questões, porém com menos frequência se comparados com os que foram vistos até o presente momento. Muitos deles estão inseridos em documentos específicos, como no caso dos princípios da educação escolar presentes na Lei do Sistema Estadual de Santa Catarina, que foi abordada no concurso de 2004, porém, não aparece mencionada em nenhum dos documentos orientadores publicados pela PMF. O exemplo abaixo, refere-se ao tema citado, e fez parte da prova de conhecimentos gerais do concurso de 2004 (p.01):

01. Segundo a Lei Complementar nº 170 – Lei do Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, a educação escolar, no Estado de Santa Catarina, obedece aos seguintes princípios:

I Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

III. Respeito à individualidade, às diferenças pessoais, aos valores e capacidades coletivas, reforço às desigualdades e defesa do patrimônio público.

IV. Gestão democrática do ensino, valorização dos profissionais da educação e promoção da justiça social.

Estão corretas as assertivas:

a) Somente II, III e IV.

b) Somente I, II e IV.

c) Somente I, III e IV.

d) Somente II e III.

O Plano Nacional de Educação também foi um documento mencionado, e apareceu numa questão do concurso de 2009, abordando temas mais gerais, ou seja, desde objetivos, passando pelas diretrizes para gestão e financiamento da educação, valorização dos profissionais, até as metas para cada nível e modalidade de ensino incluindo a regulamentação da inclusão de crianças e jovens com necessidades educativas especiais. Todavia, em relação aos documentos norteadores da prática pedagógica, o Plano Nacional de Educação apareceu somente no documento do ano de 2010, ano posterior ao da realização da prova. Como vimos na breve apresentação do presente documento na parte inicial desta pesquisa, a sua elaboração foi realizada com o intuito de responder aos desejos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, mas também, para cumprir com a determinação legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional de Educação, da Organização, Financiamento e Manutenção do Sistema Municipal de Ensino de Florianópolis, e também, do seu Plano Municipal de Educação. Abaixo está apresentada uma questão, que tratou sobre o assunto, da prova de conhecimentos gerais de 2009 (p.11):

17. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) é correto afirmar:

01. São objetivos do PNE, a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.

02. Os recursos financeiros são limitados à capacidade de responder a uma educação compatível, na extensão e na qualidade, à dos países latino-americanos, estabelecidas prioridades neste plano.

04. A valorização dos profissionais da educação exige salários elevados, o que não é condizente com a formação inicial e continuada, em especial com a garantia das condições adequadas de trabalho.

08. Entre os objetivos do PNE está a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos

princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

16. Compete à escola de ensino Fundamental definir as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação, as metas para cada nível e modalidade de ensino, regulando a inclusão de crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Outro documento que foi mencionado, diz respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Como vimos no início da presente pesquisa, a LDB esteve presente dentre as temáticas apresentadas no edital do concurso de 2004 que poderiam ser abordadas no decorrer das questões da prova. Por se tratar do documento mais importante da educação, a LDB esteve presente em todas as provas analisadas, mesmo não aparecendo citada nos editais dos concursos de 2009, 2013 e 2014. Algumas de suas questões, trataram acerca de assuntos mais gerais, como: o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, os processos formativos, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o respeito a liberdade e o apreço a tolerância, e, a valorização dos professores através de atitudes coerentes com a sua função social. Outras proposições consideradas mais técnica, abordaram temas, como: a organização da Educação Básica, o artigo 1º que fala sobre os processos formativos que devem se desenvolver na vida familiar, na convivência humana, no trabalho e nas instituições de ensino e pesquisa; o desenvolvimento da educação escolar predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias; e, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados.

Quanto a presença da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos documentos orientadores da RMEF, apesar de todos terem sido estruturados levando em consideração tais diretrizes, somente no documento de 2010 está afirmado que a elaboração do mesmo aconteceu com o intuito de responder aos anseios da RMEF, bem como cumprir com a determinação legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional de Educação, da Organização, Financiamento e Manutenção do Sistema Municipal de Ensino de Florianópolis, e também, do seu Plano Municipal de Educação.

Já com relação, especificamente, ao estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e

médio públicos e privados, tal assunto foi abordado no concurso de 2014, todavia, sua discussão nos documentos orientadores da prática pedagógica começou a aparecer em 2008, por meio da contribuição do projeto da Diversidade Étnico-Racial com formação voltada para o atendimento da Lei n.º 10.639/032, pautando-se nas reflexões do reconhecimento da História e Cultura Afro-Brasileira, da implicância da prática pedagógica da construção de identidades, assim como da relação currículo, escola e relação étnico-racial, e dos Ciclos de formação sobre deficiência, com reflexões acerca da inclusão e aprendizagem das crianças e jovens com deficiência e do trabalho pedagógico para atender a essa demanda. O exemplo abaixo, diz respeito a este tema e foi retirado da prova de conhecimentos gerais do concurso de 2014 (p.09):

22. De acordo com o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados torna-se obrigatório(a):

- a. ( ) A inclusão do ensino da música.
- b. ( ) A inclusão de duas línguas estrangeiras.
- c. ( ) Um intérprete de libras em todas as salas.
- d. ( ) O estudo da história da população negra e cigana.
- e. ( ) O estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

O documento das Diretrizes Curriculares Nacionais também apareceu, mesmo que com menos frequência, durante a análise das questões das provas, principalmente nos anos de 2009, 2013 e 2014. Dentre as proposições, a que se destaca é a questão do concurso de 2014, que falou sobre a inseparabilidade entre as dimensões educar e cuidar, sendo considerada como uma maneira de recuperar a função social da Educação Básica, assim como, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana. A seguir, está o exemplo retirado da prova de conhecimentos gerais de 2014 (p.07):

14. Analise o texto abaixo:

De acordo com o artigo 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais, na Educação Básica, é necessário considerar as dimensões do \_\_\_\_\_ e do \_\_\_\_\_, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a

função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

- a.  afeto • cuidar
- b.  educar • cuidar
- c.  formar • ensinar
- d.  intelecto • afeto
- e.  formar • cuidar

As dimensões do educar e cuidar, apesar de estarem abordadas somente na prova do concurso público de 2014, vêm sendo discutidas em documentos orientadores desde 1996. Este primeiro documento, que é uma das fontes analisadas na presente pesquisa, foi sistematizado com o intuito de dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido na Educação Infantil de Florianópolis, e que já tinha como princípio a pedagogia da infância, que deve considerar a criança como sujeito de direitos, possibilitando o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões e as relações estabelecidas com outras instituições sociais, incluindo as famílias. Portanto, caminhando em direção a esta perspectiva, o eixo do trabalho deve ser explicitado no binômio educar/cuidar, que se torna um só no fazer pedagógico, ao considerar a criança como sujeito integral.

Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, uma das questões do concurso de 2009, afirmou que o objeto de estudo da Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental da RMEF deve basear-se no Movimento Humano. Por sua vez, o movimento humano começa a ser abordado com mais frequência a partir desse mesmo concurso, estando previsto, inclusive, no respectivo edital, acontecendo, igualmente, no ano de 2014, todavia em 2013, apesar de ser tema abordado numa questão, não esteve previsto no respectivo edital. Portanto, como é possível observar, as demais proposições existentes que trataram acerca do Movimento Humano, não são mencionadas neste momento, pois não foram inseridas na unidade temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores, e, serão apresentadas no decorrer das outras duas unidades temáticas selecionadas para análise. O exemplo abaixo diz respeito a questão citada anteriormente presente na prova de conhecimentos específicos de 2009 (p.17):

31. Assinale a(s) proposição(ões) correta(s):

O objeto de estudo da educação Física no ensino fundamental e na educação infantil da rede

Municipal de Florianópolis (SC), de acordo com as diretrizes Curriculares, se baseia no(a):

- 01. Motricidade humana
- 02. Psicomotricidade
- 04. Esporte
- 08. Atividade física
- 16. Movimento humano

Quanto a presença do Movimento Humano nos documentos orientadores da prática pedagógica, ele aparece já no primeiro documento de 1996, quando se relata que a Educação Física precisa fazer uma leitura sobre as manifestações do movimento humano, ou seja, o campo precisa ampliar a visão sobre tais elementos, dando atenção às diferentes formas de cultura do movimento, não privilegiando algumas em detrimento de outras. Ainda nesse mesmo documento, fala-se sobre a compreensão do movimento como linguagem corporal, que, para a criança pequena, surge como um meio de comunicação, expressão e interação social. Com relação ao movimento humano, a publicação cita as contribuições feitas por Kunz (apud FLORIANÓPOLIS, 1996), com relação aos sentidos/significados que o movimento humano pode traduzir por suas manifestações; sendo eles: sentido comparativo, sentido exploratório, sentido produtivo, sentido comunicativo e sentido expressivo. Também encontramos indícios acerca desse tema no documento do ano 2000, quando se fala que a Educação Física é o componente curricular que está mais relacionado com o movimento humano, e por esse motivo, ela deve proporcionar um conceito de inteligência motora como norteadora das ações do planejamento, que precisa estar estruturado no equilíbrio dinâmico entre as competências físico-cinestésica, percepto-cognitiva e socioemocional. Indo de encontro a ideia expostas nestes documentos, a publicação mais recente: A Educação Física da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, de 2016, período posterior ao da realização das provas, também considera o corpo e o movimento humano como elementos centrais da prática pedagógica na Educação Física, visto que, as crianças comunicam-se, expressam-se e interagem socialmente por meio deles.

Para finalizar a unidade temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores, outros documentos também foram citados, todavia, estes buscaram abordar conteúdos de caráter mais organizacionais. Dentre eles, podemos citar algumas resoluções do Conselho Municipal de Educação que falaram sobre os seguintes temas: a organização, funcionamento e manutenção do Sistema de Ensino de

Florianópolis, bem como, quem são seus integrantes; o Fórum Municipal de Educação como sendo um órgão consultivo das políticas educacionais do Sistema Municipal de Ensino, a duração do Ensino Fundamental, o desenvolvimento do currículo para a formação básica do cidadão, a Educação Física como componente curricular obrigatório, o planejamento integrado entre os professores de áreas específicas e o professor de referência, e, o Ensino Fundamental de nove anos. Além dessas resoluções, também estiveram presentes nas proposições, a Resolução nº 01 de 2010 do Ministério da Educação sobre o Ensino Fundamental, que refere-se a etapa da Educação Básica, de direito público e de oferta obrigatória a todos e a cada um e dever do Estado; e o Artigo 1º da Constituição de 1988, que procurou saber quais eram os fundamentos do Estado Democrático de Direito, que são : a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. E, por fim, uma outra questão tratou sobre a Educação Profissional e Tecnológica no cumprimento dos objetivos da Educação Nacional, devendo esta integrar-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

### **3.3.2 Unidade Temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física**

Partimos então para a segunda unidade temática de maior incidência nas provas, totalizando 31 questões, denominada de: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física. Muitas das proposições aqui categorizadas, tiveram a intenção de saber especificamente sobre determinadas concepções, todavia, algumas delas, apesar de citarem autores, tinham como ideia central as concepções. Em outros casos, buscaram abordar a respeito de determinadas concepções que estiveram presentes num determinado período histórico, tanto referente a história da educação, quanto da Educação Física. Todavia, outras questões, não citaram diretamente uma concepção, porém, por meio daquilo que se destinaram a saber, além do modo como foram elaborados os enunciados e proposições, subentenderam um tipo de ideia, perspectiva e/ou concepção. Para facilitar a compreensão do que foi dito, a seguir, são utilizadas três questões para exemplificar. A primeira questão, que será exemplificada a seguir, foi retirada da prova objetiva de conhecimentos específicos de 2004 (p.08)

15. Assegurar a igualdade de acesso à prática esportiva para todas às pessoas é uma meta conceitual do (a):

- a) do associativismo no esporte.
- b) da interdependência do bem-estar social com relação ao estado sociedade-esporte.
- c) do envolvimento social do esporte.
- d) do esporte como meio de democratização.

O segundo exemplo foi retirado da prova objetiva de conhecimentos gerais de 2009 (p.12):

19. Entre as concepções pedagógicas no brasil, destaca-se:

01. Nas diversas modalidades da pedagogia tradicional, situadas na vertente leiga ou religiosa, a preocupação estava centrada nas “teorias do ensino”, enquanto nas diferentes modalidades da pedagogia nova, a ênfase era situada nas “teorias da aprendizagem”.

02. a tendência renovada não-diretiva surgiu no brasil no início de 2000, às portas do século XXI, interessada nos objetivos de desenvolvimento pessoal e não nas relações interpessoais, atribuindo à escola o papel de formar atitudes.

04. a Pedagogia Progressista Crítico-social dos Conteúdos, década de 80, não foi considerada como sinônimo da pedagogia dialética, porque não direcionava o ensino para a superação dos problemas sociais e para buscar a libertação intelectual do aluno.

08. Nas concepções tradicionais, a centralidade é a instrução (formação intelectual), já que a escola é concebida como uma agência centrada no professor, transmissor dos conhecimentos acumulados pela humanidade, cabendo aos alunos assimilar os conteúdos transmitidos.

16. Para as tendências pedagógicas liberais, o papel da escola é o de atender diferenças individuais, necessidades e interesses dos educandos, destacando os processos mentais e as habilidades cognitivas necessárias à adaptação do sujeito ao meio social.

O terceiro e último exemplo que aparece abaixo, foi retirado da prova objetiva de conhecimentos gerais do ano de 2009 (p.19):

37. Leia o texto abaixo:

“Uma aula tem sua identidade própria quando se pode localizar, nela, a aprendizagem. É preciso que os (as) alunos (as) saibam, sobre determinado tema, mais ao final da aula que no começo” (Vygotsky, 1998). Considerando o exposto, assinale a(s) proposição(ões) correta(s).

01. O objetivo maior da disciplina educação Física é o de promover a educação corporal dos(as) alunos(as) a qual não se refere, especificamente, à preparação física, mas a uma educação integral.

02. Mesmo que os alunos resistam a uma determinada atividade planejada para a aula de educação Física, os(as) professores(as) devem persistir, pois os alunos não têm maturidade suficiente para refletir sobre a diferença entre seus interesses e suas necessidades.

04. Segundo a Concepção Crítico-superadora, os fundamentos técnicos e táticos das práticas corporais são conteúdos prioritários para o desenvolvimento de uma aula de educação física.

08. Para que um aluno aprenda a pensar, por exemplo, quando aprende basquetebol, essa aula deveria ser ministrada de modo que as ações gerassem dúvidas, problemas, fazendo os(as) alunos(as) refletirem sobre a atividade.

16. As modalidades esportivas mais conhecidas devem ser privilegiadas no planejamento de uma aula de educação Física, seguindo a Concepção Crítico-emancipatória, visto que os alunos estarão mais motivados, evitando-se dessa forma a exclusão.

Nesse momento, com o intuito de facilitar a sistematização dos conteúdos encontrados, diferentemente, da unidade temática anterior que foi analisada por temas, as concepções serão apresentadas de acordo com os anos das provas em que estavam inseridas. Logo, devido ao período de publicação dos documentos orientadores da prática pedagógica, as provas de 2004 e 2009, serão analisadas separadamente, enquanto que as provas de 2013 e 2014 conjuntamente.

No concurso de 2004, as questões categorizadas como: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, contextualizaram em muitos momentos, aspectos presentes no período histórico, tanto da educação brasileira, quanto da Educação Física, fato este que já foi mencionado anteriormente. A seguir estão apresentados os principais temas que fazem parte dessa unidade temática e que foram cobrados na prova desse ano. Uma das questões tratou acerca das percepções da educação brasileira nos anos 70, da perspectiva curricular da educação popular, da perspectiva da pedagogia crítico-social dos conteúdos e, do movimento de renovação curricular da década de 80 do século XX. Já em outra proposição, procurou-se saber mais sobre: Método Natural Austríaco, Educação Física Desportiva Generalizada, Método Francês, e Calistenia. Em outra questão, o tema abordado foi sobre as atividades psicomotoras, que são: coordenação dinâmica geral, coordenação visomotora, equilíbrio, lateralidade e organização espaço temporal. Ainda tivemos a presença de temas como: a garantia à igualdade de acesso à prática esportiva para todas as pessoas, a Educação Física enquanto componente curricular, que deve auxiliar na promoção e no desenvolvimento integral e harmônico do homem em crescimento por meio das atividades corporais; e a perspectiva heurística. Por fim, duas questões presentes na prova de 2004 chamaram atenção, pelo conhecimento que se destinaram a cobrar dos candidatos como conteúdos que estes deveriam saber. A seguir, está apresentado um exemplo que foi retirado da prova de conhecimentos específicos de 2004:

13. A falta do preparo do material, correções em excesso nas aulas práticas, deslocamentos inadequados, itinerários não previstos, explicações muito demoradas, são fatores que contribuem para que uma sessão de Educação Física seja, seriamente, prejudicada na característica de:
- a) completitude.
  - b) graduação de intensidade.
  - c) alternância.
  - d) continuidade.

Para complementar, abaixo está outro exemplo retirado da mesma prova do ano de 2004 (p.08):

14. A partir da formulação do objetivo abaixo, identifique o comportamento, o critério e a

condição, preenchendo corretamente os espaços em branco entre os parênteses abaixo:

“Executar manchetes, com auxílio de um companheiro, distante a 5 metros, que lhe passe a bola, sem cometer erros de movimentação de braços e pernas”.

Executar manchetes (\_\_\_\_\_), com auxílio de um companheiro que lhe passe a bola a 5 metros, (\_\_\_\_\_) sem cometer erros de movimentação de braços e pernas (\_\_\_\_\_).

A ordem de preenchimento correto das lacunas está na alternativa:

- a) comportamento, condição e critério
- b) comportamento, critério e condição
- c) critério, comportamento e condição
- d) condição, critério e comportamento

De todos os assuntos presentes na prova de 2004, o tema das atividades psicomotoras pode ser considerado o mais importante, visto que, começou a ser discutido brevemente ainda no documento publicado em 1996, ou seja, anteriormente ao período de realização da prova. Na presente publicação, relata-se que a psicomotricidade foi considerada uma solução para os inúmeros problemas que estavam levando ao fracasso escolar, dentre eles, o fracasso na alfabetização, e por esse motivo, acabou sendo apropriada pela Educação Física, transformando metodologicamente suas práticas pedagógicas, principalmente no âmbito da Educação Infantil. Consequentemente, a psicomotricidade esteve entre as principais tendências da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, ainda neste documento, inicia-se, mesmo que superficialmente, uma discussão, no sentido de que esta perspectiva precisava ser substituída em favor de outro modelo de Educação Física, principalmente, para a etapa da pré-escola.

Já no documento de 2004, a discussão sobre a psicomotricidade ganha mais espaço, e a crítica baseia-se no fato de que, por ela estar ligada fortemente a psicologia do desenvolvimento, que tem como base, aspectos evolutivos biológicos, as práticas baseadas na psicomotricidade vinham oferecendo pressupostos para a Educação Física somente focados no desenvolvimento motor e nas estruturas cognitivas, enfatizando a aquisição de habilidades ou no esquema corporal, lateralidade, percepção espaço-tempo, equilíbrio e locomoção. Por isso, Sayão no documento de 2004, mesmo ano de realização da prova, afirma sobre a necessidade de uma discussão sobre a infância que vá além do desenvolvimento motor,

da recreação, da psicomotricidade, discussões estas, que auxiliariam no cerceamento das capacidades imaginativas das crianças, uma vez que estas dependem das experiências com os conhecimentos.

A concepção de que a Educação Física enquanto componente curricular deve auxiliar na promoção do desenvolvimento integral e harmônico do homem em crescimento por meio de atividades corporais, como vimos anteriormente, também foi assunto presente na prova de 2004. Referente a este tema, ele aparece sistematizado no documento do mesmo ano, quando se esclarece que o trabalho que estava sendo desenvolvido na etapa da Educação Infantil da RMEF, começava a estar focado na pedagogia da infância, ou seja, considerava a criança como sujeito de direitos possibilitando o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões e as relações estabelecidas com outras instituições sociais, incluindo as famílias. Nessa mesma perspectiva, o eixo do trabalho pode ser explicitado pelo binômio educar/cuidar, que deve se tornar um só no fazer pedagógico, ao considerar a criança como sujeito integral. Tal discussão, foi ter continuidade somente no documento orientador de 2008, só que com foco maior na etapa do Ensino Fundamental, que até o presente momento apresentava poucas discussões sobre a temática da promoção do desenvolvimento integral nesta etapa da Educação Básica. Sendo assim, este documento buscou evidenciar a importância do avanço para uma política de educação integral e inclusiva pautada na perspectiva de uma educação voltada para o desenvolvimento das múltiplas dimensões e singularidades humanas, focando na diversidade e em suas diversas especificidades, bem como, no reconhecimento das crianças e jovens como seres de direitos e capazes de aprender.

Partimos então para as questões da prova do concurso de 2009 que foram inseridas na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física. Dentre os temas mais importantes, tivemos: a compreensão de que ensinar exige uma compreensão de que a educação é uma forma de intervir no mundo. Tal perspectiva já se encontra no documento de 1996, que é específico à etapa da Educação Infantil, quando nele se afirma que essa deve se constituir num espaço socioeducativo, sendo fundamental que a criança tenha acesso a elementos da cultura universal e da natureza, por meio de um processo de troca de experiências com outras crianças e com o professor, pois, desse modo, ela poderá construir e elaborar hipóteses para a compreensão e intervenção no mundo, tornando o processo de desenvolvimento e aprendizagem mais rico e significativo.

A concepção crítico-superadora foi outro assunto que também apareceu na prova de 2009, no sentido de auxiliar na concretização de um

projeto político pedagógico que esteja articulado a um projeto de transformador de sociedade. Por sua vez, no documento de 1996, esta concepção não aparece citada diretamente, porém, o Coletivo de Autores surge, não abordando acerca do mesmo tema presente na proposição da prova, mas de modo a complementar, quando diz que a expressão corporal deve ser uma forma de linguagem, além de ser considerada um patrimônio da humanidade.

Em se tratando da concepção crítico-emancipatória, ela foi abordada diretamente numa questão, que citou Eleonor Kunz como seu autor, evidenciando, que a mesma foi embasada na Teoria Crítica da Sociedade, na Escola de Frankfurt e principalmente no paradigma da ação comunicativa de Jürgen Habermas. Já em outra proposição, aparece Kunz e a ideia de que o mundo do movimento fora da escola, sua história, sua função e sua 'linguagem', deverá ser interpretado e compreendido, para também ser transformado. No documento de 1996, como foi possível observar durante a sua leitura, de modo semelhante à concepção anterior, a concepção crítico-emancipatória não aparece citada, sendo mencionados somente, Kunz e as suas contribuições com relação aos sentidos/significados que o movimento humano pode traduzir por suas manifestações, sendo eles: sentido comparativo, sentido exploratório, sentido produtivo, sentido comunicativo e sentido expressivo.

Por sua vez, a concepção desenvolvimentista também apareceu citada na prova de 2009, em, basicamente, duas questões. Uma delas, buscou saber do candidato quem era o seu autor, que no caso foi Go Tani, enquanto que na outra questão, falava-se sobre o ensino de habilidades e técnicas de acordo com esta perspectiva. Em se tratando dos documentos orientadores, esta concepção surge melhor evidenciada na publicação do ano de 2000, que apresenta uma proposta de Educação Física baseada na concepção desenvolvimentista, e por essa razão, precisa estar compatível com uma abordagem de educação construtivista. Nesse contexto, o planejamento precisa ser concebido como um processo em construção, orientando-se no processo educativo pela zona de desenvolvimento proximal do educando.

Com o intuito de embasar tal proposta, o documento menciona a Teoria dos Sistemas Ecológicos de Bronfenbrenner (apud KREBS, 2000), que estabelece que as propriedades da pessoa devem ser interpretadas em uma perspectiva ecológica, e que os parâmetros do contexto devem ser vistos em uma abordagem desenvolvimentista. Portanto, a pessoa deve ser considerada como um ser em desenvolvimento, e o contexto, como ambiente dinâmico em constante transformação. No que tange a

Educação Física, a concepção desenvolvimentista não pode estar reduzida a aspectos maturacionais e aptidão física, mas sim a uma visão dinâmica do processo educativo, alicerçada em teorias do desenvolvimento humano. E por se tratar do componente curricular que está mais relacionado com o movimento humano, a Educação Física deve proporcionar um conceito de inteligência motora como norteadora das ações do planejamento, que precisa estar estruturado no equilíbrio dinâmico entre as competências físico-cinestésica, percepto-cognitiva e socioemocional.

Outro assunto tratado na prova do concurso de 2009, citou Perrotti, e a ideia do autor de que, por ser a infância ser considerada tempo lúdico, as atividades pedagógicas devem determinar o tempo, e não o tempo determinar a atividade. Logo, a Educação Física organizada, com tempo pré-determinado, não tem sentido para as crianças pequenas que pensam, agem e sentem como uma totalidade complexa. Nesse sentido, a brincadeira precisa ser concebida como eixo principal do trabalho e como linguagem característica das crianças pequenas. A infância como tempo lúdico começa a aparecer como um tema em discussão nos documentos orientadores no ano de 2004, quando se ressalta uma crítica a uma concepção de Educação Física como disciplina escolar, que desconsidera os interesses e necessidades das crianças, determinando o tempo de duração das aulas em termos cronológicos, e fragmentando os conteúdos, o que acaba não fazendo sentido para as crianças pequenas, além de não se adequar às concepções de criança e de Educação Infantil presentes nas práticas pedagógicas dentro das unidades educativas. Este assunto volta a ser abordado somente no documento específico da Educação Física na etapa da Educação Infantil de 2016, não mais como uma problemática, mas como uma realidade de trabalho junto as crianças, sendo a sua construção baseada na pluralidade de propostas, conteúdos e formas de organização do tempo da Educação Física nas unidades educativas de Educação Infantil, mostrando essas diferentes organizações que se opõem a ideia de que todo o conhecimento da Educação Física pode ser reduzido a uma prática idealizada.

Quanto ao assunto da cultura corporal de movimento, uma das questões de 2009, tratou sobre a articulação entre os diversos aspectos presentes nas manifestações da cultura corporal de movimento e o desenvolvimento das potencialidades individuais de cada aluno na relação com esse universo de conhecimento. A discussão deste assunto tem início no documento orientador de 1996, que explica, tendo em vista, as diversas possibilidades do movimento, no trabalho com crianças de zero a seis anos, tais possibilidades precisam ser considerados como indicação

metodológica, pois possibilitariam que a criança compreendesse o seu próprio movimento como uma marca pessoal, como algo histórico e como parte da produção da humanidade, caminhando no sentido da apropriação dos fenômenos da denominada cultura corporal (FLORIANÓPOLIS, 1996). O documento cita ainda Wallon, e as formas do movimento, que são: equilíbrio, preensão e locomoção, e, atitudes mímicas, devendo estas serem indicadoras da prática pedagógica do professor, tanto no momento de organização das situações em que elas estejam presentes, mas também tematizando-as a partir dos fenômenos da cultura corporal. O elemento da brincadeira também aparece como sendo princípio norteador na formulação das atividades da cultura corporal das crianças, possibilitando que as suas manifestações corporais encontrem significados pela ludicidade presente na relação que elas mantêm com o mundo.

Quanto as contribuições mais recentes sobre a temática, ela volta a ser mencionada nas publicações da PMF em 2016, todavia, o que antes era denominado de cultura corporal, nesse momento passa a ser cultura corporal de movimento. Portanto, os estudos mais recentes, realizados posteriormente ao período das provas analisadas, relatam que a Educação Física, precisa, na condição de componente curricular, ocupar-se de sistematizar e reelaborar criticamente aquilo que vem sendo, na história da humanidade, um campo de expressões culturais, e que tem sido denominado, de forma genérica, na literatura científica da área pedagógica da Educação Física e também em diferentes propostas curriculares de estados e municípios brasileiros, de cultura corporal de movimento, e que se expressa em: brincadeiras, jogos, danças, lutas, esportes, ginásticas, práticas corporais de aventura urbana e na natureza, e práticas corporais introspectivas. A partir disso, o documento traz uma proposta de organização entre o trabalho pedagógico e o conhecimento da Educação Física, elaborado por González e Fensterseifer (apud FLORIANÓPOLIS, 2016b), que inclui três eixos de trabalho: a ampliação das possibilidades de movimento dos seres humanos, o conhecimento das manifestações sistematizadas da cultura corporal de movimento, e, a compreensão das estruturas e representações sociais que atravessam o universo dessas manifestações. O exemplo abaixo foi retirado da prova de conhecimentos específicos de 2009 (p.13):

22. A história brasileira, no final dos anos 70 e início dos anos 80, foi marcada pela mobilização em torno do movimento em prol da abertura política e da campanha para a realização de eleições diretas para a presidência da república,

surgindo ações que visavam à construção de uma sociedade democrática. Nesse contexto, surgem vários autores propondo um repensar da educação Física. (Diretrizes Curriculares para educação física no ensino fundamental e na educação infantil na rede Municipal de Florianópolis/SC). Considerando o texto apresentado e os seus conhecimentos sobre o assunto, assinale a(s) proposição(ões) correta(s).

01. Uma das características do repensar da educação Física foi a busca pela fundamentação teórica para além das ciências naturais.

02. A Concepção de aulas abertas à experiência surge como um marco para o repensar da educação Física escolar.

04. A concretização de um projeto político pedagógico articulado a um projeto transformador de sociedade é uma perspectiva da Concepção Crítico-superadora.

08. A Concepção Crítico-emancipatória, proposta por Elenor Kunz, está embasada na teoria Crítica da sociedade, na escola de Frankfurt e principalmente no paradigma da ação comunicativa de Jurgen Habermas.

16. A ideia de incluir, além do ensino das habilidades e técnicas, conteúdos de caráter teórico-prático, valorizando o se movimentar enquanto diálogo com o mundo são princípios da Concepção desenvolvimentista.

Partindo para o concurso de 2013 e 2014, dentre os principais temas inseridos na unidade temática Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, estão as concepções pedagógicas críticas, em um movimento contra hegemônico, que defendem a ideia do trabalho como princípio educativo e do homem como sujeito histórico, sendo a prática e a teoria elementos indissociáveis. Em se tratando da abordagem das perspectivas críticas nos documentos orientadores, estas só começaram a aparecer na publicação de 2016, que em sua composição contou com discussões acerca das várias concepções filosófico-epistemológicas e teórico-metodológicas. Para fundamentar tais discussões, buscou-se manter a filiação histórico-cultural e de abordagens críticas em educação que caracterizaram a história da RMEF e que tinham como propósitos uma formação humana para a emancipação, a atenção

aos desafios atuais que são contemplados por abordagens pós-críticas em educação e por alguns de seus referenciais correlatos, o que diz respeito especialmente às discussões sobre diferença, inclusão, educação quilombola e Ensino Religioso, e o enfoque na pesquisa como princípio educativo, especificamente no campo da Educação de Jovens e Adultos.

Outro tema bastante importante, que esteve presente em questões das provas de 2013 e 2014, trata do repensar sobre a educação e a Educação Física, no sentido de construir uma sociedade mais democrática, além de suas perspectivas transformadoras, que devem se constituir como eixos condutores da prática pedagógica do professor, buscando auxiliar no seu planejamento e reflexão da sua práxis. Este repensar, já vem sendo pensado, discutido e sistematizado, principalmente na Educação Física na etapa da Educação Infantil, desde o documento de 1996, quando se fala que este componente curricular deve preocupar-se com a organização de um currículo que contemple o cotidiano das instituições de Educação Infantil, apontando para a concretização da necessidade de ampliar os conhecimentos da criança, proporcionando-lhe os instrumentos para que ela possa apropriar-se criticamente da cultura sistematizada pela humanidade. Além disso, as propostas de Educação Física devem propiciar um ambiente que estimule a criatividade e a investigação, através da brincadeira, favorecendo o surgimento de atividades em que prevaleça a solidariedade, a responsabilidade e o respeito aos direitos humanos. Para isso, com o intuito de caminhar em direção a uma nova prática pedagógica, a Educação Física precisa justificar seu trabalho no interior do processo educacional por meio do compartilhamento de uma compreensão de ser humano, educação e de sociedade dentro da concepção de Educação Infantil. Ainda nesse movimento de repensar a Educação Física, fica evidente no documento orientador, que a área deve apresentar uma proposta de planejamento que resulte em novos conhecimentos e habilidades, assegurando a autonomia e independência do aluno, para que ele chegue ao exercício pleno de sua cidadania.

Tendo em vista a importância de se repensar a Educação Física, principalmente na etapa do Ensino Fundamental, este tema continua também está presente no documento orientador de 2016. Para compreendermos melhor qual a situação atual dessa problemática, na publicação mais recente, ela é posta como um desafio, e com o intuito de superá-lo, pesquisadores e professores têm buscado construir uma legitimidade para o trabalho pedagógico com os conhecimentos relativos à Educação Física na instituições educativas, significando a sua

estruturação como componente curricular que lida com uma seleção de conhecimentos que, organizados e sistematizados, devem proporcionar aos estudantes uma reflexão acerca de uma dimensão da cultura, contribuindo com a formação cultural.

Outros temas, menos recorrentes, abordados nas provas dos concursos de 2013 e 2014, que estão inseridos na unidade temática, Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, foram os seguintes: a orientação pedagógica inspirada na teoria do capital humano, em que a educação tinha por finalidade preparar as pessoas para o mercado em expansão que exigia força de trabalho educada; e, a avaliação tradicional que legitima uma escola elitista, priorizando situações em que o estudante precisa memorizar os conteúdos transmitidos, obter notas altas, além de ser obediente e passivo, em frente ao ideal de um projeto educacional que vise a qualidade social, concebendo as crianças em suas realidades concretas, considerando toda a pluralidade de seu jeito de viver; as influências das áreas médica, política, militar, de rendimento, e pedagógica na Educação Física escolar; a teoria histórico-cultural concebida pela escola soviética, as tendências críticas do currículo, visto que este deve passar de uma lista de procedimentos e recomendações para um momento de reflexão a respeito das consequências dos conteúdos selecionados; e, a entrada mais decisiva das ciências sociais e humanas na área da Educação Física, processo este que tem várias determinantes, e permitiram o surgimento de análises mais críticas do paradigma da aptidão física. Abaixo consta um exemplo de questão que foi retirado da prova de conhecimentos gerais de 2013 (p.04):

07. Analise o texto abaixo:

Nas décadas de 1960 e 1970 a educação no Brasil seguiu uma nova orientação pedagógica inspirada \_\_\_\_\_ em que a educação tinha por finalidade preparar as pessoas para atuar em um mercado em expansão que exigia força de trabalho educada. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- a. ( ) na ideia do coletivo
- b. ( ) na ideia da mais valia
- c. ( ) na lucratividade docente
- d. ( ) na teoria do capital humano
- e. ( ) no princípio da solidariedade

Para complementar, no que segue, consta outro exemplo que foi retirado da prova de conhecimentos específicos de 2014 (p.15):

36. Analise as afirmativas abaixo:

1. O nascimento da educação física se deu, por um lado, para cumprir a função de colaborar na construção de corpos saudáveis que permitisse uma adequada adaptação ao processo produtivo e à perspectiva nacionalista, e, por outro, foi também legitimado pelo conhecimento médico-científico do corpo.

2. No final do século XX a educação física começa a sair de uma perspectiva do corpo via racionalização, repressão, com enfoque biológico, para um controle via estimulação, enaltecimento do prazer corporal, com enfoque sociológico.

3. Mudando radicalmente seus princípios mais fundamentais, a pedagogia da educação física incorporou, no final do século XX, uma nova técnica corporal, o esporte, agregando agora, em virtude das inserções sociais desse fenômeno, novos sentidos/significados.

4. A entrada mais decisiva das ciências sociais e humanas na área da educação física, processo que tem vários determinantes, permitiu ou fez surgir uma análise crítica do paradigma da aptidão física.

5. A partir da década de 1970, no mundo e no Brasil, passa a constituir-se mais claramente um campo acadêmico na/da educação física, campo este que se estrutura a partir das escolas básicas de nível médio, em grande medida em razão da estruturação esportiva, já em simbiose com a educação física.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1 e 5.

b. ( ) São corretas apenas as afirmativas 2 e 5.

c. ( ) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.

d. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

e. ( ) São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

### **3.3.3 Unidade Temática: Autores, Estudiosos e Teorias**

Partimos então para a análise da terceira e última unidade temática, Autores, Estudiosos e Teorias, com um total de 28 questões em relação as provas dos quatro concursos públicos. Muitas das proposições

presentes nessa categoria, se propuseram a relacionar, sobretudo, autores conhecidos na educação e na Educação Física, e suas ideias, obras, concepções e/ou perspectivas.

O autor mais citado no decorrer da análise das questões foi Vygotsky, estando referenciado desde o concurso de 2004, todavia, achou-se mais importante comentarmos as questões a partir de 2009, tendo em vista a sua relação com os documentos orientadores da prática pedagógica publicados pela PMF junto à SME. Portanto, nesse ano, o autor é mencionado, quando se abordou acerca do tema da aprendizagem, sendo ela, elemento resultante de uma aula em que é possível visualizar a sua identidade própria. Já em 2013, o autor é mencionado mais vezes, iniciando numa proposição que abordou sobre a relação entre ensino e desenvolvimento, afirmando que, o único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento. Tiveram ainda outras questões que citaram o autor e que estiveram relacionadas ao desenvolvimento, tais proposições abordaram sobre: os níveis de desenvolvimento real e potencial relacionados ao conceito de zona de desenvolvimento proximal, principalmente no que tange às dimensões do aprendizado escolar; o conceito de situação social de desenvolvimento relacionado ao processo de aprendizagem e desenvolvimento humano, e, o meio de propagação das funções psicológicas elementares e superiores na relação com o processo de desenvolvimento e aprendizagem. Quanto ao tema do desenvolvimento, de acordo com o documento orientador do ano 2000, período anterior ao da presente prova, este apresenta as contribuições das teorias do desenvolvimento infantil, propostas por Piaget e Vygotsky. Tais teorias foram consideradas metas do programa que estava sendo sugerido no presente documento, e elas, por sua vez, tiveram como objetivo principal, propor a mediação entre o atendimento às necessidades que cada criança possui como um indivíduo com características únicas, e aquelas que possui como sujeitos comuns a uma mesma história social.

Por sua vez, no concurso de 2013, outros assuntos, também relacionados à Vygotsky, foram abordados, sendo eles: a ideia de que as formas mais elaboradas de pensamento são construídas ao longo da história social do homem, ou seja, na sua relação com o meio físico e social, devendo ser mediada por instrumentos e símbolos desenvolvidos no interior da vida social, possibilitando que o ser humano crie e transforme seus modos de ação no mundo, processo este que, de acordo com o autor, deve ser considerado como um dos pilares da Educação Infantil quando se trata da perspectiva sócioconstrutivista no que se refere à interação com o meio; a atividade do sujeito como um importante aspecto da formação da consciência, admitindo igualmente que a

imaginação, como todas as funções da consciência, surge originalmente da ação; e, por fim, a escola sócio interacionista como valorizadora da interação do sujeito, acreditando que é a ação deste que determina a formação das funções psicológicas superiores. O exemplo abaixo foi retirado da prova de conhecimentos gerais de 2013 (p.03):

3. A partir dos estudos realizados por Vigotski, é correto afirmar:
- a. ( ) O único bom ensino é o que não se adianta ao desenvolvimento.
  - b. ( ) O processo de desenvolvimento não tem relação com o processo de ensino.
  - c. ( ) Primeiro é preciso se desenvolver para depois aprender novos conceitos.
  - d. ( ) O único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento.
  - e. ( ) O único bom ensino é o que não se preocupa com o desenvolvimento.

Outro autor citado nas questões das provas dos concursos públicos foi Urie Bronfenbrenner, principalmente no que se refere ao seu modelo e teoria do desenvolvimento humano. Em 2004, já se questionava sobre este modelo que se fundamenta no paradigma ecológico, e que, logo, pode ser usado para explicar o comportamento motor na Educação Física. Tal teoria, esteve mencionada no documento orientador de 2000, ou seja, publicação anterior ao período do presente concurso. Nele se explica que a Teoria dos Sistemas Ecológicos de Bronfenbrenner foi incorporada a proposta apresentada no documento, por estabelecer que as propriedades da pessoa devem ser interpretadas em uma perspectiva ecológica, e que os parâmetros do contexto devem ser vistos em uma abordagem desenvolvimentista. Nessa teoria, a pessoa deve ser considerada como um ser em desenvolvimento, e o contexto, como ambiente dinâmico em constante transformação.

No concurso de 2009, duas questões citaram Urie Bronfenbrenner e a sua teoria do desenvolvimento humano. Uma delas buscou saber mais sobre os quatro tipos de inter-relações propostos por ele, que são: participação multiambiental, laços indiretos, comunicação interambiental e conhecimento interambiental. Já a outra questão, afirmou que o modelo de desenvolvimento humano proposto por ele tem como foco de pesquisa o estudo do desenvolvimento como uma função da interpretação do indivíduo de cenários ambientais específicos em transação com o meio sociocultural e histórico.

Vale ressaltar nesse momento, que outro importante autor que foi citado em algumas questões do concurso de 2013 é Wallon. Com relação a este autor, as proposições da prova abordaram os seguintes temas: características específicas presentes no processo de desenvolvimento da criança na faixa etária dos 3 aos 6 e dos 7 aos 10 anos de idade, os três tipos de movimento humano (reflexo, automático e voluntário), e, a sua perspectiva quanto a educação pelo movimento. Quanto a presença do autor nos documentos orientadores da RMEF, ele aparece no primeiro documento de 1996, quando a presente publicação se utiliza das concepções do autor para embasar o ideal de movimento que se quer expressar, bem como, as suas formas.

João Batista Freire é outro autor que esteve citado na prova de 2009, e devido a sua participação na elaboração do documento orientador de 2008, torna-se importante falarmos sobre a sua presença na prova, bem como, as suas contribuições na presente publicação. Quanto a prova, João Batista Freire surge, quando se fala da sua proposta metodológica na área da Educação Física que é baseada na Educação de Corpo Inteiro. Já, com relação a sua presença na elaboração do documento, Proposta Curricular Rede Municipal de Ensino de Florianópolis de 2008, este foi convidado para mediar a formação com os professores de Educação Física, com o objetivo de produzir este documento, mas também de procurar auxiliar na reflexão do cotidiano, bem como, do aprimoramento das práticas de Educação Física. Porém, para que isso de fato se efetive, ele afirma que os professores de Educação Física precisam compreender que a prática pedagógica se constrói em um fazer cotidiano, sem que se possa prever todos os acontecimentos, cotidiano este que é surpreendente, original e complexo. E como consequência, a práxis pedagógica, acaba por ser justamente, o entrelaçamento do cotidiano, que não é linear, com as reflexões teóricas.

Ruy Krebs, também é outro importante autor que foi mencionado tanto nas provas dos concursos de 2004 e 2009, quanto em algumas publicações. Apesar de tais proposições não estarem inseridas na unidade temática, Autores, Estudiosos e Teorias, considerou-se importante comentá-las nesse momento, visto que, o presente estudo trata sobre as três unidades temáticas mais recorrentes nos concursos analisados. Basicamente, a ideia passada por meio das questões que estão relacionadas ao autor, é que o desenvolvimento humano é um processo global que deve integrar todas as mudanças pelas quais o ser humano passa desde a concepção até o final de sua existência, logo, essa área emergente tem potencial para ser uma base teórica para todas as discussões que têm o movimento humano enquanto objeto de estudo.

Em se tratando da presença do autor nas publicações da RMEF, ele começa a aparecer no ano 2000, período anterior ao das provas, quando se explica sobre o principal pressuposto do presente documento que era o de garantir o direito ao acesso e permanência que todo aluno deve ter a uma educação com qualidade, considerando a cultura do corpo/movimento como patrimônio de todos, e, que também, fosse considerado um instrumento de busca e consolidação da cidadania, não podendo, em hipótese alguma, caracterizar-se como uma instrução descontextualizada de práticas de jogos, esportes, ginásticas, danças e lutas. Para fornecer subsídios a esta proposta, nesse momento, o documento cita Krebs (2000), e a premissa de que todo aluno é um ser humano ativo em desenvolvimento, vivendo em ambientes dinâmicos e em constantes mudanças. Assim a Educação Física assumirá o seu verdadeiro papel dentro de uma política educacional efetivamente democrática. O outro momento, que já vimos no decorrer da presente pesquisa algumas vezes, em que o autor é mencionado no documento do ano 2000, refere-se à Teoria dos Sistemas Ecológicos de Bronfenbrenner. Esta teoria foi incorporada a proposta de trabalho pedagógico expressa na publicação, com o intuito de fundamentar a prática pedagógica em Educação Física, ao estabelecer que as propriedades da pessoa devem ser interpretadas em uma perspectiva ecológica, e que os parâmetros do contexto devem ser vistos em uma abordagem desenvolvimentista.

O documento orientador da prática pedagógica de 2008, também conta com partes em que Ruy Krebs é citado. Como vimos no decorrer da presente pesquisa, esta publicação foi elaborada tomando como base as propostas curriculares para a área da Educação Física elaboradas nos períodos de 1993 a 1996, e, de 1997 a 2004, último período este, marcado pela proposta elaborada por Krebs juntamente com docentes da RMEF. Logo, a publicação de 2008, teve o objetivo de analisar, revisar, ampliar e aprimorar tais propostas, e atrelar tais aspectos encontrados com leituras e discussões de textos atrelados à relatos de experiência dos professores, que também foram utilizados de modo a contribuir para a efetivação da elaboração do documento de 2008.

Outra importante autora que aparece citada na prova de 2009, é Deborah Sayão. Na presente proposição, ela menciona o aspecto da cultura infantil, que corresponde as histórias de vida das crianças, suas origens sócio-culturais, o pertencimento a diferentes classes sociais, gênero, credo religioso e etnia. Além disso, a autora afirma que estas singularidades oportunizam ao professor um conhecimento maior das crianças que, quando interagem entre si, conhecem outras culturas, se

reconhecem como classe, e podem paulatinamente se conscientizarem em torno da luta pela igualdade de oportunidades. Com relação a Sayão, ela foi a responsável por conduzir os debates em torno da Educação Física na Educação Infantil, que acabaram resultando na sistematização do documento de 2004, tais contribuições foram inseridas no capítulo: *O Fazer Pedagógico do/a Professor/a de Educação Física na Educação Infantil*. O presente capítulo tratou, basicamente, em falar sobre a importância em promover a ampliação das experiências de movimento das crianças, sendo responsabilidade do adulto em organizar e propor novos espaços e materiais com o objetivo de possibilitar as crianças criarem novas formas de brincar com os objetos, com seus corpos e com os corpos dos colegas e dos adultos (SAYÃO, 2004). A autora volta a ser mencionado no documento específico da Educação Física na etapa da Educação Infantil de 2016, principalmente na parte introdutória, em que se aprofunda acerca do surgimento e da ampliação da área nessa etapa da Educação Básica.

Por fim, outros autores, que apareceram com menos recorrência, também estiveram presentes nas provas dos concursos públicos analisados, foram eles: Hurtado, e as funções formativa e informativa da Educação Física; Libâneo e a classificação das tendências pedagógicas, Sócrates, Platão, Aristóteles, Hipócrates e Galeno e os seus respectivos posicionamentos acerca da Educação Física; Gallahue e Ozmun e a classificação das habilidades motoras na fase de movimentos fundamentais, Ghiraldelli e os períodos da história da Educação Física, Paulo Freire e a concepção pedagógica libertadora, Lawrence Kohlberg, Urie Bronfenbrenner, Howard Gardner e Klaus Riegel, e as teorias e modelos do desenvolvimento humano que vem sendo utilizados na Educação Física; Soares e a estruturação de um programa de Educação Física que contemple elementos fundamentais para a efetivação do processo de ensino aprendizagem, Tavares e os passos metodológicos para a materialização da prática pedagógica de ensino da Educação Física a partir de uma pedagogia interativa, comunicativa e dialógica; Barbanti e a definição de Educação Infantil dentro da Educação Física; Brougère e o brincar inserido em um sistema social, Piaget e as três grandes estruturas dos jogos, e, por fim, Darido e a divisão da avaliação em Educação Física. O exemplo abaixo foi retirado da prova de conhecimentos específicos de 2013 (p.15):

48. Para Brougère (1997), o brincar é a “materialização de um projeto adulto destinado às crianças (portanto, vetor cultural e social) e tais

objetos são reconhecidos como propriedade da criança, oferecendo-lhe a possibilidade de usá-los conforme a sua vontade, no âmbito de um controle adulto limitado”. Sendo assim, é correto afirmar:

a. ( ) O brinquedo está inserido em um sistema pedagógico e suporta funções pedagógicas que lhe conferem razão de ser.

b. ( ) O brinquedo está inserido em um sistema social e suporta funções pedagógicas que lhe conferem razão de ser.

c. ( ) O brinquedo está inserido em um sistema pedagógico e suporta funções sociais que lhe conferem razão de ser.

d. ( ) O brinquedo está inserido em um sistema sócio afetivo e suporta funções sociais que lhe conferem razão de ser.

e. ( ) O brinquedo está inserido em um sistema social e suporta funções sociais que lhe conferem razão de ser.



## **4 A ANÁLISE DOS ASPECTOS POLÍTICO CURRÍCULARES A PARTIR DOS DADOS ENCONTRADOS NAS PROVAS E NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES**

Após a leitura e análise das unidades temáticas que estiveram mais presentes nas provas dos concursos públicos, juntamente, com a abordagem de tais temas nos documentos orientadores publicados pela PMF junto à SME, sentiu-se a necessidade em aprofundar o estudo das questões, tendo em vista que muitas, consideradas essenciais para a compreensão das concepções elencadas, não foram englobadas nessas unidades temáticas. Logo, a seguir, será apresentado um panorama geral de todas as questões presentes nas provas, podendo algumas delas já terem sido analisadas no capítulo anterior, que auxiliam na compreensão da abordagem das concepções elencadas *a priori*, sendo elas: infância, docência e prática pedagógica, educação e Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

De modo semelhante à análise das unidades temáticas no capítulo anterior, também será apresentada como estas concepções foram abordadas nos documentos orientadores da prática pedagógica, de acordo, com o período de cada concurso público, e nesse momento, muitas das citações, podem também aparecer novamente, tendo em vista, que algumas já foram mencionadas na análise das unidades temáticas feitas anteriormente.

### **4.1 A INFÂNCIA E AS CONCEPÇÕES NORTEADORAS PRESENTES NAS PROVAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS E NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES**

Quanto a presença do tema da infância, como foi possível ver no início da presente pesquisa, esta não esteve prevista em nenhum dos editais dos concursos analisados, na parte onde estavam apresentados os conteúdos descritos para direcionar o estudo dos candidatos. Todavia, o que esteve previsto, e, que de certo modo, está relacionado ao tema, refere-se ao conteúdo descrito como desenvolvimento infantil, no caso do concurso de 2009, ou desenvolvimento humano, nos concursos de 2004, 2013 e 2014. Apesar de estarem representados nas questões das provas, tais temas trataram, basicamente, acerca de aspectos mais biológicos do indivíduo, e, portanto, não serão aqui expostos, tendo em vista, que não se relacionam aos elementos presentes na concepção de infância no modo como queremos abordá-la nesse momento.

Apesar da infância não estar prevista nos editais, ela aparece em algumas questões das provas, principalmente, em 2009, como tema que engloba aspectos característicos relacionados ao seu tempo e as suas práticas pedagógicas, ou seja, aspectos que dizem respeito aquilo que queremos abordar na presente pesquisa quanto a esta concepção pedagógica, e que por esse motivo foram inseridas na unidade temática: Concepções de Pedagógicas e Concepções de Educação Física.

Nessa prova, o tempo de infância já começava a ser considerado tempo lúdico, e por esse motivo, a atividade deveria determinar o tempo e não, o tempo determinar a atividade. Por essa razão, a Educação Física organizada com tempo pré-determinado, não faz sentido para as crianças pequenas que pensam, agem e sentem como uma totalidade complexa. Na mesma prova, este assunto volta a ser abordado em outra questão ao afirmar, que a fragmentação disciplinar empenhada na transmissão de conteúdos, acaba por esquecer que a formação de um sujeito responsável, exigência da sociedade do conhecimento, requer como ponto de partida, a religação e circulação dos saberes e, uma educação empenhada na construção de saberes universalistas que não neguem a diversidade na formação de pessoas capazes de enfrentar os desafios do conhecimento e criar novas formas de entendimento do mundo. Abaixo segue um dos exemplos, retirado da prova de conhecimentos específicos de 2009 (p.14):

24. Leia o texto abaixo:

“O tempo de infância é o tempo do lúdico no qual a atividade determina o tempo e não, o tempo determina a atividade”. Perrotti, 1995

Em relação ao exposto, assinale a(s) proposição(ões) correta(s).

01. A educação Física organizada, com tempo pré-determinado, não tem sentido para as crianças pequenas que pensam, agem e sentem como uma totalidade complexa.

02. A brincadeira deve ser concebida como eixo principal do trabalho e como linguagem característica das crianças pequenas.

04. Recomenda-se organizar o trabalho pedagógico nas creches e nos Núcleos de educação infantil da mesma forma que se organiza o trabalho pedagógico no ensino Fundamental.

08. A rotina de brincadeiras na educação infantil deve ser organizada de forma rígida para que a criança se torne responsável e disciplinada.

16. A compartimentação do tempo nas instituições educativas para a infância favorece o desenvolvimento da capacidade criadora das crianças.

Sobre o assunto do tempo e espaço pedagógico na etapa da Educação Infantil, ele começa a ser discutido no documento do ano de 2004, ou seja, documento publicado anteriormente à prova em foco. Na presente publicação, comenta-se sobre a necessidade que os profissionais da área, que trabalham na etapa da Educação Infantil, tinham em elaborar pressupostos teórico-metodológicos que garantissem o trabalho pedagógico da Educação Física à luz da Pedagogia da Educação Infantil, sendo que um desses pressupostos, seria o de elaborar uma nova organização do tempo, espaço e currículo, que até o presente momento eram tradicionalmente determinados para a realização da Educação Física, o que não fazia sentido para as crianças pequenas, e, conseqüentemente, não estavam adequados às concepções de criança e Educação Infantil vigentes nas unidades educativas. Por essa razão, muitos professores passaram a desenvolver experiências em que a atividade passou a acontecer no tempo necessário para as crianças.

No documento orientador de 2008, essa problemática também é pensada para o Ensino Fundamental, quando se fala da mudança na duração dessa etapa para nove anos, visto que não se está ampliando somente a escolaridade obrigatória, mas os direitos e deveres de todos os cidadãos. Por isso, esta ampliação requer, além de outras responsabilidades, uma reorganização dos tempos, espaços e currículos, uma vez que o objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem” (SILVA; IMMING, 2008).

Referente aos documentos mais recentes, publicados posteriormente ao período de todos os concursos analisados na presente pesquisa, o documento específico da Educação Física na etapa da Educação Infantil, de 2016, relata que durante a sua construção foi possível observar uma pluralidade de propostas, conteúdos e formas de organização do tempo da Educação Física nas instituições de Educação Infantil de Florianópolis, o que demonstrou a presença de variadas formas de organização que se opuseram à ideia de que todo o conhecimento da Educação Física pode ser reduzido a uma prática idealizada. Logo, enfatiza-se que é necessário romper com a organização pautada pelo modelo escolar, composta pela fragmentação do tempo e do conhecimento, correspondendo, portanto, a um entendimento amplo

sobre a condição dos seres humanos de pouca idade e aproximando-se de princípios da Pedagogia da Infância.

Outro aspecto relacionado a infância abordado no concurso de 2009, foi a cultura infantil que, igualmente, ao tema anterior, esteve inserido na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física. Para introduzir ao assunto, Sayão foi citada no início da questão, ao falar que a cultura infantil deve expressar as histórias de vida das crianças, suas origens socioculturais, o pertencimento a diferentes classes sociais, gênero, credo religioso e etnia. Tais singularidades oportunizam ao professor um conhecimento maior das crianças que, quando interagem entre si, conhecem outras culturas, se reconhecem como classe e podem paulatinamente se conscientizarem em torno da luta pela igualdade de oportunidades. Nesse sentido, a criança deve ser considerada como sujeito de múltiplas linguagens que se movimenta, brinca, joga, dança e pode recriar ritmos e brincadeiras a partir das interações com seus colegas e com os adultos mais próximos. Sobre este tema, a seguir está apresentada uma questão da prova de conhecimentos específicos de 2009 (p. 15):

27. Leia o texto abaixo:

“A cultura infantil expressa as histórias de vida das crianças, suas origens sócio-culturais, o pertencimento a diferentes classes sociais, gênero, credo religioso e etnia. estas singularidades oportunizam ao/a professor/a um conhecimento maior das crianças que, quando interagem entre si, conhecem outras culturas, se reconhecem como classe e podem paulatinamente se conscientizarem em torno da luta pela igualdade de oportunidades”. Sayão, 2000. Com base no texto, assinale a(s) proposição(ões) correta(s).

01. Na educação infantil, as turmas de educação Física devem se separadas por idade, tamanho e sexo.

02. a crença religiosa pode ser motivo para a exclusão da criança das aulas de educação Física.

04. o(a) professor(a) deve conscientizar as crianças da importância da busca pela igualdade de oportunidades.

08. a complementaridade dos papéis sexuais é uma questão ética que precisamos encarar desde a infância.

16. a criança deve ser considerada como sujeito de múltiplas linguagens que se movimenta, brinca, joga, dança e pode recriar ritmos e brincadeiras a partir das interações com seus colegas e com os adultos mais próximos.

Com relação ao assunto, ainda no documento de 1996, brevemente, afirma-se que a Educação Infantil deve ser uma etapa compreendida como espaço socioeducativo, sendo importante permitir que a criança tenha acesso a elementos da cultura universal e da natureza, por meio de um processo de troca de experiências com outras crianças e com o professor. Dessa maneira, a criança pode construir e elaborar hipóteses para a compreensão e intervenção no mundo, propiciando um processo de desenvolvimento e aprendizagem mais rico e significativo. No documento de 2004, também é possível encontrar trechos relacionados ao assunto, mesmo que de modo mais geral, quando se fala que é preciso reconhecer as especificidades da infância e da criança em suas diferentes idades e nos contextos culturais que as constituem, identificando a base de nossas concepções para poder selecionar ações e experiências educativas necessárias às crianças com as quais se trabalha (WIGGERS, 2004).

Em se tratando dos documentos mais recentes, o tema da cultura infantil aparece também em 2010, período posterior ao da prova em foco, durante um relato de experiência de um professor, que desenvolveu seu projeto, embasando-se na pedagogia lúdica que possibilitou perceber as crianças em suas potencialidades e singularidades, buscando qualificar o significado do “aprender” para o segmento da Educação Infantil nos momentos da Educação Física.

Ainda relacionado à infância, outros três elementos considerados importantes, devem ser aqui expostos, tendo em vista, a sua presença nas questões das provas, mas, sobretudo, as suas respectivas abordagens nos documentos orientadores da prática pedagógica.

O primeiro deles diz respeito à concepção de criança, que na prova de 2009, a definiu como sujeito que pensa, age e sente em uma totalidade complexa, e por esse motivo, esta questão foi inserida na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física. Referente ao tema, foi possível constatar no documento orientador de 1996, que a criança era concebida como um ser humano em processo de desenvolvimento e que necessita de cuidados e educação, por isso, a etapa da Educação Infantil deveria perceber a criança em toda sua potencialidade, de forma que a autonomia, a criticidade, a criatividade e

a solidariedade fossem pressupostos nessa etapa da educação. Nesse mesmo ano, a criança também aparece no momento em que se fala sobre a interação entre os adultos e as crianças, ou seja, esta interação deveria ser realizada numa perspectiva em que a criança fosse considerada um ser ativo, crítico e autônomo, sendo estas as condições necessárias para que ela se constituísse enquanto sujeito.

Outra questão da prova de 2013, afirma que a concepção de criança deve se expressar por meio da compreensão de que as crianças devem ser concebidas em suas realidades concretas, considerando toda a pluralidade de seu jeito de viver. E, por fim, a concepção de criança volta a ser tema em debate nos documentos orientadores, vinte anos depois, quando no documento de 2016, ela passa a ser considerada sujeito ativo da sua própria formação, ressignificando e reformulando os espaços, materiais e brincadeiras (FLORIANÓPOLIS, 2016a). Relacionado ao assunto, ainda nesse documento, atenta-se ao fato de que, a orientação pedagógica, antigamente, costumava basear-se em pressupostos que hoje são vistos como fortemente vinculados a uma naturalização da criança, tanto em seus aspectos biológicos quanto psicológicos, cujos alicerces tinham origem, de forma geral, em uma interpretação do ideário da Escola Nova (FLORIANÓPOLIS, 2016a).

O segundo elemento importante que está relacionado à infância é a brincadeira. De acordo com a questão do concurso de 2009, que foi inserida na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, a brincadeira deve ser concebida como eixo principal do trabalho e como linguagem característica das crianças pequenas. Complementando tal ideia, uma das questões do concurso de 2014, que esteve presente na unidade temática: Conteúdos, Currículos e Saberes, menciona que a brincadeira permite à criança vivenciar o lúdico e descobrir-se a si mesma, aprender a realidade, tornando-se capaz de desenvolver seu potencial criativo. A seguir, está a questão que foi retirada da prova de conhecimentos específicos de 2014 (p.15):

35. A brincadeira permite à criança vivenciar o lúdico e descobrir-se a si mesma, aprender a realidade, tornando-se capaz de desenvolver seu potencial criativo (Siauly, 2005).

Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras ( V ) e as falsas ( F ) em relação ao assunto.

( ) As crianças que brincam aprendem a significar o pensamento dos parceiros por meio da metacognição, típica dos processos simbólicos que promovem o desenvolvimento da cognição. ( )

Historicamente a brincadeira, como o lúdico sempre esteve presente na educação infantil, único nível que a escola deu passaporte livre, aberto à iniciativa, criatividade, inovação por parte de seus protagonistas.

( ) A brincadeira é cada vez mais entendida como atividade que promove apenas a criatividade e a resolução construtiva de conflitos.

( ) A brincadeira das crianças evolui mais nos dois primeiros anos de vida, do que em qualquer outra fase do desenvolvimento.

( ) Em um jogo qualquer, a criança pode optar por brincar ou não, o que é característica importante da brincadeira, pois oportuniza o desenvolvimento da autonomia, criatividade e responsabilidade quanto as suas próprias ações.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

a. ( ) V • V • V • V • F • F

b. ( ) V • V • F • V • F

c. ( ) V • V • F • F • V

d. ( ) F • V • V • F • V

e. ( ) F • F • F • F • V

Quanto a presença deste elemento nos documentos orientadores da prática pedagógica, a brincadeira surge ainda na publicação de 1996, como princípio norteador na tematização das atividades da cultura corporal das crianças, ao possibilitar que as suas manifestações corporais encontrem significados pela ludicidade presente na relação que elas mantêm com o mundo. Nesse contexto, fala-se também, que para um planejamento ir ao encontro das reais manifestações lúdicas das crianças, ele precisa identificar na cultura das brincadeiras o seu ponto de referência e de partida para que elas ampliem sua compreensão de mundo. No documento de 2010, a brincadeira continua sendo discutida, juntamente com as interações e as diferentes linguagens, como eixos do trabalho pedagógico da Educação Infantil na RMEF, quando se trata de práticas pedagógicas que trabalhem com a criança em sua totalidade.

Com relação a abordagem da brincadeira nos documentos de 2016, esta, aparece vinculada a cultura corporal de movimento, que deve se expressar, durante as práticas pedagógicas, propostas pelos professores de Educação Física, por meio de brincadeiras, jogos, danças, lutas, esportes, ginásticas, práticas corporais de aventura urbana e na natureza e, práticas corporais introspectivas. Por fim, no documento específico da

Educação Física na Educação Infantil, explica-se que o desdobramento das propostas pedagógicas e dos eixos norteadores que compõem as Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil deve estar articulado com a Educação Física por meio de práticas que promovam interações e brincadeiras que proporcionem novas experiências e tematizem o grande acervo de práticas corporais.

O terceiro e último elemento trata da pedagogia da infância, que, apesar da sua relevância na compreensão, sobretudo, das concepções de infância e de Educação Física na Educação Infantil, não esteve, diretamente, mencionada no decorrer das provas dos concursos públicos analisados. Todavia, em se tratando dos documentos orientadores, ela vem sendo discutida desde 2004, quando considera a criança como sujeito de direitos, possibilitando o desenvolvimento das suas múltiplas dimensões e relações estabelecidas com outras instituições sociais. Nessa mesma perspectiva, o eixo do trabalho pode ser explicitado pelo binômio educar/cuidar, que se torna um só no fazer pedagógico, ao considerar a criança como sujeito integral. Por sua vez, o documento de 1996, apesar de, como nas provas, não mencionar a pedagogia da infância, já apresentava os elementos cuidar e educar implicados pelo ensino na etapa da Educação Infantil, permeando as práticas pedagógicas dentro das unidades educativas da RMEF, o que acontece até os dias de hoje.

Tal concepção continua sendo mencionada no documento do ano de 2010, especificamente, em um relato de experiência feito por um professor, ao explicar que a Educação Física auxiliou a romper métodos escolarizantes, através de contribuições e desafios. Logo, a parceria da Educação Física na articulação do trabalho pedagógico com a integração aos projetos de sala proporcionou uma prática pedagógica mais condizente com a pedagogia da infância e com o ser criança. Partindo para os novos documentos orientadores publicados mais recentemente, a pedagogia da infância continua sendo temática presente no documento que tratou especificamente acerca da Educação Física na etapa da Educação Infantil, de 2016. Nele evidencia-se a importância em romper com a organização pautada pelo modelo escolar, composta pela fragmentação do tempo e do conhecimento, correspondendo, portanto, a um entendimento amplo sobre a condição dos seres humanos de pouca idade e aproximando-se de princípios da Pedagogia da Infância.

#### 4.2 A DOCÊNCIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA E AS CONCEPÇÕES NORTEADORAS PRESENTES NAS PROVAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS E NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES

De acordo com os conteúdos apresentados nos editais dos concursos analisados, o tema da docência e prática pedagógica não esteve citado diretamente como um dos conteúdos a serem solicitados para estudo dos candidatos, todavia, como será possível ver na sequência, algumas questões dos concursos de 2004 e 2009 trouxeram este assunto no interior de algumas de suas proposições.

Com relação ao assunto em foco, uma das questões da prova de 2004, que esteve inserida na unidade temática: Autores, Estudiosos e Teorias, mencionou Libâneo, e a ideia de que as práticas do cotidiano escolar devem ter, por trás de si, vários condicionantes políticos e sociais que configuram diferentes concepções de homem e sociedade, e como consequência, diferentes concepções de escola, aprendizagem, relação professor/aluno, técnicas pedagógicas, entre outras. Abaixo segue o exemplo da questão que foi retirada da prova de conhecimentos gerais de 2004 (p.02):

3. As práticas do cotidiano escolar têm, por trás de si, vários condicionantes políticos e sociais que configuram diferentes concepções de homem e sociedade, e como consequência, diferentes concepções de escola, aprendizagem, relação professor/a – aluno/a, técnicas pedagógicas, entre outras. Conforme Libâneo (1988), as tendências pedagógicas classificam-se em duas grandes vertentes:

- a) Pedagogia Autoritária (tradicional, renovada progressista, renovada não diretiva e tecnicista) e Pedagogia Capitalista (libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos).
- b) Pedagogia Liberal (libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos) e Pedagogia Progressista (tradicional, renovada progressista, renovada não diretiva e tecnicista).
- c) Pedagogia Liberal (tradicional, renovada progressista, renovada não diretiva e tecnicista) e Pedagogia Progressista (libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos).
- d) Pedagogia Liberal (tradicional, renovada não diretiva e tecnicista) e Pedagogia Emancipatória (libertadora, renovada progressista, libertária e crítico-social dos conteúdos).

Brevemente, no documento de 1996, a prática pedagógica aparece relacionada com a concepção de criança, que como já vimos, deve ser considerada um ser humano em processo de desenvolvimento e que necessita de cuidados e educação, sobretudo, na etapa da Educação Infantil. Por sua vez, esta etapa deve perceber a criança em toda sua potencialidade, de forma que a autonomia, a criticidade, a criatividade e a solidariedade sejam pressupostos nessa na Educação Infantil. Logo, o principal desafio posto no documento de 1996, foi o de construir uma prática pedagógica em Educação Física que fosse coerente com esta concepção e que atendesse às especificidades da faixa etária de zero a seis anos.

Por sua vez, o documento de 2004, foi elaborado a partir de uma iniciativa de discussão em torno do tema da prática pedagógica. Para a sua sistematização, foram realizadas socializações das práticas pedagógicas dos professores, num movimento de redimensionamento e trocas. Estes momentos de socialização, oportunizaram uma formação em serviço mais ampla, no que diz respeito, principalmente, ao investimento sistemático da capacitação permanente em serviço. No entanto, pouco se fala na publicação sobre estes encontros e o que deles foi resultante, principalmente com relação as contribuições relacionadas aos aspectos da docência e da prática pedagógica, oriundos destes encontros de formação.

Durante a leitura e aprofundamento do documento de 2004, é possível encontrar outros pontos que podem estar relacionados a tais concepções. Em um deles, fica evidente, como já vimos anteriormente, que é atribuído ao papel do professor, elaborar pressupostos teórico-metodológicos que afirmem o trabalho pedagógico da Educação Física à luz da pedagogia da Educação Infantil. Já, em outro, que trata sobre a problemática do distanciamento entre a Educação Física e a totalidade do trabalho pedagógico no âmbito das unidades educativas, comenta-se, que este distanciamento deve ser superado, de modo que, os profissionais tenham consciência de que o corporativismo das formações ou funções é um impedimento do trabalho de qualidade. Logo, quando se pensa em qualidade, é preciso vislumbrar a complementaridade entre as esferas que constituem o cotidiano das instituições de Educação Infantil.

Ainda na publicação de 2004, quando se fala da problemática do tempo tradicionalmente determinado para a realização da Educação Física, e que este não estava indo ao encontro das concepções de criança e de Educação Infantil que se almejavam, relata-se que os próprios professores começaram a desenvolver experiências em que as suas práticas pedagógicas passaram a se constituir no tempo necessário para as crianças.

Com relação ao assunto das concepções de docência e prática pedagógica, expressas nas provas dos concursos públicos analisados, na prova de 2009, uma questão, que foi inserida na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, comenta que quando educadores estão convencidos de que a sua prática é educativo-ética, eles jamais se esquecem de que a educação é uma experiência especificamente humana, capaz de transformar as pessoas para que elas transformem o mundo em que vivem. Outra questão, nesse mesmo ano, e que esteve presente na mesma unidade temática, afirmou que a educação contemporânea demanda apresentar e efetivar propostas curriculares entranhadas em concepções e práticas de uma escola de formação para a vida. Por fim, outra proposição da prova de 2009, presente na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, relata que os princípios pedagógicos com perspectivas educacionais transformadoras constituem-se em eixos condutores da prática pedagógica do professor, auxiliando-o no planejamento e reflexão de sua práxis, à qual atribuem sentidos/ significados educativos, entre os quais estão, a criticidade, a co-gestão e a ludicidade como eixos condutores. A seguir, acerca do tema em foco, está um exemplo que foi retirado da prova de conhecimentos gerais de 2009 (p.03):

1. Paulo Freire ressalta que ensinar exige uma compreensão de que a educação é uma forma de intervir no mundo.

Nesse sentido, assinale a(s) proposição(ões) correta(s):

01. Quando educadores estão convencidos de que a sua prática é educativo-ética, eles jamais se esquecem de que a educação é uma experiência especificamente humana, capaz de transformar as pessoas para que elas transformem o mundo em que vivem.

02. Quando educadores estão convencidos de que a sua prática é educativa, eles não precisam se lembrar de que a educação é uma experiência especificamente humana, capaz de transformar as pessoas para que elas transformem o mundo em que vivem.

04. A educação só se configura como uma forma de intervenção no mundo porque não dispõe de ideologias para afirmar suas práticas escolares e curriculares, apenas de substratos de conhecimentos científicos.

08. A educação é uma forma de intervenção no mundo porque, além do conhecimento dos conteúdos ensinados e aprendidos, ela dialeticamente reproduz e desmascara a ideologia dominante e seus artefatos.

16. A educação é uma forma de intervenção no mundo porque é a alavanca exclusiva de transformação social, de tradução dos conteúdos curriculares em saberes estruturados que vão forjar processos de avaliação e descontinuidades pedagógicas.

Além das contribuições já expostas anteriormente acerca das concepções de docência e prática pedagógica no documento orientador de 1996 e 2004, outras contribuições foram encontradas no documento de 2008, ano anterior ao da prova das questões mencionadas. Este documento foi elaborado a partir de leituras e discussões de textos atreladas aos relatos de experiência dos próprios professores, com o intuito de orientar estes profissionais, para que refletissem o cotidiano e o aprimoramento das práticas envolvidas na área. Quanto a prática pedagógica, o documento deixa claro que os professores de Educação Física devem compreender que ela deve ser construída no fazer cotidiano, ou seja, não sendo possível prever todos os acontecimentos, uma vez que, este cotidiano é surpreendente, original e complexo. Por esse motivo, a práxis pedagógica acaba sendo o entrelaçamento do cotidiano com as reflexões teóricas (SCHNORR; SERAFIN; FREIRE, 2008). Indo ao encontro do que foi mencionado, em outro momento desse mesmo documento, é possível encontrar, que os professores devem reconhecer que a prática pedagógica é feita, em parte de boas teorias, dos bons projetos e, em parte, de criações cotidianas.

Por fim, nas provas dos concursos de 2013 e 2014, nenhuma das questões contribuiu de modo significativo para a compreensão da concepção de docência e prática pedagógica, no modo como se almeja. Todavia, as publicações realizadas posteriormente ao período das provas de 2004 e 2009, sobretudo, aquelas mais atuais, trataram do tema das concepções de docência e prática pedagógica, ou pelo menos apresentaram elementos relacionadas à elas, em alguns momentos, e por esse motivo, serão mencionadas no parágrafo que segue.

No que se refere as publicações de 2016, uma delas relata que professores têm buscado construir uma legitimidade para o trabalho pedagógico com os conhecimentos relativos à Educação Física na escola, por meio da sua estruturação como componente curricular, que lida com

uma seleção de conhecimentos que, organizados e sistematizados, devem proporcionar aos estudantes uma reflexão acerca de uma dimensão da cultura, contribuindo com a formação cultural. Para concluir, a publicação específica da Educação Física na Educação Infantil, apresenta uma parte que vai ao encontro daquilo já mencionado no documento de 2004, que é a necessidade que o professor de Educação Física tem de garantir seu espaço nas reuniões pedagógicas, bem como sua inserção no PPP da unidade, visto que é nele que o professor deve delinear junto com seus colegas os princípios e estratégias que nortearão seu trabalho específico e sua articulação com os demais profissionais. O docente deve fundamentar sua prática e socializá-la para a comunidade institucional, com seus objetivos, sua atuação orientada pelos Núcleos de Ação Pedagógica, as relações com os outros educadores, ou seja, tudo aquilo que se pretende efetivar ao longo do processo educacional, visando, desse modo, enriquecer a construção e a elaboração da sua concepção de docência e prática pedagógica.

#### 4.3 A EDUCAÇÃO E AS CONCEPÇÕES NORTEADORAS PRESENTES NAS PROVAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS E NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES

Quanto a presença do tema das concepções de educação nos editais dos concursos públicos, nenhum deles citou concepções específicas sobre o tema. Porém, como se trata de um conteúdo que abrange diversos aspectos, foi possível perceber que no decorrer das provas analisadas, algumas questões propuseram apresentar alguns ideais relacionados a concepção de educação.

Começamos a encontrar exemplos mais consideráveis na prova do concurso de 2009, em uma questão presente na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, quando, como já vimos em outros momentos do presente estudo, a educação é considerada como uma forma de intervir no mundo, porque, além do conhecimento dos conteúdos ensinados e aprendidos, ela dialeticamente reproduz e desmascara a ideologia dominante e seus artefatos.

Outra questão do concurso de 2009, que também já foi exposta anteriormente e está inserida na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, nos fornece um ideal de concepção de educação ao afirmar que a educação contemporânea demanda apresentar e efetivar propostas curriculares entranhadas em concepções e práticas de uma escola de formação para a vida. Além disso,

a educação deve estar empenhada na construção de saberes universalistas que não neguem a diversidade na formação de pessoas capazes de enfrentar os desafios do conhecimento e criar novas formas de entendimento do mundo. A seguir, está um exemplo retirado da prova de conhecimentos gerais de 2009 (p.09):

14. A fragmentação disciplinar, empenhada na transmissão de conteúdos, esquece que a formação de um sujeito responsável, exigência da sociedade do conhecimento, requer como ponto de partida:

01. o ensino por disciplina, delimitando claramente as especificidades de cada área de conhecimento para assegurar que a formação dos sujeitos encontre os fundamentos essenciais que constituem os conceitos e as categorias de análise na aprendizagem.

02. uma formação modular, por disciplina, disponibilizando os saberes elementares das áreas de conhecimento, desde que estes sejam condizentes com o nível intelectual de aprendizagem dos estudantes.

04. a religação e circulação dos saberes, para que os sujeitos se sintam aptos a contextualizá-los, e não apenas a conhecer os contornos limitados de uma área de conhecimento, como enfatiza os defensores da especialização.

08. uma educação empenhada na construção de saberes universalistas que não neguem a diversidade na formação de pessoas capazes de enfrentar os desafios do conhecimento e criar novas formas de entendimento do mundo.

16. a memorização de conceitos e categorias de análise que atribuam ao currículo os significados de diversidade, complexidade e a solução de problemas étnico-raciais, a fim de preservar a especialização do conhecimento.

No que se refere a presença da concepção de educação no decorrer dos documentos publicados até 2009, podemos encontrar indícios ainda no primeiro documento de 1996, quando afirma-se que é necessário situar a educação escolar na totalidade da prática histórico-social, tendo em vista que ela é educativa e formadora do sujeito-cidadão, para que, a partir disso, seja possível identificar, compreender e constituir o seu objeto-

especificidade. Portanto, é possível compreender a educação escolar como “[...] uma das práticas sociais, cuja especificidade se constitui na democratização-socialização do saber, lugar onde o indivíduo estaria se instrumentalizando para inserção e intervenção no meio social ao qual pertence” (FLORIANÓPOLIS, 1993 apud FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 15).

Partimos então para o documento de 2004, que trata especificamente da etapa da Educação Infantil, e que, apesar de não indicar um ideal de concepção de educação, afirma que é necessário que todos tenham em mente as diferentes concepções de criança, infância, educação e Educação Infantil que marcaram os diversos momentos históricos do acolhimento da criança pequena, para que se compreenda qual deve ser o conteúdo básico que organiza o cotidiano do atendimento da criança em espaços coletivos e alheios ao contexto familiar. E, por fim, no documento de 2008, é esclarecido que a concepção de educação que perpassa a presente proposta que foi elaborada pelo conjunto de professores, deve reconhecer o indivíduo como cidadão, isto é, capaz de assumir uma postura crítica e criativa do mundo.

Em se tratando das provas mais recentes, em 2013, uma das proposições, que esteve presente na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, buscou saber sobre a educação no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, momento este que, se procurou seguir na direção de uma nova orientação pedagógica inspirada na teoria do capital humano, em que a educação tinha por finalidade preparar as pessoas para atuar em um mercado em expansão que exigia força de trabalho educada. Abaixo, está mencionado o exemplo da questão da prova de conhecimentos gerais de 2013 (p.04):

7. Análise o texto abaixo:

Nas décadas de 1960 e 1970 a educação no Brasil seguiu uma nova orientação pedagógica inspirada \_\_\_\_\_ em que a educação tinha por finalidade preparar as pessoas para atuar em um mercado em expansão que exigia força de trabalho educada.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- a. ( ) na ideia do coletivo
- b. ( ) na ideia da mais valia
- c. ( ) na lucratividade docente
- d. ( ) na teoria do capital humano
- e. ( ) no princípio da solidariedade

Por sua vez, em 2014, duas questões inseridas na unidade temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores, abordaram, por meio da Lei da Câmara Municipal de Florianópolis e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que a educação deve ser um processo de interação entre sujeitos, envolvendo a produção e apropriação de conhecimentos, abrangendo a formação que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas. Em outro momento no concurso desse mesmo ano, em uma questão presente na mesma unidade temática, falou-se sobre a função da educação na sua relação com um projeto de nação, que de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, precisa ter como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, pressupondo: Igualdade, Liberdade, Pluralidade, Diversidade, Respeito, Justiça Social, Solidariedade e Sustentabilidade. O exemplo abaixo foi retirado da prova de conhecimentos gerais de 2014 (p.07):

13. Em seu artigo 3º, as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para as etapas e modalidades da Educação Básica devem evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe:

1. Igualdade
2. Coerção
3. Liberdade
4. Pluralidade
5. Singularidade
6. Diversidade
7. Respeito
8. Justiça social
9. Heteronomia
10. Solidariedade
11. Sustentabilidade

Assinale a alternativa que indica todos os itens corretos.

- a. ( ) Apenas os itens 4, 5, 7, 9 e 10.
- b. ( ) Apenas os itens 1, 2, 4, 6, 7 e 8.

- c. ( ) Apenas os itens 1, 3, 4, 6, 7, 8, 10 e 11.
- d. ( ) Apenas os itens 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11.
- e. ( ) Apenas os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10 e 11.

Quanto a presença de concepções de educação nos documentos orientadores da prática pedagógica mais recentes, estes não abordam muito tal temática, tendo em vista que um deles foi sistematizado de modo a apresentar as diversas áreas do conhecimento, e outro trata, especificamente, da Educação Física. Logo, não apresentam uma contextualização mais geral, como acontece nos documentos citados anteriormente.

Todavia, um outro importante elemento que pode ser relacionado à concepção de educação refere-se à educação integral. A presença dessa temática nas provas analisadas aconteceu de modo não muito aprofundado, surgindo inicialmente em 2009, em uma proposição presente na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, que afirmou que o objetivo principal da disciplina de Educação Física é o de promover a educação corporal dos alunos a qual não se refere, especificamente, à preparação física, mas a uma educação integral. Ainda relacionado ao assunto, uma questão da prova de 2014, que esteve presente na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, cita a Escola Nova como sendo a única forma capaz de promover, no âmbito da Educação Física, a chamada educação integral em prol da educação do movimento. Abaixo, segue o exemplo que foi retirado na prova de conhecimentos específicos de 2014 (p.19):

44. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras ( V ) e as falsas ( F ).
- ( ) No início do século XX, em função de sistematizar a ginástica na escola, surgem os métodos ginásticos. Os principais foram os propostos pelo sueco P. H. Ling, pelo francês Armoros e pelo alemão Spiess.
  - ( ) Após as grandes guerras, o modelo americano denominado Escola Nova fixou raízes notadamente no discurso da educação e especificamente da educação física, influenciado pelo educador Dewey em oposição à escola tradicional.
  - ( ) Entre 1969 e 1979, o Brasil observou a ascensão do esporte à razão de Estado e a inclusão do binômio educação física/esporte na planificação

estratégica do governo, muito embora o esporte de alto nível estivesse presente no interior da sociedade desde os anos 1920.

( ) O discurso predominante na educação física escolanovista é “o esporte na escola e não o esporte da escola”.

( ) A Escola Nova vai advogar em prol da educação do movimento como única forma capaz de promover a chamada educação integral.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

a. ( ) V • V • V • F • V

b. ( ) V • V • V • F • F

c. ( ) V • V • F • V • V

d. ( ) F • V • F • F • F

e. ( ) F • F • V • V • F

Para finalizar, com relação ao tema da educação integral nos documentos orientadores, ele começou a aparecer somente na publicação de 2008. Nela, evidencia-se a necessidade em avançar para uma política de educação integral e inclusiva na perspectiva de uma educação voltada para o desenvolvimento das múltiplas dimensões e singularidades humanas, com foco na diversidade das especificidades e no reconhecimento das crianças e dos jovens como seres de direitos, e com a prerrogativa de que todos podem aprender.

#### 4.4 A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL E AS CONCEPÇÕES NORTEADORAS PRESENTES NAS PROVAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS E NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES

A última concepção determinada *a priori* para análise, a partir das provas e dos documentos orientadores, diz respeito à Educação Física nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Quanto a sua presença nos editais das provas, em 2004, o tema aparece relacionado as concepções psicomotoras na Educação Física escolar, como sendo um dos conteúdos presente na lista de temas a serem estudados pelos candidatos que iriam participar deste concurso. Em contrapartida, nos demais concursos públicos, o tema da concepção de Educação Física, ou aspectos referentes a ela, não aparecem mencionados nos editais dos concursos públicos de 2009, 2013 e 2014, mas, apesar disso, foram abordados no decorrer de algumas das questões presentes em tais provas.

Iniciamos pelo concurso de 2004, que em uma de suas questões, inseridas na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, buscou tratar sobre as concepções de Educação Física que ganharam destaque ao longo da história, bem como, seus respectivos sistemas e métodos próprios, dentre eles: o método natural austríaco, a Educação Física desportiva generalizada, o método francês e a calistenia. Em outra proposição, situada na mesma unidade temática, consta que a Educação Física é considerada componente curricular que se destina a promover o desenvolvimento integral e harmônico do homem em crescimento, por meio de atividades corporais. Por fim, ainda em 2004, uma proposição também inserida na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, que apesar de não ter mencionado uma concepção específica, denominou, em sua introdução, uma aula de Educação Física como ‘sessão’ de Educação Física. Este termo, acabou por definir quais eram as concepções expressas naquela questão, e, conseqüentemente, os ideais de práticas pedagógicas em Educação Física naquele tempo dentro das unidades educativas da RMEF. A seguir, está apresentado o exemplo que foi retirado da prova de conhecimentos específicos de 2004 (p.08):

13. A falta do preparo do material, correções em excesso nas aulas práticas, deslocamentos inadequados, itinerários não previstos, explicações muito demoradas, são fatores que contribuem para que uma sessão de Educação Física seja, seriamente, prejudicada na característica de:
- a) completitude.
  - b) graduação de intensidade.
  - c) alternância.
  - d) continuidade

Com relação aos documentos que foram publicados no período anterior ao da realização da prova de 2004, em 1996 é possível encontrar indícios quanto as concepções de Educação Física almejadas naquela época. Apesar de ser um documento específico da Educação Física para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, os aspectos mais relevantes encontrados no decorrer da leitura do mesmo, estiveram relacionados a Educação Infantil. Todavia, na parte introdutória, que se destinou a abordar temas mais gerais a ambas etapas da Educação Básica, enfatiza-se a necessidade que a Educação Física tinha em fazer uma leitura acerca das manifestações do movimento humano, ou seja, ela

precisava ampliar a visão sobre elas, dando atenção às diferentes formas de cultura do movimento, não privilegiando algumas em detrimento de outras. Para isso, a Educação Física deveria respeitar as características próprias de cada aluno e suas possibilidades de contribuir para a produção coletiva de um novo conhecimento, compreendendo o movimento como forma de expressão que permeia as relações sociais. Logo, o que se propôs, era que a área precisava ir além da simples prática dos conteúdos tradicionalmente inseridos nos currículos escolares, buscando estudá-los/ensiná-los como conhecimento a ser apropriado/reelaborado pelo aluno, levando em consideração sua subjetividade e seus sentidos/significados.

Com relação a etapa da Educação Infantil, fica claro durante a leitura, que, como já vimos anteriormente, a criança deve ser considerada como um ser humano em processo de desenvolvimento, que necessita de cuidados e educação, sobretudo, na etapa da Educação Infantil. Etapa esta, que é capaz de perceber a criança em toda sua potencialidade, de forma que a autonomia, a criticidade, a criatividade e a solidariedade sejam pressupostos durante este período. Portanto, o desafio posto no documento naquela época era o de construir uma prática pedagógica em Educação Física que fosse coerente com essa concepção e que atendesse às especificidades da faixa etária de zero a seis anos.

Consta ainda no presente documento, que Educação Física precisava se preocupar com a organização de um currículo que contemplasse o cotidiano da escola infantil, apontando para a concretização de alguns objetivos importantes, como, por exemplo, a necessidade de ampliar os conhecimentos da criança, proporcionando-lhe os instrumentos para que ela se apropriasse criticamente da cultura sistematizada pela humanidade. Para que isso se concretizasse, a publicação sugere que área deveria promover um ambiente que estimulasse a criatividade e a investigação, através da brincadeira, favorecendo o surgimento de atividades em que prevalecesse a solidariedade, a responsabilidade e o respeito aos direitos humanos. Com relação ao assunto, consta ainda no documento de 1996, que o respeito a diversidade cultural e a compreensão dos valores morais presentes em todas as ações humanas, devem ser considerados como princípios da ação educativa, passíveis, inclusive, de serem transformados em temas educacionais (FLORIANÓPOLIS, 1996). Nesse contexto, a etapa da Educação Infantil precisa ser compreendida como um espaço socioeducativo, onde é fundamental permitir que a criança tenha acesso a elementos da cultura universal e da natureza, por meio de um processo de troca de experiências com outras crianças e com o professor. Dessa

maneira, a criança poderá construir e elaborar hipóteses para a sua percepção e intervenção no mundo, promovendo um processo de desenvolvimento e aprendizagem mais rico e significativo.

A publicação de 1996, faz uma crítica à perspectiva psicomotriz, em favor de outro modelo de Educação Física, principalmente, nas pré-escolas. Esta perspectiva encontrava-se fortemente inserida na pré-escola, como um fenômeno na educação das crianças, se tornando uma das grandes soluções para os inúmeros problemas relacionados ao fracasso educacional, dentre eles, o fracasso na alfabetização. Logo, para conseguir superar este problema, estimou-se que as práticas pedagógicas em Educação Física, deveriam treinar as seguintes habilidades: esquema corporal, percepção temporal, lateralidade, equilíbrio, entre outros aspectos, que, conseqüentemente, também começaram a fazer parte do discurso pedagógico na Educação Infantil, juntamente, com as teorias do desenvolvimento/aprendizagem motor e a recreação. O documento afirma então, que era preciso caminhar em direção a uma nova práxis, ou seja, a Educação Física tinha a necessidade de justificar seu trabalho no interior do processo educacional por meio do compartilhamento de uma compreensão de ser humano, educação e de sociedade dentro da concepção de Educação Infantil. Em direção a esta nova práxis, o documento cita o Coletivo de Autores como uma fonte que visou auxiliar na contextualização e fundamentação em torno da discussão da concepção de Educação Física que se desejava alcançar naquele momento, utilizando-se, principalmente, da expressão corporal como uma forma de linguagem, ao mesmo tempo em que ela era considerada um patrimônio da humanidade. Complementando, pelas possibilidades do movimento ser expressivo, comunicativo, criativo, explorativo ou comparativo, no trabalho com crianças de zero a seis anos, o presente documento, buscou considerar tais aspectos como uma indicação metodológica, visto que, eles possibilitam que a criança compreenda o seu próprio movimento como uma marca pessoal, como algo histórico e como parte da produção da humanidade, caminhando no sentido da apropriação dos fenômenos da denominada cultura corporal (FLORIANÓPOLIS, 1996).

Ainda no contexto da Educação Infantil, o documento traz outra sugestão aos professores de Educação Física, referindo-se as três formas de movimento sugeridas por Wallon (equilíbrio, preensão e locomoção e, atitudes mímicas), como indicadoras da prática pedagógica do professor, de modo que estas formas estejam organizadas e tematizadas a partir dos

fenômenos da cultura corporal, tornando possível a sua reprodução e recriação por parte das crianças.

Outro elemento importante, mencionado no documento de 1996, que está inserido na concepção de Educação Física, principalmente, no que refere a prática pedagógica, é a brincadeira. Ela é considerada princípio norteador na tematização das atividades da cultura corporal das crianças, possibilitando que suas manifestações corporais encontrem significados pela ludicidade presente na relação que elas mantêm com o mundo. Todavia, para que isto ocorra, é necessário que o planejamento caminhe na direção das reais manifestações lúdicas das crianças, se tornando aquele que identifica na cultura das brincadeiras, seu ponto de referência e de partida para que elas ampliem sua compreensão de mundo.

Por sua vez, a compreensão do movimento como linguagem corporal é outro aspecto presente neste documento. O movimento, a partir dessa concepção, surge, sobretudo, para a criança, como um meio de comunicação, expressão e interação social, ou seja, ele tem significado para a criança, principalmente, pelo fato de conseguir representar a sua intervenção no mundo. No sentido de sistematizar alguns ideais de trabalho com o movimento humano, o documento de 1996 cita Kunz e as suas contribuições quanto aos sentidos/significados que o movimento humano pode traduzir por suas manifestações (sentido comparativo, sentido exploratório, sentido produtivo, sentido comunicativo e sentido expressivo). Por fim, a Educação Física, de acordo com a presente publicação, deve considerar que a condição social e as características dos alunos transmitem clareza na compreensão de como se articulam o cultivo dos diversos aspectos das manifestações da cultura corporal de movimento e o desenvolvimento das potencialidades individuais de cada aluno na relação com esse universo de conhecimento.

O segundo documento, publicado no ano 2000, isto é, período anterior ao da prova de 2004, não é específico da área da Educação Física, todavia, ele apresenta um capítulo acerca desse componente curricular, relacionando-o com a etapa do Ensino Fundamental. Quanto as concepções apresentadas que estão diretamente relacionadas com a Educação Física, uma delas trata do aluno, afirmando que este deve ter o direito ao acesso e permanência a uma educação com qualidade, que considere a cultura do corpo/movimento como patrimônio de todos, e, que também, seja um instrumento de busca e consolidação da cidadania, não podendo, em hipótese alguma, caracterizar-se como uma instrução descontextualizada de práticas de jogos, esportes, ginásticas, danças e lutas. Complementando, a presente proposta apoia-se na premissa de que o aluno deve ser considerado um ser humano ativo em desenvolvimento,

que vive em ambientes dinâmicos, ou seja, em constante mudança. Senso assim, a Educação Física precisa assumir o seu verdadeiro papel dentro de uma política educacional efetivamente democrática (KREBS, 2000). Para isso, sugere-se que ela se consolide por meio da mediação entre teorias do desenvolvimento humano e a ação pedagógica no cotidiano da escola, fazendo com que a prática pedagógica em Educação Física encontre um equilíbrio entre as necessidades de cada criança e as necessidades de todas as crianças, tornando os conceitos de individualidade e sociabilidade importantes, tendo em vista, que eles podem auxiliar os professores a definirem as metas dos seus programas.

Com o intuito de fornecer subsídios para o embasamento teórico da presente proposta, o documento em questão, traz a concepção desenvolvimentista e as contribuições das teorias do desenvolvimento infantil, que por sua vez, visam atender às necessidades que cada criança tem como um indivíduo com características únicas, mas também, as necessidades que cada criança tem como sujeitos comuns a uma mesma história social. Para isso, sugere-se que a Educação Física seja organizada de modo que, o objetivo de enfatizar a individualidade seja proposto por meio de atividades com exercícios, enquanto que, o objetivo da ênfase na socialização deva ser trabalhada por meio da atividade do jogo.

Quanto a organização do programa, no que se refere ao planejamento, este deve estar embasado pela perspectiva desenvolvimentista da Educação Física, alinhando-se também a uma abordagem construtivista, ou seja, o planejamento deve ser concebido como um processo de construção contínuo ao longo de todo o ano, partindo do nível macro do planejamento até alcançar o nível micro, além de orientar-se pela zona de desenvolvimento proximal do educando.

Outra importante teoria que deve estar incorporada a proposta de Educação Física, é a dos Sistemas Ecológicos de Bronfenbrenner. Ela estabelece que as propriedades da pessoa devem ser interpretadas em uma perspectiva ecológica, e que os parâmetros do contexto devem ser vistos em uma abordagem desenvolvimentista (apud KREBS, 2000). Nessa teoria, a pessoa deve ser considerada como um ser em desenvolvimento, e o contexto, como ambiente dinâmico em constante transformação. Porém, nesse caso, a abordagem desenvolvimentista não pode se resumir a aspectos maturacionais e aptidão física, mas sim, a uma visão dinâmica do processo educativo, estando alicerçada em teorias do desenvolvimento humano. Logo, por se tratar do componente curricular que está mais relacionado ao elemento do movimento humano, a Educação Física deve proporcionar um conceito de inteligência motora como norteadora das

ações do planejamento, que precisa estar estruturado no equilíbrio dinâmico entre as competências físico-cinestésica, percepto-cognitiva e socioemocional. Tal proposta, visa, portanto, promover a aquisição de novos conhecimentos e habilidades que assegurem a autonomia e independência do aluno, para que ele consiga alcançar o exercício pleno de sua cidadania.

O próximo documento a ser analisado é do ano de 2004, isto é, mesmo período de realização da prova em foco. Esta publicação tratou, especificamente, de temas e áreas inerentes à etapa da Educação Infantil, entre eles a Educação Física. Em sua parte introdutória, evidencia-se a importância em reconhecer as especificidades da infância e da criança em suas diferentes idades e nos contextos culturais que as constituem, possibilitando, dessa forma, a identificação da base das concepções e a seleção das ações e experiências necessárias às crianças com as quais se trabalha (WIGGERS, 2004). Fica evidente no decorrer dessa publicação, que o trabalho que já vinha sendo desenvolvido dentro das unidades educativas da RMEF, estava baseando-se nos princípios da pedagogia da infância, ou seja, as práticas já estavam sendo planejadas de modo a considerar a criança como sujeito de direitos, possibilitando o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões e as relações estabelecidas com outras instituições sociais, incluindo as famílias. Ainda relacionado a este contexto, o documento menciona o binômio educar/cuidar, que é um dos eixos que devem permear as práticas pedagógicas tanto na Educação Infantil, de modo geral, mas também, especificamente, na Educação Física, tornando-se um só no fazer pedagógico, tendo em vista que considera a criança como sujeito integral.

Quanto ao elemento do planejamento na publicação de 2004, este deve ser elaborado, de modo que considere a criança como ser social e histórico, ou seja, capaz de construir conhecimentos sobre si e sobre o mundo à medida que se desenvolve como alguém ativo e integral com competências para criar e recriar. Nesse contexto, o planejamento precisa ampliar a vivência das crianças através de ações significativas e prazerosas, prevendo perspectivas de interações e relações educativas entre criança/criança, criança/adulto, enfim, entre a criança e o mundo (FLORIANÓPOLIS, 2004).

Outro tema presente no documento em questão, que esteve relacionado à Educação Física, tratou acerca do tempo, espaço e conteúdos. Tais elementos muitas vezes demarcam as disciplinas no caso da Educação Física na etapa do Ensino Fundamental, o que acaba não fazendo sentido para as crianças pequenas, e não condizendo com as concepções de criança e de Educação Infantil vigentes nas unidades

educativas. Por essa razão, a prática pedagógica em Educação Física nessa etapa da Educação Básica, começa a ser discutida, atentando-se ao fato de que os profissionais precisavam começar a elaborar pressupostos teórico-metodológicos que garantissem o trabalho pedagógico da Educação Física à luz da Pedagogia da Educação Infantil. Fato este, que já estava acontecendo, pois, muitos professores afirmaram no decorrer do documento, que já desenvolviam experiências pedagógicas em que a atividade se desenrolava no tempo necessário para as crianças. Concomitante aos elementos do espaço, tempo e conteúdos, a publicação menciona também a ampliação de experiências de movimento das crianças, sendo responsabilidade do adulto, observar atentamente, para que ele consiga organizar os espaços e materiais com o objetivo de possibilitar que as crianças criem novas formas de brincar com os objetos, com seus corpos e com os corpos dos colegas e adultos, ou seja, oportunizar cada vez mais às crianças o direito de brincar e se movimentar em amplos espaços (SAYÃO, 2004)

Para finalizar, outro ponto importante mencionado no documento de 2004, trata sobre a formação permanente do professor de Educação Física, tendo em vista, que a formação eminentemente técnica desses profissionais, estava se tornando um forte limitador no avanço do trabalho com crianças pequenas. Logo, as contribuições de áreas como: Sociologia, História, Antropologia, Filosofia e Pedagogia, estavam sendo negligenciadas, principalmente com relação a importância das mesmas como irradiadoras da possibilidade de construção de uma Educação Física mais próxima das crianças e mais distante das técnicas do esporte de rendimento e das *performances* instrumentalizantes. A partir dessa problemática, o presente documento mostra indícios de uma proposta de formação permanente dos profissionais, que não busque ficar limitado ao universo da Educação Física, ou seja, ela precisa estar ampliada também para o universo da Educação Infantil, num movimento que abarque algumas especificidades da Educação Física articuladas indissociavelmente a essa etapa da Educação Básica.

A seguir, partimos para as questões que abordaram concepções de Educação Física na prova de 2009. Começamos então, falando de uma das questões, presente na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, que tratou sobre os diferentes períodos da história da Educação Física que influenciaram de forma determinante a sua prática pedagógica. Nesse momento, aparecem citados o período militar, o período higienista, o período competitivista, o período popular e o período pedagógico. Outra proposição, inserida na mesma unidade

temática, tratou sobre o repensar da Educação Física, afirmando que a área, buscou, promover fundamentações teóricas para além das ciências naturais, citando, inclusive, a concepção de Aulas Abertas à Experiências, como um marco para o repensar da Educação Física escolar. Estiveram presentes ainda nessa mesma questão, a concepção crítico-superadora, e a ideia de que ela visa a concretização do projeto político pedagógico articulado com um projeto transformador de sociedade, e a concepção crítico-emancipatória, proposta por Elenor Kunz, que, como vimos no decorrer do presente estudo, baseia-se na Teoria Crítica da Sociedade, na escola de Frankfurt e no paradigma da ação comunicativa de Jurgen Habermas.

Por sua vez, com relação as propostas metodológicas da área da Educação Física, uma das questões, presente na unidade temática: Autores, Estudiosos e Teorias, abordou sobre as propostas e seus respectivos autores, sendo elas: desenvolvimentista de Go Tani, crítico-superadora de Valter Bracht, crítico-emancipatória de Eleonor Kunz, construtivista de João Batista Freire e Sistêmica de Mauro Betti. De modo semelhante em outra proposição, que esteve inserida na mesma unidade temática, tivemos mencionadas, por meio de obras literárias, as principais propostas metodológicas na área da Educação Física, bem como os seus responsáveis, dentre elas, estão: Educação de Corpo Inteiro de João Batista Freire, Educação Física: ensino e mudanças de Eleonor Kunz, Metodologia do Ensino da Educação Física de Carmen Lúcia Soares (Coletivo de Autores) e, Educação Física e Sociedade de Mauro Betti. Ainda nesse movimento de repensar a Educação Física, uma das questões presente na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, cita o documento das Diretrizes Curriculares para Educação Física no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, apontando alguns princípios considerados primordiais para se alcançar a mudança do pensamento da área, sendo eles: a criticidade, que permite ao educando se situar enquanto sujeito histórico-social, e também situar o conhecimento que constrói coletivamente numa perspectiva crítica da sociedade; a co-gestão, que oportuniza aos alunos ações autônomas e coletivas por meio do planejamento participativo, no qual professor e alunos são sujeitos do processo; e, a ludicidade, ao pressupor que a Educação Física escolar precisa proporcionar ao aluno um entendimento crítico do que se passa na aula.

Outra questão, inserida na unidade temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores, buscou abordar sobre o movimento humano, considerando-o objeto de estudo da Educação Física tanto na etapa da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental. Por

sua vez, com relação a outra proposição, presente na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, o objetivo maior da disciplina de Educação Física é o de promover a educação corporal dos alunos a qual não se refere, especificamente, à preparação física, mas a uma educação integral.

Por fim, em se tratando, da Educação Física, especificamente, na etapa da Educação Infantil, uma proposição da prova de 2009, inserida na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, fala que, como já vimos anteriormente, este componente curricular ao ser organizado com tempo pré-determinado, não tem sentido para as crianças pequenas, que por sua vez, pensam, agem e sentem como uma totalidade complexa. Ainda, em outra questão, presente na mesma unidade temática, e que esteve relacionada à Educação Física na Educação Infantil, afirma-se que o professor deve conscientizar as crianças da importância da busca pela igualdade de oportunidades, além de considerá-la como sujeito de múltiplas linguagens que se movimenta, brinca, joga, dança, e recria ritmos e brincadeiras a partir das interações com seus colegas e com os adultos mais próximos. Abaixo segue um exemplo retirado da prova de conhecimentos específicos de 2009 (p.13):

21. Revendo a história da Educação Física pode-se classificá-la didaticamente, segundo Ghiraldelli (1988), em períodos que não são estanques, mas que influenciaram de forma determinante a prática pedagógica dessa unidade curricular.

Sobre os períodos da história da educação Física, assinale a(s) proposição(ões) correta(s).

01. No Período Militarista a educação Física tinha por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais e as normas sociais vigentes na sociedade.

02. as indicações de se trabalhar com as punições físicas, e as discriminações aos portadores de deficiência eram uma característica do Período Higienista.

04. Com a queda do estado Novo em 1945 e a reorganização da sociedade civil a educação Física escolar sai do eixo anátomo-fisiológico a favor da perspectiva bio-sócio-filosófica, surgindo então o Período Competitivista.

08. O Período Popular é, antes de tudo, ludicidade e cooperação, e nele o desporto e as demais formas

de atividade física assumem um papel de promotores da organização e mobilização dos trabalhadores.

16. O Período Pedagogista parte de uma análise crítica das realidades sociais e sustenta, implicitamente, as finalidades sociopolíticas de uma educação transformadora

Tendo em vista que já vimos as concepções, e os principais aspectos referentes a elas, presentes nos documentos de 1996, 2000 e 2004, partimos agora para análise do documento orientador de 2008, ou seja, período também anterior ao da prova em foco. A presente publicação não se destina a tratar somente da área da Educação Física, mas também dos demais componentes curriculares que estão presentes no cotidiano da etapa do Ensino Fundamental. Para darmos início, por estar diretamente atrelada a concepção de Educação Física, a concepção de educação expressa no documento, conforme já vimos anteriormente, busca reconhecer o indivíduo como cidadão, isto é, capaz de assumir uma postura crítica e criativa do mundo, e por ter este princípio, esta concepção foi utilizada para embasar a presente proposta, que foi elaborada pelo conjunto de professores.

Um dos principais objetivos da publicação de 2008, foi o de caminhar na direção de uma educação integral e inclusiva, baseando-se na perspectiva de uma educação voltada para o desenvolvimento das múltiplas dimensões e singularidades humanas com foco na diversidade das especificidades e no reconhecimento das crianças e dos jovens como seres de direitos, e com a prerrogativa de que todos podem aprender. Portanto, em se tratando do currículo, nesse contexto, o mesmo precisa ser atualizado permanentemente, uma vez que o conhecimento precisa acompanhar a dinâmica, e o movimento de mudanças e transformações pelas quais passa a sociedade. Sendo assim, torna-se extremamente importante que o professor ressignifique o currículo, revendo ideias, conceitos, metodologias, processos de aprendizagens, além de pensar o sujeito nas suas múltiplas dimensões, por meio da implementação de práticas pedagógicas que contemplem a aprendizagem de todas as crianças e jovens, tornando a formação e a discussão pela qualidade do ensino permanentes.

No âmbito da Educação Física, a publicação evidencia que a prática pedagógica deve ser construída no fazer cotidiano, visto que não é possível prever todos os acontecimentos. Além disso, o elemento da exclusão também é discutido, no sentido de que o projeto pedagógico

das unidades educativas deve considerar as diversas possibilidades de inclusão, isto é, as práticas pedagógicas precisam contemplar tanto as semelhanças quanto as diferenças. Sendo assim, elas devem ser flexíveis, considerando a possibilidade do aluno e dos professores serem ativos, promovendo espaços de decisão e de participação, não somente coletivamente, mas também de forma individual, o que, conseqüentemente, oportuniza a manifestação das particularidades de cada um no interior das propostas de ação coletiva (SCHNORR; SERAFIN; FREIRE, 2008). Complementando, o presente documento buscou refletir a partir de um projeto de professores que reconhecesse que a prática pedagógica é feita, em parte das boas teorias, dos bons projetos e, em parte, de criações cotidianas.

Referente aos conteúdos específicos da Educação Física, estes, segundo a publicação de 2008, devem proporcionar aos alunos a consciência do próprio corpo, das relações com os outros, das questões morais e dos sentimentos. Concomitante a isto, uma aula de Educação Física deve estar embasada em valores éticos, para que desse modo, a área amplie o campo de atuação dos seus instrumentos, objetivando a integração de componentes sociais em sua abordagem educacional. E, para finalizar, o documento afirma que o objetivo principal da Educação Física deve ser a promoção corporal dos alunos, elemento este que não se refere, em específico, à preparação física nos moldes da Educação Física tradicional, mas a uma educação integral que reconheça a condição corporal, possibilitando, que os alunos não precisem ter seus movimentos restringidos, ou seja, eles podem e devem atuar com maior liberdade, agindo corporalmente, e se aproximando daquilo que é a realidade da criança (SCHNORR; SERAFIN; FREIRE, 2008).

Seguimos para as concepções expressas na prova de 2013, que de modo semelhante ao concurso de 2009, apresentou algumas proposições, que foram inseridas na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação, que abordaram acerca das propostas educacionais da Educação Física no decorrer dos anos, sendo citadas algumas, como: médica (higienista), política, militar, de rendimento e pedagógica. Em outra questão, presente na unidade temática: Autores, Estudos e Teorias, aparecem citadas as funções formativa e informativa da Educação Física, sugeridas por Hurtado, sendo a primeira focada no atendimento das necessidades bio-psico-fisiológico e social da criança e, a segunda, relacionada aos princípios da cultura. Ainda, relacionado ao tema, outra proposição da unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, relata que a Educação

Física tem por finalidade contribuir, por meio da prática de atividades físicas racionais e variadas, para a integração e o desenvolvimento equilibrado das potencialidades bio-psico-fisiológicas do homem em geral, entre elas: na aquisição de bons hábitos posturais, higiênicos, de saúde e desenvolvimento postural; desenvolver e estimular atitudes socialmente desejáveis, principalmente, por meio do jogo e do esporte e; desenvolver e aprimorar as qualidades físicas e psíquicas, indispensáveis à formação integral do homem, para a formação de uma personalidade emocionalmente equilibrada, socialmente ajustada e funcionalmente desenvolvida.

Especificamente, com relação a etapa da Educação Infantil, menciona-se na prova, que a perspectiva socioconstrutivista, abordada numa questão inserida na unidade temática: Autores, Estudiosos e Teorias, no que se refere à relação com o meio, de acordo com o autor citado, Oliveira, deve envolver formas mais elaboradas de pensamento que são construídas ao longo da história social do homem, ou seja, na sua relação com o meio físico e social, sendo mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos no interior da vida social, permitindo que o ser humano crie e transforme seus modos de ação no mundo.

Ainda na mesma prova, outra proposição, presente na unidade temática: Conteúdos, Currículo e Saberes, tratou sobre os conteúdos da Educação Física escolar, afirmando que eles precisam beneficiar os alunos, fornecendo-lhes condições para decidir conscientemente a favor de uma sociedade mais justa, a partir de reflexões sobre os conceitos básicos de cultura e cultura escolar, e também, sobre as tendências críticas e pós-críticas da educação. Outra proposição da unidade temática: Autores, Estudiosos e Teorias, relaciona, segundo o autor mencionado, Tavares, a prática pedagógica de ensino da Educação Física com uma prática, pedagógica, interativa, comunicativa e dialógica, que considera as opiniões e decisões dos alunos como elementos que devem ser valorizados, visando a construção coletiva do conhecimento e a avaliação crítica do processo de ensino-aprendizagem. Esta abordagem, segue ainda o princípio da reflexão, pesquisa escolar e ação, estando, portanto, baseada na relação teórico-prática, na qual os alunos analisam suas dificuldades através do pensamento já elaborado em suas relações com o mundo, revelando o poder de síntese com o conhecimento anteriormente produzido. Por fim, para a materialização deste método de abordagem, sugere-se os seguintes passos metodológicos: explicação dos objetivos, informes, procedimentos e avaliação. A seguir, está apresentado um exemplo que foi retirado da prova de conhecimentos específicos de 2013 (p.09):

27. Hurtado (1983) menciona que a educação física apresenta, basicamente, duas funções: a formativa e a informativa.

Das duas funções acima citadas, é correto afirmar:

a. ( ) A formativa visa ao embasamento teórico-prático e a informativa visa à formação integral.

b. ( ) A formativa repousa nos princípios da cultura e a informativa visa ao atendimento das necessidades bio-psico-fisiológico e social da criança.

c. ( ) A formativa visa ao desenvolvimento das habilidades, competências e conhecimentos e a informativa consiste na transmissão dos componentes aos alunos.

d. ( ) A formativa visa ao atendimento das necessidades bio-psico-fisiológico e social da criança e a informativa repousa nos princípios da cultura.

e. ( ) A formativa visa ao atendimento das necessidades físicas e sociais da criança e a informativa repousa nos princípios da prática propriamente dita.

Partimos então, para a análise da prova de 2014, que, semelhante, as duas provas anteriores, abordou em algumas de suas questões, inseridas na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, aspectos históricos da Educação Física relacionados as concepções que surgiram no decorrer dos anos. Tais questões, abordaram acerca de informações inerentes a reforma Couto Ferraz e a inclusão da Educação Física nas escolas, a reforma Rui Barbosa e a obrigatoriedade da ginástica para ambos os sexos nas escolas normais, e, a perspectiva militarista que considerava a Educação Física uma disciplina essencialmente prática, não necessitando de fundamentação teórica para lhe dar suporte.

Ainda, seguindo nessa linha histórica, outra proposição, presente na mesma unidade temática, tratou sobre, a abordagem desenvolvimentista, que visa oferecer à criança oportunidades de experiências de movimento, de modo a garantir o seu desenvolvimento normal; a pedagogia crítico-superadora, que considera o indivíduo numa perspectiva iluminista capaz de críticas e atuação autônomas; e por fim, o paradigma da aptidão física, que revitaliza a ideia de que a principal tarefa da educação física é a educação para a saúde.

Em outro momento, ainda na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, fala-se sobre o nascimento da Educação Física, que, segundo a questão, aconteceu para cumprir a função de colaborar na construção de corpos saudáveis, permitindo uma adequada adaptação ao processo produtivo e à perspectiva nacionalista, mas também para legitimar o conhecimento médico-científico do corpo. Essa mesma proposição, tratou também outros dois temas, sendo o primeiro deles referente a saída da Educação Física de uma perspectiva do corpo via racionalização, repressão, com enfoque biológico, para um controle via estimulação, enaltecimento do prazer corporal, com enfoque sociológico; e, o segundo, sobre a entrada mais decisiva das ciências sociais e humanas na área da educação física, processo este, que tem vários determinantes, e que possibilitou o surgimento de uma análise crítica do paradigma da aptidão física.

Quanto as propostas metodológicas, estas foram mencionadas no decorrer de uma das questões, presente na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, mencionando, dentre elas: o ensino aberto, que se estabelece dentro de uma concepção participativa que se amplia de acordo com o amadurecimento e a responsabilidade assumida pelos integrantes do grupo; a crítico-superadora, que considera o conhecimento como instrumento de mediação entre o aluno e o seu aprender, no sentido de construir, de demonstrar, de compreender e de explicar para poder intervir; a construtivista, que trabalha com a metodologia do conflito, a partir do que o sujeito sabe, sugerindo mudanças no conteúdo, de modo a criar o conflito entre o que se sabe e o que é preciso ser aprendido; e, a crítico-emancipatória, que tem o movimento humano-esporte e suas transformações sociais como sendo o seu objeto de estudo, principalmente, ao conhecer e aplicar o movimento conscientemente, libertando-se de estruturas coercitivas e refuncionalizando o movimento.

Outra questão, inserida na mesma unidade temática que a proposição anterior, tratou sobre a Educação Física e as tendências críticas do currículo, ou seja, menciona algumas das abordagens que começaram a pensar o currículo a partir de reflexões a respeito das consequências dos conteúdos selecionados, ao invés, de compreendê-lo somente como uma lista de procedimentos e recomendações. Dentre as abordagens mencionadas, comenta-se sobre a concepção de uma pedagogia crítica, que pressupõe o ser humano como sujeito construtivo de sua própria existência, devendo, portanto, atuar frente às possibilidades históricas de transformação de suas condições de vida, refletindo criticamente sobre a realidade. Relata-se ainda, que a pedagogia crítica,

defende uma proposta de conteúdo do ponto de vista da classe trabalhadora, afirmando que a relação educação/sociedade deve ser influenciada dialeticamente.

Referente a outros importantes elementos da Educação Física, expressos em uma das questões da prova de 2014, inserida na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, estão: a sistematização da ginástica dentro das escolas, o que resultou nos métodos ginásticos; o modelo americano denominado de escola nova, que era oposição a escola tradicional, e incentivava uma educação a favor do movimento como única forma capaz de promover a chamada educação integral; e, por fim, a ascensão do esporte à razão de Estado, juntamente, com a inclusão do binômio educação física/esporte na planificação estratégica do governo.

Ainda, com relação a prova do concurso de 2014, outra proposição, presente na unidade temática: Conteúdos, Currículo e Saberes, abordou acerca dos avanços teóricos e acadêmicos que buscam sugerir propostas inclusivas e cooperativas na Educação Física, em contrapartida, às práticas que são influenciadas pela competição, principalmente dentro do processo de esportivização na Educação Física escolar. Já, em outro momento, uma das questões, inserida na unidade temática: Concepções Pedagógicas e Concepções de Educação Física, considerou que o professor deve assumir a Educação Física como ação pedagógica consciente e comprometida com a totalidade do processo educativo, o qual emergindo do social, a ele retorna numa ação dialética. Para finalizar, acerca dos conteúdos da Educação Física, uma das proposições, presentes na unidade temática: Conteúdos Currículo e Saberes, comenta que, os fundamentos da ginástica, por ser uma atividade que produz significados e ações historicamente desenvolvidas e culturalmente elaboradas, deve estar inserida em todos os ciclos de escolarização e em níveis crescentes de complexidade. Abaixo, está apresentado um exemplo retirado da prova de conhecimentos específicos de 2014 (p.19):

44. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras ( V ) e as falsas ( F ).

( ) No início do século XX, em função de sistematizar a ginástica na escola, surgem os métodos ginásticos. Os principais foram os propostos pelo sueco P. H. Ling, pelo francês Armoros e pelo alemão Spiess.

( ) Após as grandes guerras, o modelo americano denominado Escola Nova fixou raízes notadamente no discurso da educação e especificamente da

educação física, influenciado pelo educador Dewey em oposição à escola tradicional.

( ) Entre 1969 e 1979, o Brasil observou a ascensão do esporte à razão de Estado e a inclusão do binômio educação física/esporte na planificação estratégica do governo, muito embora o esporte de alto nível estivesse presente no interior da sociedade desde os anos 1920.

( ) O discurso predominante na educação física escolanovista é “o esporte na escola e não o esporte da escola”.

( ) A Escola Nova vai advogar em prol da educação do movimento como única forma capaz de promover a chamada educação integral.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

a. ( ) V • V • V • V • F • V

b. ( ) V • V • V • F • F • F

c. ( ) V • V • F • V • V • V

d. ( ) F • V • F • F • F • F

e. ( ) F • F • V • V • F • F

Até o presente momento, já vimos as concepções de Educação Física para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental presente dentro dos documentos orientadores dos anos de 1996, 2000, 2004 e 2008. Logo, após a análise das questões das provas dos concursos de 2013 e 2014, torna-se relevante observarmos as concepções presentes na publicação de 2010, ou seja, no documento publicado anteriormente ao período das provas.

Neste documento, que é específico à Educação Infantil, evidencia-se a importância que a Educação Física tem em relacionar suas práticas com os Núcleos da Ação Pedagógica, isto é, a uma proposta de programa que englobe diversas dimensões de trabalho. Como já vimos anteriormente, ela não está relacionada à uma prescrição de atividades, mas sim, de eixos que pensam o corpo em movimento das crianças pequenas, não sendo, portanto, um receituário estanque de atividades e conteúdos meramente didáticos, que, normalmente, são propostos sem nenhuma contextualização com as condições objetivas das crianças, professores e famílias (SILVA, 2010).

Outro importante ponto mencionado nessa publicação, é a relação que da Educação Física com as diferentes áreas, tais como: educação, psicologia, antropologia, sociologia, história, saúde, serviço social, linguística, arquitetura, artes e letras. Esta proposta de trabalho buscar

efetivar um trabalho que aborde a criança em sua totalidade, na qual a brincadeira, as interações e as diferentes linguagens sejam eixos do trabalho pedagógico nessa etapa da Educação Básica.

Na parte do documento destinado aos relatos de experiência, foi possível encontrar propostas que já estavam contextualizadas e condizentes com a pedagogia da infância e com o ser criança. Indo ao encontro dessas propostas, as práticas pedagógicas buscaram se basear também em uma pedagogia lúdica, que possibilita perceber as crianças com suas potencialidades e singularidades, e que busca qualificar o significado do aprender para o segmento da Educação Infantil nos momentos da Educação Física.

Em se tratando das publicações mais atuais, ou seja, aquelas realizadas posteriormente a data dos concursos analisados, torna-se importante mencionar suas observações mais importantes acerca da concepção de Educação Física para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, uma vez que, nos mostram as atuais contribuições e avanços na área.

Iniciando, no documento de 2016, que trata, especificamente, da etapa do Ensino Fundamental, apresenta uma problemática, que diz respeito a importância das interligações possíveis dos conhecimentos cotidianos, e dos conhecimentos das ciências, das artes, da filosofia, da ética e afins.

Especificamente sobre a Educação Física, afirma-se que os pesquisadores e professores têm buscado construir uma legitimidade para o trabalho pedagógico com os conhecimentos relativos à Educação Física na escola, isto é, a sua estruturação como componente curricular que lida com uma seleção de conhecimentos que, organizados e sistematizados, devem proporcionar aos estudantes uma reflexão acerca de uma dimensão da cultura, contribuindo com a formação cultural. Logo, a Educação Física deve, na condição de componente curricular, sistematizar e reelaborar criticamente aquilo que vem sendo na história da humanidade um campo de expressões culturais e que tem sido denominado, de forma genérica, na literatura científica da área pedagógica e também em diferentes propostas curriculares, de *cultura corporal de movimento*, que se expressa por meio das danças, brincadeiras, jogos, lutas, esportes, ginásticas, práticas corporais de aventura urbana e na natureza, e práticas corporais introspectivas.

No que se refere, aos avanços nos objetivos de ensino e aprendizagem, nas estratégias metodológicas, nos critérios e instrumentos de avaliação, entre outros elementos, que expressem a concepção e a

função pedagógica da Educação Física na escola, estes devem ser pensados no sentido de potencializar e complexificar as formas de trabalhar com a Educação Física nas escolas da RMEF.

Referente aos eixos e conceitos relativos ao componente curricular da Educação Física, estes devem ter como ideia central que os corpos e seus movimentos são compreendidos como símbolos sociais e culturais, que se expressam de diferentes formas, porque representam manifestações culturais diferentes, expressando princípios, valores e normas. Resultando, portanto na aproximação do corpo e movimento com as demais linguagens, que são concebidas como formas de ação e interação no mundo e como processos de produção de sentidos.

Por fim, sugere-se que o trabalho pedagógico e o conhecimento da área sejam organizados em três eixos: a ampliação das possibilidades de movimento dos seres humanos, o conhecimento das manifestações sistematizadas da cultura corporal de movimento, e, a compreensão das estruturas e representações sociais que atravessam o universo dessas manifestações (FLORIANOPOLIS, 2016b). Para que se efetive tal proposta, é necessário que o professor leve em consideração os objetivos de ensino e aprendizagem por ano do Ensino Fundamental e suas modalidades, considerando os eixos e conteúdos da Educação Física, bem como, os diferentes níveis de abordagem (introduzir, ampliar, consolidar e retomar).

O último documento a ser analisado também é de 2016, porém refere-se, especificamente, a Educação Física na etapa da Educação Infantil. A publicação inicia falando, basicamente, sobre a inserção da área nessa etapa da Educação Básica, e a sua mudança, a partir de debates do campo da educação de zero a seis anos e também da própria Educação Física, principalmente, a partir da sua aproximação com as discussões das Ciências Humanas e Sociais, o que acabou resultando em outras formas de entendimento sobre: formação, infância, educação e Educação Física.

Nessa publicação, fica evidente que o corpo e o movimento humano devem ser os elementos centrais da prática pedagógica em Educação Física, tendo em vista, que as crianças se comunicam, se expressam, e interagem socialmente. Além disso, com relação ao corpo, destaca-se a importância na sua relação com a educação, no sentido de atentar para a necessidade de alargamento da compreensão das práticas corporais que considere elementos para além da dimensão motriz.

O presente documento afirma ainda, a importância em romper com a organização pautada pelo modelo escolar, composta pela fragmentação do tempo e do conhecimento, correspondendo, portanto, a um entendimento amplo sobre a condição dos seres humanos de pouca idade

e aproximando-se de princípios da Pedagogia da Infância. Nesse sentido, relata-se que muitos professores já vinham promovendo práticas dentro das unidades educativas, que estavam contemplando uma pluralidade de conteúdos e formas de organização do tempo da Educação Física, práticas estas que se opõem à ideia de que todo o conhecimento pode ser reduzido a uma forma idealizada. Para finalizar, quanto aos eixos norteadores presentes nas Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil (2010), estes devem estar articulados com a Educação Física por meio de práticas que promovam interações e brincadeiras que proporcionem novas experiências e tematizem o grande acervo de práticas corporais.



## **5 A DISCUSSÃO DOS ASPECTOS POLÍTICO CURRICULARES, DE ACORDO COM OS DADOS ANALISADOS NAS PROVAS E NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES, EM CONSONÂNCIA COM OS AVANÇOS ATUAIS NO CAMPO ACADÊMICO.**

Partimos então, para a parte da discussão da presente pesquisa, que tem o intuito de saber se as concepções solicitadas nas questões das provas condizem com aquelas presentes nos documentos orientadores da prática pedagógica, referentes ao mesmo período de realização dos concursos públicos. relacionar os dados mais relevantes encontrados, tanto das unidades temáticas presentes nas questões das provas, e que se relacionaram com os aspectos político curriculares elencados, os dados encontrados acerca, especificamente, das concepções norteadoras, e ainda, as informações pertinentes apresentadas nos documentos orientadores curriculares publicados de acordo com o período de cada prova de concurso público.

Tudo isso será sistematizado, de modo que possamos, a partir da compreensão dos conteúdos solicitados nas provas de concursos públicos para professores de Educação Física, relacioná-los com a presença ou não dos mesmos nas publicações realizadas pela PMF junto a SME, podendo estes estarem, inclusive, abordados de modo diferente em ambas fontes de pesquisa. Como sabemos, os conteúdos presentes nas provas têm o intuito, na pesquisa em foco, de fornecer indícios para a compreensão daquilo que se almejava com relação a compreensão de infância, docência e prática pedagógica, educação e Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, e que, conseqüentemente expressam o ideal de práticas pedagógicas em Educação Física dentro das unidades educativas da RMEF. Para enriquecer tal discussão, alguns autores e estudiosos que realizaram estudos acadêmicos relacionados com as concepções norteadoras elencadas, também serão apresentados, assim como, suas principais contribuições, de modo, a promover um momento de debate mais aprofundado e que nos mostre um pouco mais acerca do modo como tais aspectos estão abordados em outras fontes de pesquisa.

### **5.1 OS ASPECTOS RELEVANTES NA DISCUSSÃO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA**

Iniciamos pela concepção de infância, que como foi possível ver durante a etapa de análise no capítulo anterior, começa a apresentar uma quantidade maior de contribuições relacionadas ao assunto nas provas, a

partir do concurso público de 2009. Dentre os principais tópicos abordados nesse ano, podemos mencionar o aspecto do tempo da Educação Física na etapa da Educação Infantil, que está fortemente vinculado à concepção de infância, uma vez que, as práticas pedagógicas inseridas na proposta de tempo mencionada na prova, baseiam-se na concepção de infância como tempo lúdico. Portanto, nessa proposta, a atividade deve determinar o tempo, e não, o tempo determinar a atividade. Expressa-se ainda na prova de 2009, que a criança nesse contexto, deve ser considerada como sujeito que pensa, age e sente como uma “totalidade complexa”, devendo ser a brincadeira o eixo principal de trabalho e linguagem característica das crianças pequenas.

Com relação ao assunto do tempo da Educação Física na Educação Infantil, este não volta a ser abordado nos outros dois concursos posteriores. Todavia, em se tratando dos documentos orientadores da prática pedagógica, o tempo e os seus principais aspectos relacionados, aparecem discutidos no documento específico da Educação Infantil, de 2004, ou seja, eles já começavam a estar presentes, como problemáticas, nesta publicação que antecedeu a prova de 2009.

O documento atentou ao fato de que os profissionais da área precisavam elaborar pressupostos teórico-metodológicos com o intuito de garantir o trabalho pedagógico da Educação Física condizente com a Pedagogia da Educação Infantil. Nesse momento, o documento amplia a problemática para além do elemento do tempo, buscando tratar também sobre o espaço e o currículo, que até o presente momento eram tradicionalmente determinados para a realização da Educação Física, e o que não fazia sentido para as crianças pequenas, tendo em vista que não se adequava as concepções de criança e de Educação Infantil vigentes nas unidades educativas da RMEF. Porém, apesar de mencionar tal problema, o documento deixa evidente, que muitos profissionais, naquela época, já estavam começando a desenvolver experiências em que a atividade estava acontecendo no tempo necessário para as crianças.

Quanto a abordagem do tempo, espaço e currículo nos documentos orientadores, eles voltam a ser mencionados no documento específico da Educação Física na Educação Infantil de 2016, inclusive, ganhando um capítulo específico denominado de: *A Educação Física, a organização do tempo/espaço pedagógico e sua vinculação com o projeto político pedagógico – PPP*. Tendo em vista, o avanço de estudos teóricos relacionados ao assunto, principalmente durante o intervalo de tempo entre 2004 e 2016, a publicação cita estes elementos e as suas respectivas organizações, inseridas em relatos de experiências de professores, que buscaram falar sobre a importância em ressignificar e reorganizar tais

elementos, apresentando uma pluralidade de propostas, conteúdos e formas de organização da Educação Física que estão mais condizentes com os avanços dos estudos das concepções nas áreas da infância e da criança. Para concluir com relação ao assunto, a publicação deixa claro que as variadas formas de organização devem se opor à ideia de que todo conhecimento da área pode estar reduzido a uma prática idealizada, sendo imprescindível para a efetivação da proposta, romper com a organização fundamentada no modelo escolar, que é composta pela fragmentação do tempo e do conhecimento, cabendo, portanto, à Educação Física corresponder a um entendimento amplo sobre a condição dos seres humanos de pouca idade e aproximar-se cada vez mais da pedagogia da infância.

Antes de falarmos sobre a pedagogia da infância, abordaremos sobre um importante elemento que está relacionado a ela, denominado no decorrer da análise das provas e dos documentos orientadores, de binômio educar/cuidar. Quanto a sua presença nas questões das provas, ele foi bastante recorrente, estando mencionado nos concursos dos anos de 2009, 2013 e 2014, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, de modo a garantir a inseparabilidade entre as dimensões do educar e cuidar, além de ser considerado uma maneira de recuperação da função social da Educação Básica, bem como, da sua centralidade, que é o educando, sendo este considerado como pessoa em formação na sua essência humana. Por sua vez, a presença do binômio educar/cuidar nos documentos orientadores começa a acontecer ainda na primeira publicação de 1996, ao explicar que ele deve permear a prática pedagógica dentro das unidades educativas na etapa da Educação Infantil. Oito anos depois, na publicação de 2004, ele volta a ser mencionado dentro de uma perspectiva de trabalho, que deve se tornar um só no fazer pedagógico, considerando a criança como sujeito integral, e condizente com a pedagogia da infância, que era o ideal de prática pedagógica que se desejava na época, e que continua sendo desejada nos dias atuais, uma vez que, aparece mencionada em muitos projetos político pedagógicos das unidades educativas até os dias de hoje.

Referente a pedagogia da infância, foi possível perceber durante a análise das provas, que ela não apareceu diretamente citada nas questões dos concursos, surgindo somente alguns elementos relacionados a ela, como, a concepção de criança, a cultura infantil, e o próprio binômio educar/cuidar que vimos anteriormente. Todavia, em se tratando da sua abordagem nos documentos orientadores da prática pedagógica, ela aparece, inicialmente, na publicação de 2004, ao afirmar que a criança

deve ser considerada sujeito de direitos, afirmando que a etapa da Educação Infantil deve possibilitar o desenvolvimento das suas múltiplas dimensões e relações estabelecidas com outras instituições sociais. A temática volta a aparecer 6 anos depois, na publicação de 2010, de modo mais aplicado à prática educativa, ou seja, ela esteve presente na parte dos relatos de experiências, quando fala-se que a Educação Física, em sua articulação do trabalho pedagógico com a integração dos projetos de sala, visa proporcionar uma prática pedagógica que esteja mais condizente com a pedagogia da infância e com o ser criança. Por fim, no sentido de continuar avançando na fundamentação teórica das propostas de trabalho baseadas no tempo lúdico, que leva em consideração o tempo da criança, suas necessidades e potencialidades, sua história de vida, ou seja, suas características mais peculiares, o documento de 2016, que foi publicado posteriormente ao período das provas dos concursos públicos analisados, afirma acerca da importância em romper com a organização pautada pelo modelo escolar, composta pela fragmentação do tempo e do conhecimento, correspondendo, portanto, a um entendimento amplo sobre a condição dos seres humanos de pouca idade e aproximando-se de princípios da pedagogia da infância.

Logo, por se tratar de uma abordagem que continua implementada em muitas unidades educativas, esta concepção acaba por se tornar ideal, principalmente, ao fornecer importantes e pertinentes subsídios ao planejamento das práticas pedagógicas na área da Educação Física. Para fundamentar tal proposta, nesse momento, podemos mencionar a dissertação de Ana Cristina Richter, de 2005, que teve o intuito de observar práticas corporais dentro de uma instituição de Educação Infantil da RMEF, e em seu decorrer apresentou diversos elementos importante com relação a pedagogia da infância que devem ser aqui mencionados.

Em seu estudo, Richter (2005), comenta sobre a escassez de debates entre a Educação Física e as demais áreas do conhecimento, ressaltando a necessidade de um diálogo mais intenso entre as áreas. Todavia, com o decorrer do tempo e dos avanços em estudos teóricos na área acadêmica, os debates começaram a ser mais frequentes, como nos mostra o documento específico da Educação Física, de 2016, ao relatar que o debate com as Ciências Humanas e Sociais, no campo da educação de zero a seis anos e também na Educação Física estava ficando cada vez mais amplo, o que acabou por privilegiar em novas formas de entendimento sobre formação, infância, educação e Educação Física, além, de auxiliar no redimensionamento dos debates em torno das práticas pedagógicas com forte incidência sobre a formação de professores.

Voltando, Richter (2005), relata que no sentido de estarem procurando, na época da sua pesquisa, novas propostas pedagógicas que fossem de encontro com os novos avanços teóricos pautados nessa nova concepção de infância, os profissionais das unidades de Educação Infantil da RMEF já estavam reconhecendo a necessidade, perante seus projetos políticos pedagógicos, de:

[...] conceber “outra forma de educação infantil”, que implicaria em “ver e respeitar as crianças em suas múltiplas dimensões, não se prendendo a apenas um aspecto do universo que a cerca, como tem acontecido com o aspecto cognitivo”. Nesse sentido, coloca-se em consonância com as discussões atuais a respeito da constituição de uma Pedagogia da Infância (p. 140).

De acordo com a autora, a pedagogia da infância, surge como um campo particular na área da educação, que visa demarcar os limites de suas fronteiras com a educação da criança na escola (ROCHA apud RICHTER, 2005). Além disso, esta proposta tem subsidiado o debate em torno da especificidade que os professores de Educação Infantil devem assumir a partir da definição das creches e pré-escolas como instituições educativas não escolares que devem desenvolver atividades de cuidado e educação das crianças pequenas de forma indissociável, em especial em questões relativas à formação delas. Quanto a concepção de criança exposta pela autora, ela afirma que esta é diferente do adulto e cujas manifestações espontâneas devem ser preservadas, sobretudo, no que se refere ao brincar enquanto expressão característica de seu mundo. A brincadeira, nesse contexto, como vimos igualmente no decorrer da presente pesquisa, deve ser concebida como eixo principal de trabalho e como linguagem característica das crianças pequenas, perpassando todos os momentos do trabalho pedagógico, não devendo ser utilizada de maneira funcionalista, ou seja, como uma atividade que “serve para alguma coisa predefinida” (SAYÃO apud RICHTER, 2005, p. 13).

Como vimos, elementos relacionados a pedagogia da infância já vinham sendo debatidos nos documentos orientadores desde 1996, principalmente no que diz respeito ao binômio educar/cuidar. Logo, Richter, em sua dissertação em 2005, relata que a RMEF tinha alguns princípios que norteavam o trabalho pedagógico e que estavam fundamentados na pedagogia da infância, que:

Rompe(r) com a versão “escolarizada”, com a ideia de “alunos” e com a ênfase no ensino. Entende que a infância não se rompe com seis anos. Compreende a Educação infantil não como um currículo fechado, mas como propostas pedagógicas, como espaço de relações educativas, baseada no conhecimento do mundo, como a proposição de vivências diversificadas, na busca do desenvolvimento pessoal (identidade e autonomia) e social (universo cultural) (Legislação da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis apud RICHTER, 2005, p.42).

Para concluir, a pedagogia da infância, procura, portanto, revelar a partir das vozes das crianças, outras linguagens, outras formas de manifestação, sobretudo considerando as transgressões e os gestos de resistência dos mesmos que anunciam que o real ainda não é (RICHTER, 2005). E, no que tudo indica, de acordo com a pesquisa da autora, existem espaços dentro das unidades educativas, que possibilitam estas novas manifestações, de modo, que elas não sejam definidas previamente, principalmente, no que se refere aos seus tempos, espaços e conteúdos.

Outros importantes elementos, relacionados à pedagogia da infância, estiveram presentes nas provas. Um deles refere-se a brincadeira que é considerada um dos eixos em que as propostas realizadas na etapa da Educação Infantil devem se embasar para acontecerem na prática. A brincadeira começa a aparecer no concurso de 2009, ao ser considerada eixo principal do trabalho e também como linguagem característica das crianças pequenas. Ela aparece novamente, em 2014, o que mostra a continuidade do interesse em abordar sobre a brincadeira, afirmando que ela permite à criança vivenciar o lúdico e descobrir a si mesma, aprendendo sobre a realidade e tornando-se capaz de desenvolver o seu potencial criativo.

Quanto a sua abordagem nos documentos orientadores, o entendimento da brincadeira acaba indo ao encontro daquilo que foi expresso nas questões das provas. Ela surge, portanto, ainda na publicação de 1996, como um princípio norteador na tematização das atividades da cultura corporal das crianças, possibilitando que suas manifestações corporais encontrem significados pela ludicidade presente na relação que elas mantêm com o mundo. Complementando, o documento afirma que um planejamento que vá ao encontro das reais manifestações lúdicas das crianças, é aquele que identifica na cultura das brincadeiras seu ponto de referência e de partida, para que elas consigam

ampliar a sua compreensão de mundo. Por sua vez, em 2010, a brincadeira aparece, juntamente, com os eixos das interações e das diferentes linguagens, como sendo norteadora do trabalho pedagógico da Educação Infantil na RMEF, quando se trata de prática pedagógicas que trabalhem com a criança em sua totalidade. Já, na publicação de 2016, período posterior ao das provas, seguindo a ideia do documento anterior, a brincadeira aparece atrelada a cultura corporal de movimento, como uma das maneiras em que esta deve ser expressada, enquanto que as demais correspondem aos: jogos, danças, lutas, esportes, ginásticas, práticas corporais de aventura urbana e na natureza, e práticas corporais introspectivas. No que se refere ao outro documento de 2016, ou seja, aquele que é específico da Educação Física na Educação Infantil, explica-se que as propostas pedagógicas e os eixos norteadores devem estar articulados por meio de propostas que promovam interações e brincadeiras, e que dessa forma, proporcionem novas experiências e tematizem o grande acervo de práticas corporais.

A cultura infantil é outro elemento relacionado à pedagogia da infância, estando presente em uma questão da prova de 2009, que citou Sayão, importante estudiosa da Educação Física na etapa da Educação Infantil, e que, como foi possível observar, esteve citada também em alguns dos documentos orientadores da prática pedagógica. Ela afirma que a cultura infantil deve estar relacionada as histórias de vida das crianças, suas origens socioculturais, o pertencimento a diferentes classes sociais, gênero, credo religioso e etnia. Logo, essas singularidades, acabam oportunizando ao professor um maior e melhor conhecimento das crianças, principalmente, nos momentos em que elas interagem entre si, conhecem outras culturas, se reconhecem como classe, e dessa maneira, conseguem aos poucos se conscientizar em torno da luta pela igualdade de oportunidades. Ainda referente a esta proposta de trabalho, fala-se, sobre a concepção de criança, que deve ser considerada como sujeito de múltiplas linguagens, e que se movimenta, brinca, joga, dança, podendo criar ritmos e brincadeiras a partir das interações com seus colegas e com os adultos mais próximos.

A presença da cultura infantil nos documentos orientadores, surge ainda no documento de 1996, ao se abordar sobre a etapa da Educação Infantil, devendo esta ser compreendida como espaço socioeducativo, que permite à criança ter acesso a elementos da cultura universal e da natureza, por meio de trocas de experiências com outras crianças e com o professor. Desse modo, ela conseguirá construir e elaborar hipóteses para a compreensão e intervenção no mundo, propiciando um processo de

desenvolvimento e aprendizagem mais rico e cheios de significados. Em 2004, o tema volta a ser mencionado, ao falar que é necessário reconhecer as especificidades da infância e da criança em suas diferentes idades e nos contextos culturais que as constituem, buscando identificar o fundamento de nossas concepções para, dessa maneira, selecionar ações e experiências educativas necessárias às crianças dentro do contexto educativo. Por sua vez, no documento de 2010, a cultura infantil, esteve expressa dentro dos relatos de experiências, quando se falou acerca de um projeto desenvolvido por um professor de Educação Física, que foi elaborado baseando-se na pedagogia lúdica e na percepção das crianças quanto as suas potencialidades e singularidades.

Para finalizar, outro importante elemento relacionado a cultura infantil, e, conseqüentemente, a pedagogia da infância, é a concepção de Educação Infantil e de criança. Na prova de 2013, afirmou-se que o objetivo da Educação Infantil é o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos: físico, afetivo, psicológico, intelectual e social. Com relação ao tema da Educação Infantil nos documentos orientadores, ela aparece, em 1996, como etapa que deve se constituir num espaço socioeducativo, em que seja fundamental que a criança tenha acesso a elementos da cultura universal e da natureza. Desse modo, ela conseguirá construir e elaborar hipóteses para a compreensão e intervenção no mundo, tornando o processo de desenvolvimento e aprendizagem mais rico e significativo. Nesse contexto, a criança, de acordo com a mesma publicação, deve ser considerada como ser humano em processo de desenvolvimento e que necessita de cuidados e educação, e por esse motivo, a etapa da Educação Infantil deve percebê-la em toda sua potencialidade, de forma que a autonomia, a criticidade, a criatividade e a solidariedade sejam pressupostos nessa etapa da Educação Básica. Além disso, no que se refere a interação entre adultos e crianças, esta deve acontecer sob uma perspectiva em que a criança seja considerada ser ativo, crítico e autônomo, sendo estas as condições necessárias para que ela se constitua enquanto sujeito. Indo de encontro com a concepção de criança expressa na publicação de 1996, o documento específico da Educação Física na Educação Infantil, de 2016, ou seja, período posterior ao das provas analisadas, passa a considerá-la também sujeito ativo da sua própria formação, e por essa razão, os planejamentos pedagógicos da Educação Física devem contemplar práticas em que a criança ressignifique e reformule os espaços, materiais e brincadeiras (FLORIANÓPOLIS, 2016a).

## 5.2 OS ASPECTOS RELEVANTES NA DISCUSSÃO DA CONCEPÇÃO DE DOCÊNCIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Seguimos então para a discussão quanto aos aspectos relacionados a concepção de docência e prática pedagógica, que foram encontrados durante a análise das provas e dos documentos orientadores da prática pedagógica.

Inicialmente, surgem mencionadas, na prova de 2004, as práticas do cotidiano escolar, e os seus condicionantes políticos e sociais, como sendo os responsáveis em configurar as diferentes concepções de homem e sociedade, escola, aprendizagem, relação professor/aluno, técnicas pedagógicas, entre outras. Tais concepções precisam estar englobadas no conjunto de elementos que constituem as concepções de docência e prática pedagógica, fazendo sentido entre si, e ao estarem articuladas em conjunto, tornam possível que o professor alcance os seus objetivos durante o fazer pedagógico.

Por sua vez, em 2009, outra proposição abordou sobre a importância de os educadores terem a consciência que de a sua prática é educativo-ética, sendo a educação uma experiência especificamente humana e capaz de transformar as pessoas para que elas transformem o mundo. Nesse mesmo ano, outra questão relacionada a concepção de docência e prática pedagógica, tratou acerca da educação contemporânea, que demanda apresentar e efetivar propostas curriculares fundamentadas em concepções e práticas de uma escola de formação para vida. E, por fim, em outro momento, buscou-se saber sobre os princípios pedagógicos com perspectivas educacionais transformadoras, que se constituem em eixos condutores da prática pedagógica do professor, ajudando-o na elaboração do seu planejamento e na reflexão de sua práxis, à qual são atribuídos sentidos/significados educativos.

Em se tratando das provas dos concursos de 2013 e 2014, estas não apresentaram conteúdos significativos referentes à concepção de docência e prática pedagógica que pudessem ser aqui expostos. Logo, partimos para a abordagem dessa concepção nos documentos orientadores da prática pedagógica. Com relação a abordagem dos assuntos mencionados anteriormente, referentes às provas de 2004 e 2009, estes não estiveram mencionados diretamente nos documentos dos anos de 1996, 2000, 2004 e 2008. Porém, com relação a outros aspectos relacionados à concepção de docência e prática pedagógica, contidos no documento de 1996, é possível perceber que a concepção de prática pedagógica já aparecia relacionada à concepção de criança. Por essa

razão, o desafio colocado na época, era o de construir uma prática pedagógica em Educação Física que fosse coerente com esta nova concepção, e que atendesse às especificidades da faixa etária de zero a seis anos.

Tendo em vista a continuidade na relevância do tema, na publicação de 2004, relata-se que houveram momentos de discussões entre os professores, em torno da prática pedagógica, que aconteceram durante momentos de socialização num movimento de redimensionamento e trocas. Ainda nesse ano, enfatiza-se no documento acerca da atribuição do papel do professor, em ser responsável por elaborar pressupostos teórico-metodológicos, que afirmassem o trabalho pedagógico da Educação Física à luz da pedagogia da Educação Infantil.

Já no documento de 2008, afirma-se que a prática pedagógica em Educação Física, deveria ser construída no fazer cotidiano, tendo em vista, que não é possível prever todos os acontecimentos. Logo, a concepção de prática pedagógica, nesse contexto, precisava reconhecer o entrelaçamento do cotidiano com as reflexões teóricas (SCHNORR; SERAFIN; FREIRE, 2008). Os professores, por sua vez, deveriam reconhecer que a prática pedagógica é feita, em parte, de boas teorias, bons projetos e boas criações cotidianas.

Em consonância com o documento de 2004, a publicação de 2010, por sua vez, relata que os professores de Educação Física precisavam garantir momentos de planejamento em conjunto com os demais professores, focando na construção e manutenção do diálogo sobre as propostas de planejamento dos diferentes grupos, diálogos estes que, conseqüentemente, deveriam permear também a prática pedagógica dentro das unidades educativas da RMEF.

Quanto a publicação do ano de 2016, específica à etapa do Ensino Fundamental, comenta-se, com relação a concepção de docência e prática pedagógica, que os professores têm buscado construir uma legitimidade para o trabalho pedagógico com os conhecimentos relativos à Educação Física na escola, por meio da sua estruturação como componente curricular, que lida com uma seleção de conhecimentos que, organizados e sistematizados, devem proporcionar aos estudantes uma reflexão acerca de uma dimensão da cultura, contribuindo com a formação cultural.

E, por fim, em consonância com os documentos de 2004 e 2010, a publicação que trata especificamente da Educação Física na etapa da Educação Infantil, de 2016, aborda novamente sobre a importância que o professor de Educação Física tem em garantir seu espaço nos mais diversos momentos dentro das unidades educativas, uma vez que, ele deve

delinear juntamente com seus colegas, os princípios e estratégias que irão nortear o seu trabalho e a sua articulação com os demais profissionais.

Outro elemento mencionado em todas as provas e que está relacionado à concepção de docência e prática pedagógica refere-se à interdisciplinaridade. De modo geral, as questões buscaram tratar o tema, considerando-o um importante elemento, que deve ser trabalhado nas práticas educativas dentro das instituições de ensino e, por este motivo, deve estar também citado e contextualizado dentro dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições.

Com relação ao assunto nos documentos orientadores, este esteve presente de modo mais efetivo nos documentos de 2004, 2010, e no específico da Educação Física na etapa da Educação Infantil de 2016. As duas primeiras publicações, trataram da interdisciplinaridade, de modo a problematizá-la, e conseqüentemente, procurando encontrar soluções e estratégias que fossem colocadas em prática, visando superar esta defasagem de propostas mais integradoras entre a Educação Física e as demais áreas presentes dentro das unidades educativas. Já, no documento de 2016, que trata do Ensino Fundamental, aborda a interdisciplinaridade mais diretamente, contendo, inclusive, um capítulo destinado ao tema. Neste capítulo, fala-se da importância do diálogo entre os componentes curriculares da área de linguagens com as demais áreas do conhecimento, mencionado também, a valorização em reconhecer e apoiar iniciativas de trabalho coletivo já existentes nas instituições da RMEF, para que assim, seja possível avançar no sentido de uma efetivação da política pública que auxilie no diálogo entre os componentes curriculares e as áreas do conhecimento, em benefício do compromisso político explícito de organizar um currículo (FLORIANÓPOLIS, 2016b).

Visando a melhor sistematização do presente trabalho, além de evitar a repetição de informações, os aspectos relacionados a concepção de docência e prática pedagógica, que referem-se também diretamente a área da Educação Física, serão mencionados no capítulo destinado a tratar sobre a discussão da concepção da Educação Física nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, que será apresentado mais ao final da presente pesquisa.

Partimos então a apresentação de outros estudos relacionados ao tema da concepção de docência e prática pedagógica, iniciando por Pimenta (1996), ao relatar que as novas pesquisas têm buscado anunciar novos caminhos para a formação docente, sendo um desses caminhos, os saberes que configuram à docência. Os resultados dessas pesquisas evidenciam que a prática docente exige o emprego dos mais diversos

conhecimentos, sendo que muitos destes têm sua construção iniciada ainda durante o processo de formação inicial do professor, colocando-o em evidência, como sujeito da produção de seus saberes, por natureza, múltiplos e amplamente caracterizados pelo fator social (BLOCK; RAUSCH, 2014).

Dentre os saberes relacionados à docência e prática pedagógica, temos, inicialmente, os saberes docentes no contexto da formação inicial, que são aqueles que se configuram como elementos constitutivos da identidade profissional do professor. A base desses saberes está na formação inicial do professor, que por meio da mobilização do estudo das teorias da educação e da didática, o futuro professor vai incorporando o ensino como uma prática social (PIMENTA apud BLOCK; RAUSCH, 2014).

Ainda com relação aos saberes necessários à prática educativa, por sua vez, eles não estão limitados somente ao processo de formação do professor, logo, a própria prática docente é fonte de produção de saberes.

É durante a ação didática pedagógica que a identidade e a profissionalização docente vão se consolidando. Os saberes são produzidos para subsidiar a ação prática da mesma forma que também se formam, se reelaboram e se reestruturam a partir dela. É na prática educativa que os saberes docentes são aplicados, testados, verificados e desta forma vão sendo legitimados, e é justamente esta dinâmica que faz com que se originem também por meio dela. É por meio da prática que o professor exercita a teoria de modo a agir sabendo tomar decisões, fazer escolhas e redirecionar o seu trabalho pedagógico (BLOCK; RAUSCH, 2014, p. 252).

Em se tratando, especificamente, do saber da docência, destacado como conhecimento, este, diz respeito às áreas do conhecimento propriamente ditas, porém, Pimenta (apud BLOCK; RAUSCH, 2014), relata que os alunos, futuros professores, devem se apropriar dos conhecimentos teórico científicos, culturais e tecnológicos visando também seu processo de desenvolvimento humano. No que se refere a este saber, as autoras também mencionam em seu trabalho, as concepções e visões utilizadas por Tardif (apud BLOCK; RAUSCH, 2014), que utiliza a expressão saberes docentes, e elenca quatro categorias: formação profissional, disciplinares, curriculares e experienciais. Em se tratando da

formação profissional, esta é subdividida em dois eixos, o das ciências da educação e o da ideologia pedagógica, estando a primeira vinculada as ciências humanas, cujo foco de estudo é o professor e o ensino; enquanto que a segunda refere-se às teorias da aprendizagem e aos modos e técnicas de ensinar, englobando toda uma ideologia pedagógica. Por sua vez, o saber disciplinar tem origem nas disciplinas específicas estudadas nos cursos de formação, e está ligado às várias áreas do conhecimento. Por fim, o saber experiencial, é aquele se origina do trabalho docente, durante o momento em que o professor executa as funções que lhe competem em sua prática pedagógica, e desse modo, vai formando a base de sua experiência profissional.

Relacionando os saberes docentes, com aqueles presentes nas provas e nos documentos orientadores, foi possível encontrar em ambas fontes de pesquisa, conteúdos relacionados aos saberes, que normalmente, são aprendidos durante a formação inicial, mas também, foi possível observar a presença de conteúdos que são diretamente inerentes a prática pedagógica docente, e que, em certa medida, passam a estarem mais presentes e a serem mais apreendidos durante a efetivação do trabalho docente, mas também, em formações continuadas de professores.

Quanto aos conteúdos presentes na etapa da formação inicial do futuro professor, e que foram abordados tanto nas provas quanto nos documentos, podemos citar, as diversas perspectivas educacionais que surgiram no decorrer dos anos, bem como, os diversos autores responsáveis por tais abordagens, principalmente aquelas ligadas às concepções de educação e Educação Física, que serão melhores discutidas nos capítulos que seguem. Por sua vez, podemos citar também alguns elementos inerentes a prática pedagógica, que, acabam sendo mais vivenciados, e, conseqüentemente, adquiridos durante o dia-a-dia do trabalho pedagógico, como, por exemplo: os elementos do planejamento, registro e avaliação; e até mesmo a própria interdisciplinaridade, que teve seus conceitos e ideais expressos nas provas condizentes com aqueles descritos nos documentos orientadores.

Sendo assim, para concluir, foi possível, verificar que os conhecimentos e saberes solicitados nas provas estão de acordo com aqueles reconhecidos, por meio de pesquisas acadêmicas na área, como sendo importantes para os professores, pois, referem-se a conteúdos inerentes a etapa da formação inicial, mas também a conhecimentos presentes de modo mais efetivo no cotidiano das unidades educativas, ou seja, durante a atuação como professor. Todavia, em se tratando, dos

conteúdos presentes nas provas e nos documentos, que visam auxiliar no entendimento das concepções de educação e de Educação Física nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, estes começarão a serem abordados nos próximos dois capítulos.

### 5.3 OS ASPECTOS RELEVANTES NA DISCUSSÃO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

Partimos então, para os aspectos relacionados à concepção de educação que estiveram presentes nas questões das provas e nos documentos orientadores. A primeira prova, em que foi possível encontrar elementos significativos relacionados ao tema, foi a de 2009, quando considerou a educação como uma forma de intervir no mundo, tendo em vista, que além do conhecimento dos conteúdos ensinados e aprendidos, ela, dialeticamente, reproduz e desmascara a ideologia dominante e seus artefatos. Em se tratando da visão de educação contemporânea, lembrando que esta questão foi retirada também da prova de 2009, ela visa apresentar e efetivar propostas curriculares entranhadas em concepções e práticas de uma escola de formação para vida. Para isso, ela precisar estar focada na construção de saberes universais que não neguem a diversidade na formação de pessoas capazes de enfrentar os desafios do conhecimento e criar novas formas de entendimento do mundo.

Quanto a presença dos elementos relacionados à concepção de educação nas demais provas, eles só foram encontrados, novamente, no concurso de 2014, quando se abordou acerca dos aspectos históricos inerentes à educação. Dentre estes aspectos, está a teoria do capital humano, que tinha por finalidade preparar as pessoas para atuar no mercado em expansão, exigindo força de trabalho educada; a classificação das tendências pedagógicas, e a concepção pedagógica libertadora. Explicando melhor sobre os diversos momentos pelos quais a educação passou no decorrer da história, Gadotti (2011), afirma que ela:

[...] passou por diversos momentos epistemológicos-educacionais e organizativos, desde a busca da conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa de uma escola pública popular e comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nas últimas décadas, num mosaico de interpretações, convergências e divergências (p.07).

Ainda em relação à concepção de educação no concurso de 2014, relata-se que ela deve ser concebida como um processo de interação entre sujeitos, que envolve a produção e apropriação de conhecimentos, devendo abranger a formação que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas.

Quanto a concepção de educação expressa nos documentos orientadores, é possível perceber, que ela se complementa àquela apresentada nas questões das provas até o presente momento, uma vez que, na publicação de 1996, afirma-se que é necessário procurar situar a educação escolar na totalidade da prática histórico-social, tendo em vista que ela é educativa e formadora do sujeito-cidadão, para que, a partir disso, seja possível identificar, compreender e constituir o seu objeto-especificidade. Por essa razão, a educação escolar deveria ser entendida como: “[...] uma das práticas sociais, cuja especificidade se constitui na democratização-socialização do saber, lugar onde o indivíduo estaria se instrumentalizando para inserção e intervenção no meio social ao qual pertence” (FLORIANÓPOLIS, 1993 apud FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 15). De modo semelhante ocorre no documento de 2008, ao definir que uma proposta de trabalho pedagógico deve estar embasada em uma concepção de educação que reconheça o indivíduo como cidadão, isto é, capaz de assumir uma postura crítica e criativa do mundo.

Partindo para uma concepção mais atual acerca da educação, Gadotti (2011), baseado em Freire, propõe que educar visa estabelecer relações de proximidades, sem descuidar, “dos conteúdos, do saber científico, da rigorosidade” (p. 64). Com relação a estes conteúdos, Gadotti (2011), afirma que para Freire, eles deveriam ser “devidamente tratados, com o cuidado da linguagem” (p.03), deixando em seu legado educacional a “concepção popular emancipadora da educação” (p.07). Por sua vez, com relação os conteúdos, no documento de 2004, afirma-se que eles são os responsáveis em organizar o cotidiano de atendimento da criança de zero a seis anos em espaços coletivos, alheios ao contexto familiar, sendo indispensável que todos tenham em mente as diferentes concepções de criança, infância, educação e Educação Infantil que marcaram os diversos momentos históricos do acolhimento da criança pequena.

Gadotti, afirma que estamos diante de uma educação crítica que produz conhecimento e promove liberdade, como “ato do diálogo no

descobrimto rigoroso” (GADOTTI, 2011, p.08), amoroso e político do ato de educar, separando-nos dos interesses dos colonizadores e defendendo uma educação que emancipa e liberta os sujeitos em comunhão. Trata-se de uma “educação como produção e não meramente como transmissão do conhecimento” (GADOTTI, 2011, p. 08), reafirmando a responsabilidade amorosa que devemos ter para com o educando em processo de politização, de uma educação conscientizadora e para a liberdade, a partir de um currículo organizado de forma que a cidadania seja parte primordial. A cidadania, juntamente com a ética, como vimos, é parte constituinte dos documentos orientadores da prática pedagógica publicados pela PMF junto à SME, e também esteve presente no decorrer de algumas questões das provas de concurso público analisadas e que pretenderam selecionar professores de Educação Física aptos a desenvolverem um trabalho dentro das unidades educativas da RMEF.

A concepção de educação que tem como referencial a libertação, nega o sujeito descontextualizado, mas afirma-o como ser histórico e inacabado, na essência primordial do diálogo e na consciência da totalidade social (GIL, 2013). Logo, para Gadotti (apud GIL, 2013), esta concepção deve se inspirar nos princípios da autonomia e da participação, ela também deve abranger o saber popular, a formação das massas, o compromisso político e a autoformação na luta.

Isso quer dizer que não há como fazer educação que não seja com a participação efetiva das pessoas a quem ela se destina, com autonomia e refletindo sempre sobre uma questão fundamental: para qual sociedade estamos fazendo educação? O autor, nesse sentido, afirma ainda que “só podemos discutir a natureza e a especificidade da educação concretamente, se levarmos em conta a conservação ou a transformação das estruturas, que hoje condicionam o trabalho pedagógico” (GADOTTI apud GIL, 2013, p.117-118).

A educação integral, é outro importante elemento relacionado à concepção de educação, que esteve presente em alguns concursos públicos. Ela aparece inicialmente na prova de 2009, quando se afirma que o objetivo principal da disciplina de Educação Física é o de promover a educação corporal dos alunos a qual não se refere, especificamente, à preparação física, mas a uma educação integral. O tema volta a ser abordado no concurso de 2014, quando a questão em foco cita a Escola

Nova como sendo a única forma capaz de promover, no âmbito da Educação Física, a chamada educação integral em prol da educação do movimento.

No que se refere a presença da educação integral, ela aparece mencionada de maneira mais significativa, somente no documento de 2008. Sua abordagem neste documento complementa aquilo que foi falado sobre ela nas duas provas citadas anteriormente, isto é, afirma-se, na publicação, que é necessário avançar para uma política de educação integral e inclusiva na perspectiva de uma educação voltada para o desenvolvimento das múltiplas dimensões e singularidades humanas com foco na diversidade das especificidades e no reconhecimento das crianças e dos jovens como seres de direitos, e com a prerrogativa de que todos podem aprender.

Concluindo, como foi possível verificar durante este capítulo, a concepção de educação presente, tanto nas provas quanto nos documentos orientadores da prática pedagógica em Educação Física, já estava sendo abordada de modo a ser compreendida como algo complexo, e por este motivo, começou a ser tratada criticamente, devendo envolver não somente o ensino de certos conhecimentos, mas envolvendo no seu processo de (re)construção todas as demais concepções que lhe são inerentes, na busca por práticas pedagógicas que, além de produzirem conhecimentos, promovam a liberdade, através de abordagens rigorosas, afetivas e políticas. Em consonância, para finalizar, Gadotti (apud GIL, 2013), afirma que a educação é a totalidade e complexidade e é “na referência ao todo social que a escola busca legitimidade e não apenas na transmissão do saber elaborado” (apud GIL, 2013).

#### 5.4 OS ASPECTOS RELEVANTES DA DISCUSSÃO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL

Seguimos então para a discussão dos pontos mais relevantes presentes nas provas dos concursos públicos e nos documentos orientadores acerca da concepção de Educação Física nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, buscando saber se elas de alguma forma se complementam ou se elas não se relacionam umas com as outras. Tais concepções, buscam auxiliar na compreensão a respeito das práticas pedagógicas em Educação Física consideradas ideais dentro das unidades educativas da RMEF, visto que, estiveram presentes dentro das provas dos concursos públicos que objetivaram selecionar professores para

atuarem em ambas as etapas da Educação Básica. Para enriquecer esta discussão, alguns pontos, serão confrontados e relacionados com outras obras e autores, que tenham, de certo modo, contribuições pertinentes sobre as concepções de Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

#### **5.4.1 Os aspectos relevantes na discussão da concepção de Educação Física na Educação Infantil**

Com o intuito de não tornar repetitivo o presente capítulo, e por compreender que as concepções de Educação Física na Educação Infantil e de infância estão intimamente interligadas, muitas das considerações entendidas como sendo em comum a ambas categorias, como por exemplo: a concepção de criança, a concepção de educação integral, a concepção de cultura infantil, a concepção de brincadeira como eixo norteador das práticas pedagógicas, e elementos inerentes a própria concepção de infância de modo mais geral; não serão aqui expressas, pois já foram mencionadas nos capítulos de análise e de discussão da concepção de infância.

Além disso, aspectos como as perspectivas, bem como, seus principais pensadores e estudiosos; as finalidades e conteúdos da Educação Física, o movimento humano, entre outros assuntos que se referem a área de modo mais geral, ou seja, relacionados a ambas etapas da Educação Básica, serão expostos no capítulo seguinte, que se refere a concepção de Educação Física na etapa do Ensino Fundamental. Nesse momento, portanto, nos atentaremos a falar das questões que buscaram tratar especificamente acerca da Educação Física na etapa da Educação Infantil.

Um dos principais assuntos, referentes à Educação Física na Educação Infantil, tratados nas provas analisadas, foi a psicomotricidade, estando presente nas provas de 2004, 2009 e 2014. Com relação a abordagem dessa perspectiva nos documentos orientadores, estes começaram a tratar do assunto ainda no primeiro documento de 1996. Neste ano, já se começava a fazer uma crítica a psicomotricidade em favor de outro modelo de Educação Física, principalmente nas pré-escolas. Até o presente momento esta perspectiva era considerada forte solução para o fracasso escolar das crianças, dentre os quais a alfabetização, principalmente por treinar as habilidades do esquema corporal, da percepção temporal, da lateralidade, do equilíbrio, entre outros aspectos, que começaram a fazer parte do discurso pedagógico nessa etapa da

Educação Básica, juntamente com as teorias do desenvolvimento/aprendizagem motor e a recreação.

Com relação ao assunto da psicomotricidade nos demais documentos orientadores da prática pedagógica, ela acaba não sendo mais mencionada, surgindo em seu lugar outras problemáticas mais emergentes, o que nos faz subentender a sua possível superação por parte das publicações, o que não acontece, como vimos, com os concursos públicos que acabam abordando a perspectiva ainda no concurso de 2014.

Mudando para outros elementos relacionados à concepção de Educação Física na Educação Infantil, o concurso de 2009, buscou abordar acerca da área e a sua organização em tempos pré-determinados, afirmando que tal organização não faz sentido para as crianças pequenas, que pensam, agem e sentem como uma totalidade complexa. Por fim, outra questão presente na prova desse mesmo ano, afirma que o professor de Educação Física deve conscientizar as crianças da importância da busca pela igualdade de oportunidades, além de considerá-las como sujeitos de múltiplas linguagens que se movimentam, brincam, jogam, dançam, e recriam ritmos e brincadeiras a partir das interações com seus colegas e com os adultos mais próximos.

Em se tratando dos documentos orientadores, como vimos, as principais contribuições literárias referentes a Educação Infantil foram realizadas até 2004, o que nos mostra, a possível razão pela qual a prova de 2009 ter sido aquela que mais conteve proposições consideráveis relacionadas a área da Educação Física na Educação Infantil. Portanto, de acordo com o assunto da organização do tempo da Educação Física, ele começou a ser discutido no documento de 2004, ao falar que os profissionais da área precisavam elaborar pressupostos teórico-metodológicos que garantissem o trabalho pedagógico da Educação Física à luz da Pedagogia da Educação Infantil, sendo que um desses pressupostos, seria o de elaborar uma nova organização do tempo, espaço e currículo, que até o presente momento eram tradicionalmente determinados para a realização da Educação Física, o que não fazia sentido para as crianças pequenas, e, conseqüentemente, não estavam adequados às concepções de criança e Educação Infantil vigentes nas unidades educativas. O tema continuou sendo abordado no documento de 2010, todavia, não mais como uma problemática, mas já como uma realidade de trabalho dentro das unidades educativas da RMEF, em que por meio de relatos de experiências, mostrou que as práticas pedagógicas já apresentavam em seus planejamentos, uma pluralidade de propostas, conteúdos e formas de organização.

O assunto volta a ser abordado novamente no documento específico à etapa do Ensino Fundamental, de 2016, ganhando, como vimos, inclusive, um capítulo destinado ao tema. Nesse momento, assim como no documento anterior, menciona-se acerca de alguns relatos de experiência, sobre a importância em ressignificar e reorganizar o tempo, espaço e currículo da Educação Física, buscando condizer melhor com os avanços dos estudos e das concepções nas áreas da infância e da criança. Logo, o presente documento deixa evidente que as novas formas de organização devem se opor ao entendimento de que todo conhecimento da Educação Física pode estar reduzido a uma prática idealizada, sendo extremamente necessário, romper com a organização que se fundamenta no modelo escolar, ou seja, aquele composto pela fragmentação do tempo e do conhecimento. Concluindo, de acordo com o documento de 2016, cabe à Educação Física se relacionar cada vez mais com o entendimento amplo acerca da condição dos seres humanos de pouca idade, aproximando-se cada vez mais da pedagogia da infância.

De acordo com Buss-Simão (apud Hilsendeger, 2011), a Educação Física na Educação Infantil deve almejar e contribuir para a ampliação dos conhecimentos e experiências das crianças. Nessa perspectiva é fundamental partir das suas próprias culturas, desejos e experiências que devem ser observadas no cotidiano com as crianças. Isso não quer dizer fazer somente o que elas gostam, mas sim pela importância desta relação de troca, na qual, sempre cabe ao adulto professor o papel de planejar a ação pedagógica.

Hilsendeger (2011), afirma ainda que o jogo e a brincadeira encontram lugar central, como conteúdos, os quais numa concepção crítica de Educação Física, são consideradas ideais no trabalho na etapa da Educação Infantil, pois, como destaca o Coletivo de Autores (apud Hilsendeger, 2014), o jogo possibilita as interações, desenvolvendo e incentivando as crianças quanto as suas necessidades de realizar ações, e em suas escolhas, possibilitando a tomada de decisões, assim, deve-se conhecer as necessidades e o que atrai as crianças para os jogos, auxiliando assim na escolha dos conteúdos.

Indo de encontro com o documento de 2004, Simão (apud Baretta, 2012) relata, que a Educação Física vem se consolidando cada vez mais na sua relação com uma pedagogia fundamentada na concepção de Educação Infantil, ou seja, com o objetivo de promover uma prática pedagógica que contribua para a leitura do mundo por parte das crianças, contexto este, em que se destaca a expressão corporal como forma de linguagem, e a concepção de criança compreendida como sujeito de

direitos e produtora de cultura, a qual deve ser respeitada, principalmente na relação com seus aspectos sociais dos quais se origina.

Para finalizar, levando em consideração a relação entre a Educação Física e a Educação Infantil, podemos citar também Sayão, autora que foi mencionada em alguns momentos das provas, mas, sobretudo nos documentos orientadores da prática pedagógica. Ela afirma que a criança ao brincar com a linguagem corporal, cria situações com utilizando-se das diversas manifestações da cultura corporal, que ao longo dos anos foram elaboradas pelos seres humanos, principalmente, aquelas relacionadas aos jogos e brincadeiras, as atividades circenses, as ginásticas e, as danças, com o objetivo de promover a dimensão lúdica como elemento essencial para a ação educativa na infância. Ela deixa claro ainda, que essa ação se constrói através da relação entre criança/adulto e criança/criança, na qual o professor deve promover a mediação do conhecimento para as crianças por meio de atividades educacionais que visem a interação e interlocução em seu processo de desenvolvimento (SAYÃO, 2002).

#### **5.4.2 Os aspectos relevantes na discussão da concepção de Educação Física no Ensino Fundamental**

Para darmos início, com relação a concepção de Educação Física no Ensino Fundamental, uma proposição da prova do concurso de 2004, chamou atenção, ao mencionar a palavra ‘sessão’, quando relacionada à Educação Física, o que nos leva a crer que as discussões em torno da área ainda não tinham alcançado as novas abordagens, que foram encontradas expressas nas provas e nos documentos realizados posteriormente, e que se aproximam mais dos ideais de concepções presentes nos dias de hoje dentro das instituições de educação e até mesmo nos documentos orientadores da prática pedagógica.

Referente ao assunto, nos documentos orientadores da prática pedagógica dos anos de 1996 e 2000, que abordam a Educação Física na etapa do Ensino Fundamental, fica evidente que as propostas pedagógicas da área já começaram a serem pensadas, tendo a brincadeira, como princípio norteador na tematização das atividades da cultura corporal das crianças, principalmente durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, como fica expresso no primeiro documento, que trata especificamente da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Já com relação ao segundo documento, que trata, especificamente, acerca de toda a etapa do Ensino Fundamental, este relaciona as práticas pedagógicas da Educação Física à exercícios, que podem ser formados por estruturas mais

simples, sendo denominados de atividades de postura ou locomoção, e por desafios adicionais, como no caso das atividades de autocontrole. Logo, as concepções tratadas nestes dois documentos não se condizem com a concepção expressa pela questão da prova de 2004, que descreve tais elementos como ‘sessão’ de Educação Física.

Por sua vez, no concurso público de 2009, afirmou-se para a necessidade que a área tinha em fundamentar teoricamente seus estudos e pesquisas para além das ciências naturais, mencionando, inclusive, a concepção de aulas abertas como sendo um marco no que se refere sobre o repensar da área, principalmente dentro das escolas. Com relação ao assunto, ao contrário da Educação Infantil, este não aparece, diretamente, mencionado nos documentos orientadores publicados até a data da prova, ou seja, nas publicações de 1996, 2000 e 2008, que tratam do Ensino Fundamental. Tal problemática, só começa a surgir no documento de 2016, destinado a etapa da Educação Básica em foco, quando se relata acerca da importância dos profissionais da educação (re)pensarem e (re)organizarem o processo escolar e o fazer pedagógico, a partir de novas sistematizações e reflexões que visem a interligação entre os conhecimentos cotidianos e os conhecimentos das ciências, das artes, da filosofia, da ética e afins, fazendo com que a Educação Física deixe de ser considerada como uma área que não pensa, não se acumula conhecimento, e nem se constrói conhecimento como nas demais áreas.

Quanto à Educação Física, como foi possível observar durante a etapa de análise das unidades temáticas e das concepções referentes diretamente a esta categoria, diversas questões das provas abordaram acerca das perspectivas, que surgiram no decorrer dos anos, bem como, seus respectivos sistemas, métodos próprios e autores, dentre as abordagens mais mencionadas, tivemos: a crítico-superadora, a crítico-emancipatória, a desenvolvimentista, a construtivista, e a sistêmica. Todavia, no concurso de 2004, a prova tratou de perspectivas mais antigas, sendo elas: método natural austríaco, Educação Física desportiva generalizada, método francês e calistenia, bem como, estudiosos da antiguidade, como: Sócrates, Platão, Aristóteles, Hipócrates e Galeno. Apesar de a prova do concurso de 2004 não ter mencionado autores e perspectivas mais recentes, os documentos de 1996, 2000 e 2004, que foram publicados até a data de realização da prova, já tratavam dessas novas abordagens da Educação Física, o que nos leva a crer que o concurso, buscou focar somente em aspectos mais históricos e de constituição da área, não tratando de sistemas mais novos, os quais influenciavam diretamente a prática pedagógica dentro das unidades educativas da REMF. Portanto, as perspectivas mais recentes, assim

como, seus respectivos estudiosos e pensadores, começaram a aparecer de modo mais efetivo nos concursos posteriores, ou seja, de 2009, 2013 e 2014.

Relacionado às novas abordagens da área da Educação Física, o movimento humano, esteve mencionado na prova de 2009, que explicou que a Educação Física precisa considerar que a condição social e as características dos alunos transmitem clareza na compreensão de como se articulam o cultivo dos diversos aspectos das manifestações da cultura corporal de movimento e o desenvolvimento das potencialidades individuais de cada aluno na relação com esse universo de conhecimento. Portanto, o objetivo maior da disciplina Educação Física é o de promover a educação corporal dos alunos, a qual não se refere, especificamente, à preparação física, mas a uma educação integral.

Em se tratando da presença do movimento humano nos documentos orientadores da prática pedagógica, este surge ainda em 1996, quando se esclarece que a Educação Física precisava aprofundar a sua leitura acerca das manifestações do movimento humano, buscando ampliar a visão sobre elas, com o intuito de atender a todas as diferentes formas de cultura do movimento. Além disso, fala-se sobre a necessidade em respeitar as características próprias de cada aluno e suas possibilidades de contribuir para a produção coletiva de um novo conhecimento, entendendo o movimento como forma de expressão que permeia as relações sociais. Todavia, para a concretização de tal proposta de trabalho, o documento explica que, para além da simples prática dos conteúdos tradicionalmente inseridos nos currículos escolares, era preciso buscar estudá-los/ensiná-los como conhecimento a ser apropriado/reelaborado pelo aluno, de acordo com a sua subjetividade e seus sentidos/significados.

Ainda com relação ao movimento humano, o documento do ano 2000, relata que a concepção de aluno, precisa ser compreendida dentro da Educação Física, como aquele que deve ter o direito ao acesso e permanência a uma educação com qualidade, que considere a cultura do corpo/movimento como patrimônio de todos, e, que também, seja um instrumento de busca e consolidação da cidadania, não podendo, em hipótese alguma, caracterizar-se como uma instrução descontextualizada de práticas de jogos, esportes, ginásticas, danças e lutas. Complementando, o aluno deve ser considerado um ser humano ativo em desenvolvimento, que vive em ambientes dinâmicos, ou seja, em constante mudança. Desse modo, a Educação Física precisa assumir o seu

verdadeiro papel dentro de uma política educacional efetivamente democrática (KREBS, 2000).

A sugestão que o documento traz para se consolidar tal proposta, é a de mediação entre teorias do desenvolvimento humano e a ação pedagógica no cotidiano da escola, fazendo com que a Educação Física encontre um equilíbrio entre as necessidades de cada criança e as necessidades de todas as crianças, tornando os conceitos de individualidade e sociabilidade importantes, tendo em vista, que podem auxiliar os professores a definirem as metas dos seus programas. Para subsidiar tal proposta, o documento aponta para a concepção desenvolvimentista e as contribuições das teorias do desenvolvimento infantil, procurando atender às necessidades que cada criança tem como indivíduo e também, aquelas que cada criança tem como sujeitos comuns a uma mesma história social. Para se alcançar tal objetivo, propõe-se que a Educação Física seja organizada de modo que o objetivo de enfatizar a individualidade seja proposto por meio de atividades com exercícios, enquanto que, o objetivo da ênfase na socialização deve ser trabalhada por meio da atividade do jogo.

O documento, de 2000, menciona ainda a teoria dos Sistemas Ecológicos de Bronfenbrenner, como sendo incorporada a proposta apresentada, tendo em vista, que ela estabelece que as propriedades da pessoa devem ser interpretadas em uma perspectiva ecológica, e que os parâmetros do contexto devem ser vistos em uma abordagem desenvolvimentista (apud KREBS, 2000). Logo, a pessoa deve ser considerada ser em desenvolvimento, e o contexto, como ambiente dinâmico e em constante transformação. Entretanto, atenta-se ao fato de que nessa perspectiva, a abordagem desenvolvimentista não pode estar resumida a aspectos maturacionais e aptidão física, mas sim, a uma visão dinâmica do processo educativo, estando alicerçada em teorias do desenvolvimento humano. Consequentemente, por ser a Educação Física, o componente curricular que está mais vinculado ao movimento humano, ela precisa proporcionar um conceito de inteligência motora como norteadora das ações do planejamento, que precisa estar estruturado no equilíbrio dinâmico entre as competências físico-cinestésica, percepto-cognitiva e socioemocional. Em resumo, a Educação Física pretende promover a aquisição de novos conhecimentos e habilidades que assegurem a autonomia e independência do aluno, para que ele, enfim, consiga alcançar o exercício pleno de sua cidadania.

Por fim, ainda relacionado ao assunto do movimento, em se tratando dos conteúdos específicos da Educação Física, o documento de 2008, afirma que os alunos, durante as práticas pedagógicas, precisam ter

consciência do próprio corpo, das relações com os outros, das questões morais e dos sentimentos. Portanto, o objetivo principal da Educação Física é a promoção corporal dos alunos, que se refere, não a preparação física nos moldes da Educação Física tradicional, mas a uma educação integral que reconheça a condição corporal, possibilitando, que os alunos não precisem ter seus movimentos restringidos, ou seja, eles podem atuar com maior liberdade, agindo corporalmente, e se aproximando daquilo que é a realidade da criança (SCHNORR; SERAFIN; FREIRE, 2008).

Partimos então, para os principais aspectos mencionados na prova de 2013, relacionados a concepção de Educação Física na etapa do Ensino Fundamental. Uma de suas questões, tratou acerca da finalidade da área, expressando-se como aquela que tem o intuito de contribuir, por meio da prática de atividades físicas racionais e variadas, para a integração e o desenvolvimento equilibrado das potencialidades bio-psico-fisiológicas do homem em geral, entre elas: na aquisição de bons hábitos posturais, higiênicos, de saúde e desenvolvimento postural; desenvolver e estimular atitudes socialmente desejáveis por meio do jogo e do esporte, principalmente, e, desenvolver e aprimorar as qualidades físicas e psíquicas, indispensáveis à formação integral do homem, para a formação de uma personalidade emocionalmente equilibrada, socialmente ajustada e funcionalmente desenvolvida.

Nesse mesmo ano, falou-se sobre os conteúdos da Educação Física escolar, de modo que eles devem beneficiar os alunos, fornecendo condições para decidir conscientemente a favor de uma sociedade mais justa, a partir de reflexões sobre os conceitos básicos de cultura e cultura escolar e sobre as tendências críticas e pós-críticas da educação. Logo, a prática pedagógica de ensino na área da Educação Física, deve estar vinculada à aspectos pedagógicos, interativos, comunicativos e dialógicos, o que, conseqüentemente, considera que as opiniões e decisões dos alunos devem ser valorizadas, para a construção coletiva do conhecimento e para a avaliação crítica do processo de ensino-aprendizagem.

Com relação ao concurso de 2014, o que mais chamou atenção, e que está relacionado ao entendimento da concepção de Educação Física no Ensino Fundamental, diz respeito aos avanços teóricos e acadêmicos que têm buscado o planejamento de propostas inclusivas e cooperativas na educação física, em contrapartida, às práticas que são influenciadas pela competição, principalmente dentro do processo de esportivização.

Em se tratando dos documentos orientadores, e as contribuições acerca dos aspectos mencionados, referentes as provas dos dois últimos

concursos, podemos citar o documento de 2016, ou seja, publicação realizada somente após o período de realização das provas. Neste documento, que é específico à etapa do Ensino Fundamental, fala que a Educação Física tem buscado construir legitimidade para o trabalho pedagógico com os conhecimentos que lhe são inerentes, ou seja, uma estruturação como componente curricular que lide com uma seleção de conteúdos que, organizados e sistematizados, devem proporcionar aos estudantes uma reflexão acerca de uma dimensão da cultura, contribuindo com a formação cultural. Sendo assim, a Educação Física, na condição de componente curricular, precisa sistematizar e reelaborar criticamente aquilo que vem sendo, na história da humanidade, um campo de expressões culturais e que tem sido denominado, de forma genérica, na literatura científica da área pedagógica e também em diferentes propostas curriculares de *cultura corporal de movimento*, que se expressa, por meio das danças, brincadeiras, jogos, lutas, esportes, ginásticas, práticas corporais de aventura urbana e na natureza, e práticas corporais introspectivas. Nesse sentido, os corpos e seus movimentos devem ser compreendidos como símbolos sociais e culturais, que se expressam de diferentes formas, uma vez que, representam manifestações culturais diferentes, expressando princípios, valores e normas, para que aconteça a aproximação do corpo e do movimento com as demais linguagens, que são consideradas formas de ação e interação no mundo, além de processos de produção de sentidos.

Indo de encontro com a concepção de Educação Física para a etapa do Ensino Fundamental apresentada, sobretudo nos documentos orientadores da prática pedagógica, Betti (apud DAOLIO, 2010, p. 50), afirma que a área precisa se consolidar com a “função pedagógica de integrar e introduzir o aluno [...] no mundo da cultura física, formando o cidadão que vai usufruir, partilhar, produzir, reproduzir e transformar as formas culturais da atividade física (o jogo, o esporte, a dança, a ginástica...). Complementando, surgem com o decorrer dos anos, as abordagens e perspectivas mais críticas, que se referem a uma Educação Física que tem buscado a sua identidade e sua essência de maneira mais consciente, assumindo também o papel político e moral na formação da sociedade.

Junior (2012), afirma que, no decorrer dos estudos e avanços relacionados à área, fica evidente que a Educação Física “tem que ter sentido na vida dos indivíduos, deve ir além das quadras e das práticas esportivas, sair das escolas e ultrapassar os muros. O movimento pelo movimento não faz diferença” (p. 14). Logo, não deve se tratar de uma mera reprodução, pois além de saber fazer é preciso saber o que fazer com

o movimento. Por essa razão, torna-se imprescindível, pensá-lo, significá-lo e inseri-lo no cotidiano, sendo este o papel do professor de Educação Física. O autor relata ainda, que a forma de compreender o trabalho com o corpo visa ao movimento consciente e com significado no cotidiano do aluno, superando com isso uma prática descontextualizada. Por essa razão, a Educação Física deve significar algo, envolvendo o saber fazer, o porquê fazer e como utilizar este fazer fora da escola.

Segundo Daolio (2006, p.24), “o professor de Educação Física, ao trabalhar diretamente com o corpo como ser social que é, também participa deste processo de transmissão cultural”. As práticas mais recentes, começaram a ser mais marcadas por aspectos sociais, políticos e culturais, o que faz com que o professor precise ir além do que simplesmente beneficiar aos seus alunos com variadas formas de aprendizagem motoras e corporais, ou seja, no presente momento, ele precisa também contribuir para a “valorização da sociedade em que vivemos, por meio de uma atuação competente” (DAOLIO, 2006, p. 24). Um importante autor, que foi citado em algumas questões das provas, foi Freire, e de acordo com o autor, a Educação Física vem deixando de ser exclusivamente prática, trazendo para as aulas o desafio de pensar e debater assuntos do cotidiano que estejam direta ou indiretamente relacionados às práticas desportivas (2009). A área deve, portanto, dentre tantos objetivos a serem alcançados, buscar o desenvolvimento de todas as dimensões intelectuais, sensoriais, afetivas e gestuais.

A Educação Física busca hoje assumir papéis diversificados na formação do indivíduo e, conseqüentemente, profissionais que lutem, incessantemente, para destituir o estereótipo de educador do físico somente. Desse modo, conforme Junior (2012), é preciso trabalhar em benefício do seu reconhecimento, respeitando os outros saberes, porém, é de extrema importância que saibamos qual é o verdadeiro papel dos professores de Educação Física. Complementando, Freire e Scaglia (2009) contam que:

A educação física tem um vasto campo de desenvolvimento pela frente. Nunca nos ensinaram, na escola, a sermos sensíveis, nem lidar com as emoções. Nunca nos ensinaram a viver em sociedade, nem a ter uma moral autônoma; muito menos nos ajudaram a desenvolver o sentido estético. A única coisa que, de modo geral, interessa ao sistema escolar é o desenvolvimento das funções intelectuais (...). Se souber enxergar

suas possibilidades educacionais, a educação física poderá realizar uma pedagogia integrada, que encerre em cada ato e em cada atitude a mobilização de recursos motores e intelectuais (p. 32).

Concluindo, não é pela Educação Física conseguir participar do currículo escolar, assim como as demais disciplinas na formação e no desenvolvimento do indivíduo, que tenha cessado a busca pela sua afirmação no universo escolar. Como sabemos, ela produz conhecimento, mas para muitos a Educação Física é vista como prática social, o que faz surgir a necessidade de uma definição. Logo, a Educação Física não está voltada somente para o desenvolvimento da aptidão física, da saúde, do desenvolvimento biológico dos alunos, cabendo a ela também refletir sobre os aspectos sócio/histórico/cultural do movimento produzido pelo corpo, para complementar o processo de formação do aluno (GÓES e MENDES apud JUNIOR, 2012). A Educação Física escolar, na condição de componente curricular, tem a finalidade de “formar indivíduos dotados de capacidade crítica em condições de agir autonomamente na esfera da cultura corporal de movimento e de forma transformadora como cidadãos políticos” (BRACHT E GONZÁLEZ apud JUNIOR, 2012, p. 27).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos à parte final da presente pesquisa que teve o objetivo de analisar as provas de concursos públicos para professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, realizadas entre os anos de 1996 e 2014. A primeira observação, refere-se à formulação, organização e intencionalidade das questões, isto é, a maneira como os conhecimentos foram solicitados aos candidatos. Como vimos, em exemplos retirados das provas e expostos no decorrer do estudo, algumas questões foram formuladas de modo a cobrar do candidato algumas informações “decoradas” e muito específicas, principalmente, nas proposições inseridas na unidade temática: Artigos, Leis, Planos, Resoluções e Documentos Norteadores. Nesses casos, houveram questões que exigiram do candidato que o mesmo soubesse todas as palavras ou trechos de frases, exatamente do mesmo modo ou ainda na mesma ordem, como elas apareciam dentro das fontes de onde foram retiradas.

Sendo assim, surge a necessidade de questionarmos se, por se tratar de concursos públicos que visam a seleção de candidatos para atuarem como professores de Educação Física nas unidades educativas da RMEF, a formulação e intencionalidade de algumas proposições, objetivaram, realmente, auxiliar na seleção de professores aptos ao trabalho pedagógico? Ainda com relação a este assunto, é possível encontrar um problema com relação aquelas questões consideradas “decoradas” e muito específicas, que, apesar de o conhecimento inerente a elas ser importante, a maneira como foram solicitadas dentro de algumas questões, acabaram passando a ideia de que tais conteúdos podem não ser condizentes com aqueles presentes nos documentos orientadores e também com a realidade do trabalho que já vem sendo realizado dentro das instituições de ensino da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

O que se subentende-se, é que por se tratar de empresas terceirizadas responsáveis pela organização, formulação e execução dos concursos públicos, assim como das questões das provas, o conhecimento solicitado muitas vezes não condiz com os avanços teóricos presentes nos documentos orientadores, e até mesmo, como vimos, com a realidade das práticas pedagógicas dentro de escolas e núcleos de educação infantil municipais. Por essa razão, cabe pensarmos se os conteúdos das questões das provas realmente exigiriam e continuam exigindo dos candidatos conhecimentos pertinentes e condizentes com as concepções e abordagens que fundamentam o trabalho pedagógica da área da Educação Física dentro da RMEF.

Quanto as concepções que foram analisadas no decorrer das questões das provas, estas, estiveram, conforme a sua categoria, mais ou menos condizentes com aquelas expressas nos documentos orientadores, que, por sua vez, procuraram mostrar os avanços teóricos em torno da Educação Física e das demais categorias que estiveram relacionadas a ela.

Com relação a concepção de infância, como foi possível perceber, a maior parte das proposições referiram-se à aspectos biológicos da criança, deixando um pouco de lado outros elementos considerados importantes na fundamentação do trabalho pedagógico, sobretudo, na Educação Infantil, e que estão diretamente relacionados a esta etapa específica da vida do sujeito. Em contrapartida, os documentos já estavam caminhando no sentido de compreender que as práticas pedagógicas, principalmente dentro das unidades de Educação Infantil, deveriam estar embasadas na pedagogia da infância, que considera a criança sujeito capaz de produzir outras linguagens e outras formas de manifestações, por meio de práticas que não tenham tempos, espaços e currículos pré-estabelecidos, utilizando a brincadeira como eixo norteador de sua práxis, e a cultura infantil como princípio fundamental da estruturação do planejamento de trabalho, uma vez que, considera as diversas especificidades das crianças com as quais se trabalha. Portanto, as poucas questões presentes nas provas que trataram acerca da infância não corresponderam aos avanços teóricos expostos nas publicações realizadas na mesma época dos concursos públicos.

No que se refere a concepção de prática pedagógica e docência, estas também foram pouco abordadas no decorrer da análise das questões das provas, entretanto, como foi possível observar, elas acabam complementando as abordagens descritas no decorrer dos documentos orientadores com relação ao assunto. De modo geral, tanto as provas quanto as publicações buscaram afirmar que a concepção de docência e prática pedagógica deve envolver em seu interior outras concepções, como por exemplo: criança, aluno, educação, entre outras. Portanto, o professor precisa ter conhecimento de que estas concepções precisam fazer parte do processo de construção do seu planejamento, e, conseqüentemente, de suas práticas pedagógicas. Além disso, estas concepções ao serem trabalhadas em conjunto, tornam possível a compreensão dos ideais, assim como dos objetivos de trabalho, no decorrer das vivências propostas nas aulas, mas também do cotidiano das unidades educativas que envolvem em seus projetos político pedagógicos, concepções que permeiam os diversos momentos que ali se constroem, buscando respeitar sempre as dificuldades dos sujeitos com os quais se trabalha, mas, sobretudo, promover suas potencialidades.

Em se tratando da concepção de educação, esta, de modo geral, esteve expressa por meio de questões que buscaram tratar acerca de aspectos mais históricos, ou seja, as proposições buscaram mencionar abordagens e perspectivas que surgiram no decorrer dos anos e que se diferenciam entre si, principalmente com relação aos seus princípios e autores. Logo, poucas proposições buscaram abordar especificamente sobre as concepções contemporâneas, bem como, seus ideais sobre educação. Além disso, os documentos deixam evidente, que a concepção de educação deve abranger diversas outras perspectivas em seu interior, que ao serem trabalhadas em conjunto, resultam em práticas pedagógicas que condizem melhor com os atuais avanços e planejamentos que se almejam dentro das unidades educativas da RMEF. Logo, as questões das provas que estiveram relacionadas à concepção de educação acabaram abordando pouco a relação entre ela e as outras concepções, assunto este, que ficou evidenciado nas publicações e que, por esta razão, deve embasar o planejamento das atividades e também nos diversos momentos inseridos no dia-a-dia das instituições de ensino.

De modo semelhante ocorreu com a concepção de Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, que também apresentou um número considerável de proposições que abordaram mais sobre aspectos históricos. Tais conteúdos são fundamentais no processo de seleção de professores, porém, de acordo com a análise das proposições, consideraram-se poucas as questões que abordaram, especificamente, acerca das novas metodologias e perspectivas pertinentes a área da Educação Física.

Como foi possível ver no início da presente pesquisa, alguns concursos públicos e processos seletivos para professor de Educação Física na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, apresentaram, segundo Darido (2000), um maior número de proposições que buscaram tratar, especificamente, sobre determinadas abordagens, mostrando um aumento considerável da abordagem das concepções críticas em relação as demais perspectivas. Já em outro estudo, que analisou o concurso de 2003 para professor de Educação Física na Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná, Brouco e Darido (2006), afirmam que as proposições abordaram em sua maioria sobre a concepção crítico-superadora, o que se confirmou em outro estudo realizado pelos mesmos autores em 2010, que buscou analisar os conteúdos, as bibliografias e os marcos conceituais exigidos nas provas de concursos públicos aplicados a professores de Educação Física da Rede Estadual de Ensino das regiões Sul e Sudeste do Brasil nos anos de 1986, 1993 e 1998.

Por sua vez, em se tratando das concepções da Educação Física nas provas analisadas, as concepções críticas mais recentes, ao contrário do estudo, não foram abordadas em questões específicas sobre elas, mas estiveram inseridas em proposições que abordaram diversas concepções que fizeram parte da história da Educação Física no decorrer dos anos, dificultando a mensuração como no caso dos estudos citados anteriormente. Ainda com relação as concepções presentes nas questões analisadas acerca da área, elas corresponderam, em alguns momentos, com aquelas expressas nos documentos orientadores, como no caso da problemática do tempo da Educação Física, e da importância da brincadeira como eixo norteador da construção das atividades, e da própria prática.

Todavia, assim como na concepção de educação, as proposições das provas analisadas não aprofundaram quanto a importância da relação entre a Educação Física e as demais concepções consideradas importantes para a efetivação do trabalho pedagógica. Isto é, de acordo com os estudos realizados e expostos nas publicações, pouco se abordou nas questões acerca dos avanços quanto, a perspectiva de criança como sujeito de direitos, de Educação Infantil como etapa específica da Educação Básica e, por esse motivo, cheia de especificidades; de movimento para além do simples entendimento de que ele deve ser o conteúdo específico do qual deve tratar a Educação Física, e de corpo, para além do viés biológico, partindo para a compreensão de que ele também é uma construção cultural.

Os documentos orientadores, mostram claramente, a importância da relação entre as diversas concepções que permeiam a prática pedagógica e os planejamentos em Educação Física, tendo em vista, que as abordagens de infância, criança, aluno, Educação Infantil, Ensino Fundamental, educação, docência e prática pedagógica, corpo e movimento, entre outros, precisam estar integrados, de modo que o professor compreenda que o seu trabalho deve ir além do simples estudo dos assuntos que são específicos à Educação Física, passando a entender que a sua prática deve estar embasada na relação com as demais áreas do conhecimento, além de compreender que suas práticas devem promover a formação de um sujeito que é concebido como ser integral. Por isso, torna-se tão importante entender quais são as demais concepções que auxiliam nesta compreensão e que refletem diretamente no ideal de Educação Física com a qual se quer trabalhar.

Foi possível observar ainda no decorrer da pesquisa, que a maior parte das questões das provas parecem não solicitar de fato do candidato um conhecimento inerente e condizente com os avanços dos estudos da

época, presentes nos documentos orientadores publicados. Isto é, apesar da existência das publicações no período de realização das provas, as concepções ali expressas pouco se relacionaram com aquelas presentes nos documentos, focando em aspectos mais históricos e em documentações legais sobre a educação e a Educação Física. Logo, as concepções de infância, de docência e prática pedagógica, de educação, e de Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, presentes nas questões das provas dos concursos públicos analisados, pouco condizem com aquelas expressas nos documentos orientadores da prática pedagógica e que expressam o ideal de trabalho pedagógico que se quer dentro das unidades educativas da RMEF.

Para finalizar cabe refletirmos se, as questões das provas, assim como suas formulações e abrangência dos conteúdos, caminham no sentido de auxiliar a selecionar professores que, de fato, tenham conhecimentos condizentes com aqueles que já fazem parte dos planejamentos atuais dentro das instituições e dos avanços teóricos expressos nos documentos orientadores, ou se, as questões, na verdade, buscam selecionar aqueles que conseguiram de alguma forma responder a tais questões, que como estamos vendo, podem não ter sido bem formuladas, além de não solicitarem de fato conhecimentos tão importantes e inerentes ao exercício da função de professor de Educação Física, não correspondendo, portanto, às concepções norteadoras da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.



## REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. Pedagogia da infância. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/pdf/312.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2017.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. SP: Edições 70. 2011.

BARETTA, R. Monografia de especialização: *Educação Física na educação infantil: reflexões em torno dessa relação*. Florianópolis: UFSC, 2012.

BLOCK, O.; RAUSCH, R.B. *Saberes docentes: dialogando com Tardif, Pimenta e Freire*. UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ., Londrina, v. 15, n. 3, p. 249-254, Out. 2014.

BRACHT, V. *A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física*. Cadernos Cedes, [S. l.], n. 48, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Coordenação para Assuntos Jurídicos, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. *LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional – 2. Ed.* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_2ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf). Acesso em: 19 jan. 2018.

BROUCO, G. R.; DARIDO, S. C. *As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física escolar e o último concurso para professores da Rede Pública Estadual de Ensino no Paraná*. Rio Claro: UNESP, 2006. Documento digitalizado.

\_\_\_\_\_. *Concursos para ingresso na carreira de professor(a) e as diferentes tendências pedagógicas da Educação Física escolar*. Pensar a prática, Goiânia, v.13, n. 3, set./dez. 2010.

CAMPOS, C.J.G. *Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde*. Revista Bras Enferm, Brasília (DF), set/out. 2004.

DAOLIO, J. *Cultura: educação física e futebol / Jocimar Daolio*. – 3. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. *Educação física e o conceito de cultura / Jocimar Daolio*. – 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. – (Coleção polêmicas do nosso tempo)

DARIDO, S. C. *As diferentes abordagens pedagógicas da Educação Física escolar e os últimos concursos para professores da rede estadual*. CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO MOTORA; 3. e CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO MOTORA; 2. *Anais...* 2000. 1 CD-ROM.

DEMO, P. *Avaliação sob o olhar propedêutico*. São Paulo: Papirus, 1996.

DIEHL, A. A. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FARIAS, G.; NASCIMENTO, J. V.; GRAÇA, A.; BATISTA, P. M. F. *Competências profissionais em Educação Física: uma abordagem ao longo da carreira docente*. Motriz, Rio Claro, v. 18 n. 4, p. 656-666, out./dez. 2012.

FLORIANÓPOLIS. *Diretrizes curriculares para a Educação Física no ensino fundamental e na educação infantil da Rede Municipal de Florianópolis/SC*. Registro da parceria NEPEF/UFSC-SME/Florianópolis, 1993 a 1996 / Grupo de estudos ampliado de Educação Física. Florianópolis: O Grupo, 1996.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil*. Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis, 2010. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12\\_05\\_2010\\_15.24.41.03c7e67bbe979ef30c2efe7d1db1468a.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_05_2010_15.24.41.03c7e67bbe979ef30c2efe7d1db1468a.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. *A Educação Física na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*. Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis, 2016a. Disponível em:

<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13\\_06\\_2017\\_9.23.33.5187fb803460dd1cd26a6eb383715fd8.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13_06_2017_9.23.33.5187fb803460dd1cd26a6eb383715fd8.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Edital Concurso Público 2004*. Disponível em:

[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23\\_10\\_2015\\_14.17.08.675c2e052e35b10de203766b447fa143.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_10_2015_14.17.08.675c2e052e35b10de203766b447fa143.pdf). Acesso em: 16 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. *Lei complementar n. 63/2003*: Estatuto dos servidores públicos do município de Florianópolis, 2003. Disponível em:

<[http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03\\_11\\_2009\\_17.45.15.db216bb049acae9f00b0736ae61fad3.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03_11_2009_17.45.15.db216bb049acae9f00b0736ae61fad3.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 2.517/86*: Estatuto do magistério público municipal de Florianópolis, 1986. Disponível em:

<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/29\\_10\\_2009\\_17.36.37.e4105a5cf4aa5d202a6064bc6b98604d.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/29_10_2009_17.36.37.e4105a5cf4aa5d202a6064bc6b98604d.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *Proposta curricular Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*. Florianópolis, 2008. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/0B9ophOXhQ0v8N2RkMDRIZGEtNmQzYi00ZjQzLWI3MmQtOTUyYWwRIMmVzMzJl/view>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis, 2016b. Disponível em:

<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23\\_06\\_2017\\_11.13.21.b097b0d2d26af5819c89e809f8f527a2.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_06_2017_11.13.21.b097b0d2d26af5819c89e809f8f527a2.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Edital e Prova do Concurso Público de 2013*. Disponível em:

<http://educa2013.fepese.org.br/>. Acesso em: 16 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. *Edital e Prova do Concurso Público de 2014*. Disponível em:

<http://educa2014.fepese.org.br/>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, J.B.; SCAGLIA, A.J. *Educação como prática corporal*. São Paulo: Scipione, 2009.

GADOTTI, M. *Educação e compromisso*. 5. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. *Paulo Freire 90 anos: lembranças pessoais e comentários*. Revista e-curriculum, São Paulo, v. 7, n. 3, dez. 2011. Edição Especial de aniversário de Paulo Freire. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*: Universidade Aberta do Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, D.F.V.S. Dissertação: *A concepção de educação e de ensino e aprendizagem dos/das profissionais liberais inseridos/as na atividade docente da educação superior*. Campo Grande: UCDB, 2013.

HANASHIRO, D.; TEIXEIRA, M.; ZACCARELLI, L. *Gestão do fator humano: uma visão baseada nos stakeholders*. São Paulo: Saraiva, 2007.

HILSENDEGER, C.L. Monografia de Especialização: *Concepções de Educação Física na educação infantil presentes nas propostas pedagógicas nos centros infantis públicos municipais da cidade de Araranguá*. Criciúma: UNESC, 2011.

IVANCEVICH, J. M. *Gestão de recursos humanos*. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2008.

JUNIOR, N.B. Dissertação: *O olhar docente para a Educação Física contemporânea: concepções e práticas pedagógicas*. Campinas: PUC, 2012.

KREBS, R.J. Considerações organizacionais para a Educação Física nas séries iniciais do Ensino Fundamental. In: Florianópolis. *Subsídios para a Reorganização Didática no Ensino Fundamental*. 2000. p. 257-271.

LUZ, R.P. Apresentação. In: Florianópolis. *Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*. 2016b. p. 11-12.

Disponível em:

<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23\\_06\\_2017\\_11.13.21.b097b0d2d26af5819c89e809f8f527a2.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_06_2017_11.13.21.b097b0d2d26af5819c89e809f8f527a2.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2016.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Inst. Piaget, 1990.

PIMENTA, S.G. *Formação de professores – saberes da docência e identidade do professor*. R. Fac. Educ., São Paulo, v. 22, n. 2, p.72-89, jul/dez, 1996.

R. MOTRIVIVÊNCIA. *NEPEF/CDS/UFSC: um pensar/agir coletivo*. Florianópolis, n. 5, 1994.

RICHTER, A.C. Dissertação: *Sobre a presença de uma pedagogia do corpo na educação da infância: retratos e vozes, lugares e tempos da corporalidade na rotina de uma creche*. Florianópolis: UFSC, 2005.

RODRIGUES, M. E. F. *Resgatando espaços e construindo ideias: ForGRAD 1997 a 2002*. Niterói: EdUFF, 2002.

SAVIANI, D. *As concepções pedagógicas na história da educação brasileira: projeto 20 anos do Histedbr*. Campinas, 2005.

SAYÃO, D.T. Educação Física na educação infantil: riscos, conflitos e controvérsias. *Motrivivência: revista de Educação Física, esporte e lazer*, Florianópolis, n. 13, nov. 1999.

SAYÃO, D.T. “Infância, prática de ensino de Educação Física e Educação Infantil”, in. VAZ, A.F.; SAYÃO, D.T., e PINTO, F.M. (Org): *Educação do corpo e formação de professores: reflexões sobre a*

*prática de ensino de Educação Física*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

SAYÃO, D.T. O fazer pedagógico do/a Professor de Educação Física na Educação Infantil. In: FLORIANÓPOLIS. *Formação em Serviço: Partilhando saberes, vislumbrando novas perspectivas*. 2004. p.29-33.

SCHNORR, C.; SERAFIN, F.P; FREIRE, J.B. Educação Física. In: Florianópolis. *Proposta Curricular Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*. 2008. p.123-136. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B9ophOXhQ0v8N2RkMDRIZGEtNmQzYi00ZjQzLWI3MmQtOTUyYWRlMmVkMzJl/view>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SILVA, A.H; FOSSÁ, M.I.T. *Análise de conteúdo: exemplos de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos*. Qualit@s Revista Eletrônica, vol. 17. n.1. 2015.

SILVA, M.R. *Sobre o corpo em Movimento na Educação Infantil: a cultura corporal e os conteúdos/linguagens*. In: Florianópolis. Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil. 2010. p.78-91. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12\\_05\\_2010\\_15.24.41.03c7e67bbe979ef30c2efe7d1db1468a.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_05_2010_15.24.41.03c7e67bbe979ef30c2efe7d1db1468a.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2016.

SILVA, P.R.; IMMING, R. Introdução. In: Florianópolis. *Proposta Curricular Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*. 2008. p. 9-27. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B9ophOXhQ0v8N2RkMDRIZGEtNmQzYi00ZjQzLWI3MmQtOTUyYWRlMmVkMzJl/view>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SIQUEIRA, E. S. et al. Seleção de docentes em Universidades Federais: uma análise dos regulamentos. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, p. 725-748, out./dez. 2012.

VAZ, A. F. et al. Corpo, infância, cuidados de si: Educação Física no contexto da educação infantil. *Inter-ação: Rev. Fac, Educ. Goiás*, v. 34, n. 1, p. 199-214, jan./jun. 2009.

WIGGERS, V. O Cotidiano da Educação Infantil: oficinas pedagógicas.  
In: Florianópolis. *Formação em Serviço: Partilhando saberes,*  
*vislumbrando novas perspectivas.* 2004, p.15-19.